Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 6
2.3 - Outras Informações Relevantes 11

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 12
3.2 - Medições Não Contábeis 13
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 14
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 15
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 17
3.7 - Nível de Endividamento 18
3.8 - Obrigações 19
3.9 - Outras Informações Relevantes 20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 29
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 30
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 40
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 41
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 42
4.7 - Outras Contingências Relevantes 43

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 44

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 45

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 47

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 49

5.4 - Programa de Integridade 52

5.5 - Alterações significativas 55

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 56

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 57

6.3 - Breve Histórico 58

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 61

6.6 - Outras Informações Relevantes 62

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 63

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 65

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 66

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 68

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 76

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 77

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 80

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 81

7.8 - Políticas Socioambientais 82

7.9 - Outras Informações Relevantes 84

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 85

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 86

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 87

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 88

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 89

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 91

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 93

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 103

9.2 - Outras Informações Relevantes 108

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 109

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 128

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 130

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 132

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 135

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 136

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 137

10.8 - Plano de Negócios 138

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 140

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 141

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 142

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 143

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 150

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 154

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 156

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 157

12.7/8 - Composição Dos Comitês 167

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 170

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 171

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 182

12.12 - Outras informações relevantes 183

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 185

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 189

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 193

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 194

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 197

13.6 - Opções em Aberto 198

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 199

13.8 - Precificação Das Ações/opções 200

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 202

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 203

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 204

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 205

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 206

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 207

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 208

13.16 - Outras Informações Relevantes 209

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 210

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 212

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 213

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 215

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 216

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 217

15.3 - Distribuição de Capital 223

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 224

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 225

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 226

15.7 - Principais Operações Societárias 227

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 228

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 229

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 231

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 244

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 245

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 246

17.2 - Aumentos do Capital Social 247

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 248

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 249

17.5 - Outras Informações Relevantes 250

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 251

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 252

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 254

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 255

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 256

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 257

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 258

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 259

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 260

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 261

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 262

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 263

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 264

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 265

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 266

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 268

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 270

20.2 - Outras Informações Relevantes 272

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 276

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 277

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 279

21.4 - Outras Informações Relevantes 280

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Rodrigo Bacellar Wuerkert**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Roberto Borges Pacheco**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

odontoprev

Barueri/SP, 28 de maio de 2021.

Odontoprev S.A.

Declaração de revisão do Formulário de Referência pelo Diretor Presidente.

Eu, **Rodrigo Bacellar Wuerkert**, declaro que revi o Formulário de Referência Odontoprev S.A. 2020; que todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19, e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Odontoprev S.A., dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Rodrigo Bacellar Wuerkert
Diretor Presidente

Odontoprev
Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 - 14º andar Torre II
Tamboré – Barueri - SP. CEP. 06460-040.
Tel: (55 11) 4878-8200
www.odontoprev.com.br

odontoprev

Barueri/SP, 28 de maio de 2021

Odontoprev S.A.

Declaração de revisão do Formulário de Referência pelo Diretor de Relações com Investidores (DRI)

Eu, **José Roberto Borges Pacheco**, declaro que revi o Formulário de Referência Odontoprev S.A. 2020; que todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19, e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Odontoprev S.A., dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

José Roberto Borges Pacheco
Diretor de Relações com Investidores

Odontoprev
Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 - 14º andar Torre II
Tamboré – Barueri - SP. CEP. 06460-040.
Tel: (55 11) 4878-8200
www.odontoprev.com.br

odontoprev

Barueri/SP, 28 de maio de 2021.

Odontoprev S.A.

Declaração de revisão do Formulário de Referência pelo Diretor Presidente.

Eu, **Rodrigo Bacellar Wuerkert**, declaro que revi o Formulário de Referência Odontoprev S.A. 2020; que todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19, e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Odontoprev S.A., dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Rodrigo Bacellar Wuerkert
Diretor Presidente

Odontoprev
Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 - 14º andar Torre II
Tamboré – Barueri - SP. CEP. 06460-040.
Tel: (55 11) 4878-8200
www.odontoprev.com.br

odontoprev

Barueri/SP, 28 de maio de 2021

Odontoprev S.A.

Declaração de revisão do Formulário de Referência pelo Diretor de Relações com Investidores (DRI)

Eu, **José Roberto Borges Pacheco**, declaro que revi o Formulário de Referência Odontoprev S.A. 2020; que todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19, e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Odontoprev S.A., dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

José Roberto Borges Pacheco
Diretor de Relações com Investidores

Odontoprev
Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 - 14º andar Torre II
Tamboré – Barueri - SP. CEP. 06460-040.
Tel: (55 11) 4878-8200
www.odontoprev.com.br

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Delloite Touche Tahmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	02.189.924/0001-03
Data Início	01/01/2006
Descrição do serviço contratado	Para os exercícios sociais de 2007 e 2009 prestaram serviços de auditoria externa das demosntrações financeiras e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381/03 declaram não terem prestado outros serviços que possam afetar a sua independência profissional. Em 2008, além dos serviços de auditoria externa, efeturam análises dos impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade e revisão fiscal os quais não afetam a sua independência profissional nem a objetividade na condução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes no exercício social findo em 31.12.2009 correspondeu a R$654 mil.
Justificativa da substituição	Atendimento às melhores práticas de governança corporativa, em particular o rodízio dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Gilberto Bizerra de Souza	01/01/2006	846.832.957-68	Rua José Felix, 127, Santo Amaro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51862911

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	01/01/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa das demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social findo em 31.12.2011 correspondeu a R$ 841 mil.
Justificativa da substituição	A mudança dos auditores independentes foi realizada dentro das melhores práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
EDISON ARISA PEREIRA	01/01/2010	006.990.038-81	Avenida Franscisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino, Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 36742000, Fax (11) 36742060, e-mail: edison.arisa@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	19/04/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa das demonstrações financeiras. Inicio da prestação de serviço em 19.04.2014
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social findo em 31.12.2016 correspondeu a R$856.900,00. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social findo em 31.12.2017 correspondeu a R$835.500,00. Declaramos que foi contratada em 2017 para trabalhos sobre revisão do preenchimento de escrituração contábil e fiscal, e revisão dos créditos referentes ao processo INSS da OdontoPrev. Os honorários do ano para esses trabalhos foram de R$29,5 mil e R$51,0 mil, respectivamente, que corresponderam a 9,6% do valor dos honorários da auditoria das demonstrações financeiras.
Justificativa da substituição	A mudança dos auditores independentes foi realizada dentro das melhores práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Erika Carvalho Ramos	02/01/2016	276.586.348-24	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 -7º andar, Torre A, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39401500, Fax (011) 39401501, e-mail: ecramos@kpmg.com.br
Luciene Teixeira Magalhães	19/04/2013	828.238.807-63	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21833000, Fax (11) 21833001, e-mail: ltmagalhaes@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	28/02/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa das demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O valor dos honorários de auditoria em 2018 foi de R$670.000,00, sendo: R$620.000,00 para Odontoprev e R$50.000,00 para a Rede Dental . O valor dos honorários de auditoria em 2019 foi de R$789.500,00, sendo: R$737.500,00 para Odontoprev e R$52.000,00 para a Rede Dental. O valor dos honorários de auditoria em 2020 foi de R$875.100,00, sendo: R$774.000,00 para Odontoprev, R$56.100,00 para a Rede Dental e R$45.000,00 referentes à elaboração do laudo de avaliação do acervo da Rede Dental para fins de incorporação.
Justificativa da substituição	Rodízio dos auditores independentes, conforme recomendação do Comitê de Auditoria da Companhia
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
EDISON ARISA PEREIRA	28/02/2018	006.990.038-81	Av. José Galante, 650, 161, Vila Suzana, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05642-001, Telefone (11) 36743720, Fax (11) 36743720, e-mail: edison.arisa@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	04/03/2021
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa das demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Prestação de serviço a partir de Março/2021
Justificativa da substituição	Alinhamento com a auditoria do grupo Controlador.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Cláudio Rogélio Sertório	04/03/2021	094.367.598-78	Av Diógenes Ribeiro de Lima, 2361, Apto 76, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05458-001, Telefone (011) 39403147, e-mail: csertorio@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	1.206.584.636,53	1.116.493.476,81	1.031.687.905,90
Ativo Total	1.921.048.398,49	1.768.742.432,43	1.647.584.058,15
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.765.337.910,85	1.808.926.328,19	1.591.840.611,92
Resultado Bruto	1.052.194.313,77	998.561.495,57	888.119.468,69
Resultado Líquido	361.128.111,97	284.763.367,72	284.792.507,15
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	530.401.251	529.985.383	530.141.752
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,274853	2,106650	1,946060
Resultado Básico por Ação	0,681040	0,537110	0,538870
Resultado Diluído por Ação	0,67	0,54	0,53

3.2 - Medições Não Contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) Valor das medições não contábeis

O EBITDA ajustado foi de R$543.523, R$418.461 e R$418.348 nos anos de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA E EBITDA ajustado (em R$ mil)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de:		
	2020	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**361.128**	**284.763**	**284.793**
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	154.441	117.669	127.838
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	5.849	3.234	(6.071)
(-) Receitas Financeiras	21.079	33.129	33.709
(+) Despesas Financeiras	15.931	13.729	8.230
(+) Outorga de opções de ações	-	2.755	8.562
(-) Participação minoritária em controlada	1.407	(58)	(484)
(+) Depreciação e amortização	24.847	20.991	15.984
(+) Amortização de direito de uso (IFRS 16)	5.113	5.496	-
(-) Resultado de equivalência patrimonial	6.673	5.042	4.369
EBITDA	**538.150**	**410.525**	**401.742**
(+/-) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	**(3.544)**	**12.057**	**847**
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored	**(133)**	**(15)**	**418**
(+) EBITDA Pro Forma Brasildental	**8.796**	**7.315**	**6.344**
(-) Reversão ISS	**-**	**(13.568)**	**-**
(+) Aquisições	**256**	**2.148**	**5.997**
EBITDA ajustado	**543.523**	**418.461**	**415.348**

c) Motivo pela qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

EBITDA é o lucro líquido adicionado do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) corrente e diferido, dos tributos incidentes sobre receitas financeiras (PIS/COFINS) contabilizados como despesas administrativas, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido, outorga de opções de ações e outras despesas. O EBITDA não é linha das demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável à utilizada por outras companhias**.**

EBITDA ajustado é o EBITDA adicionado das despesas não recorrentes relacionadas, principalmente, a: (i) serviços profissionais relativos a aquisições; (ii) custos relacionados a absorção de empresas adquiridas; (iii) empresa coligada no México; (iv) patrocínio por incentivo fiscal; (v) associações com o Bradesco e Banco do Brasil e (vi) ajustes contábeis determinados pela ANS. O EBITDA ajustado não é linha de demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados. O EBITDA ajustado não tem significado padronizado, e a nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável à utilizada por outras companhias.

Em razão de não serem consideradas para seus cálculos as despesas e receitas financeiras, o IRPJ, a CSLL, a depreciação, amortização e despesas não recorrentes, o EBITDA ajustado funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do IRPJ e da CSLL, ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA ajustado funcione como ferramenta significativa para comparar periodicamente nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA ajustado permita uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em decorrência da pandemia pelo Covid-19, a Companhia deverá observar menor ritmo na solicitação de senhas por cirurgiões-dentistas e marcação de consultas por beneficiários, proporcional ao tempo que perdurar a pandemia, trazendo, assim, redução do custo de serviços.

A receita consolidada, por sua vez, irá refletir os impactos de eventuais cancelamentos de contratos e desligamentos, podendo também haver maior provisão para perdas sobre créditos, ou descontos financeiros.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
a) Regras sobre a retenção de lucros	O estatuto social da Companhia prevê que o lucro líquido do excercicio terá obrigatoriamente a seguinte destinação: a) 5% para formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; b) pagamento obrigatório de dividendos; c) até 50% para formação da "Reserva Estatutária de Capital Regulatório"; d) até 50% para formação da Reserva de Investimentos e Expansão; e) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos, além dos dividendos obrigatórios nas condições da lei.	O estatuto social da Companhia prevê que o lucro líquido do excercicio terá obrigatoriamente a seguinte destinação: a) 5% para formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; b) pagamento obrigatório de dividendos; c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos, além dos dividendos obrigatórios nas condições da lei.	O estatuto social da Companhia prevê que o lucro líquido do excercicio terá obrigatoriamente a seguinte destinação: a) 5% para formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; b) pagamento obrigatório de dividendos; c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos, além dos dividendos obrigatórios nas condições da lei.
a.i.) Valores das Retenções de Lucros (R$)	R$ 18.056.405,59	R$ 14.238.168,38	R$ 0,00
a.ii.)Percentuais em relação aos lucros totais declarados (%)	5,0%	5,0%	0,0%
a.i.) Valores das Retenções de Lucros (R$) Reserva Estatutária de Capital Regulatório	R$ 4.929.176,86	R$ 35.595.420,96	R$ 122.034.823,93
a.ii.)Percentuais em relação aos lucros totais declarados (%)	1,4%	12,5%	42,9%
a.i.) Valores das Retenções de Lucros (R$) Reserva de Investimento e Expansão	R$ 4.929.176,86	R$ 35.595.420,96	-
a.ii.)Percentuais em relação aos lucros totais declarados (%)	1,4%	12,5%	-
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	Os acionistas terão direito a receber a titulo de dividendos, em cada exercicio, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercicio, com os seguintes ajustes: (i) dedução da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo da reversão, no exercicio, de reservas para contingências anteriormente formadas.	Os acionistas terão direito a receber a titulo de dividendos, em cada exercicio, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercicio, com os seguintes ajustes: (i) dedução da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo da reversão, no exercicio, de reservas para contingências anteriormente formadas.	Os acionistas terão direito a receber a titulo de dividendos, em cada exercicio, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercicio, com os seguintes ajustes: (i) dedução da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo da reversão, no exercicio, de reservas para contingências anteriormente formadas.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Trimestral	Trimestral.	Trimestral.
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não aplicável à Companhia.	Não aplicável à Companhia.	Não aplicável à Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	361.128.111,97	284.763.367,67	284.792.507,09
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	92,270123	70,000000	57,149566
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	29,929779	25,622853	27,718225
Dividendo distribuído total	333.213.352,57	199.334.357,37	162.757.683,16
Lucro líquido retido	27.914.759,40	85.429.010,30	122.034.823,93
Data da aprovação da retenção	05/04/2021	28/04/2020	01/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	13.863.792,97	02/04/2020	17.636.348,66	03/05/2019	15.096.042,97	04/04/2018
Ordinária	13.389.626,64	03/07/2020				
Ordinária	13.304.160,73	07/10/2020				
Ordinária	12.460.108,61	04/01/2021				
Ordinária			15.830.360,87	03/07/2019		
Ordinária			14.893.008,61	09/10/2019		
Ordinária			14.195.533,55	08/01/2020		
Ordinária					14.331.829,60	04/07/2018
Ordinária					14.464.441,15	05/10/2018
Ordinária					15.735.077,46	09/01/2019
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	23.747.337,58	07/10/2020	50.564.997,46	16/05/2019	27.909.101,71	05/09/2018
Ordinária	83.172.994,96	07/10/2020				
Ordinária	72.562.024,85	09/12/2020				
Ordinária	100.713.306,26	06/07/2021				
Ordinária			27.761.170,70	04/09/2019		
Ordinária			22.470.116,09	06/12/2019		
Ordinária			35.982.821,43	03/07/2020		
Ordinária					58.063.327,93	09/01/2019
Ordinária					5.740.541,41	03/05/2019
Ordinária					11.417.320,93	03/05/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de abril de 2019 foi aprovado para distribuição aos acionistas como dividendo complementar a ser pago em 03 de maio de 2019 o valor de R$ 22.017.863,04, observado que R$11.417.320,93 são referentes a lucro verificado no exercício de 2018 **e R$10.600.542,11 são referentes a lucros alocados na reserva de retenção de lucros.**

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Companhia não detém empréstimos e/ou financiamentos

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Companhia não detém empréstimos e/ou financiamentos

3.9 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a) à Companhia:

Poderemos não ser capazes de executar inteiramente a nossa estratégia de negócios.
Nossa capacidade de implementar a estratégia de negócios depende de vários fatores, dentre outros:

- continuar economias de escala;
- atrair com sucesso novos clientes;
- manter a qualidade e a eficiência da nossa rede credenciada, e continuar a gerenciar de maneira eficiente a demanda crescente dos nossos clientes e beneficiários;
- identificar empresas alvo para aquisição;
- celebrar contratos de benefício odontológico com terceiros, tais como grupos de varejo e seguradoras, de forma a ter acesso a segmentos da população que geralmente não estão cobertos pelos planos odontológicos empresariais;
- Avaliar os riscos de celebrar contratos individuais, com o objetivo de entrar em novos segmentos de mercado.
- potencializar as marcas Bradesco Dental, Brasildental e Odonto System.

Não podemos assegurar que qualquer uma das medidas descritas acima será implementada com êxito ou integralmente. Caso não consigamos implementar uma ou mais dessas medidas, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Problemas nos sistemas de tecnologia da informação

Contamos com nossos sistemas de tecnologia para armazenamento, processamento de dados, além de comunicação aos nossos clientes, fornecedores e colaboradores.

Tais sistemas podem sofrer violações, falhas e/ou interrupções, comprometendo informações pessoais para realização de atividades ilegais e/ou uso de forma indevida, expondo a Companhia em processos judiciais decorrentes de fraudes ou falsidades ideológicas pelo uso não autorizado de dados divulgados.

Enfrentamos concorrência significativa em um mercado fragmentado, tanto com os concorrentes atuais quanto com novos concorrentes que possam vir a explorar este setor, o que poderia afetar adversamente a nossa participação de mercado, situação financeira e resultados operacionais.

Concorremos com outras empresas de odontologia de grupo que oferecem planos odontológicos com benefícios similares aos nossos e, ainda, com diversas outras modalidades de operadoras de planos de saúde, que incluem, entre outras, seguradoras, cooperativas médicas e odontológicas e autogestões. Acreditamos que a concorrência continuará a aumentar no futuro e que as seguradoras e os planos médico-hospitalares poderão expandir sua participação no segmento de odontologia, podendo ampliar consequentemente as suas respectivas participações no mercado. Além disso, é possível que novos concorrentes venham a ingressar no segmento de planos odontológicos, alterando o atual ambiente competitivo.
Contamos com serviços de agentes, e corretores independentes e não exclusivos, para comercializar e vender parte dos nossos produtos e benefícios de assistência odontológica, voltados principalmente a empresas de pequeno e médio porte e associações. Esses agentes e corretores independentes geralmente não nos oferecem exclusividade, não tem contratos de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

longo prazo conosco e frequentemente comercializam produtos de assistência odontológica concorrentes. Consequentemente, enfrentamos intensa concorrência pelos serviços e lealdade dos agentes e corretores independentes. Dessa forma, não podemos assegurar que os agentes e corretores independentes com os quais trabalhamos no momento continuarão a comercializar nossos produtos de maneira justa e consistente ou cobrarão comissões que seremos capazes de pagar. Caso tais agentes e corretores independentes deixem de comercializar nossos produtos de maneira justa e consciente, ou passem a cobrar comissões que não somos capazes de pagar, nossa condição financeira e de negócios podem ser adversamente afetadas.

Os resultados das operações poderão ser adversamente afetados se não conseguirmos estimar ou controlar precisamente os custos de assistência odontológica, ou se não pudermos aumentar as tarifas para compensar aumentos dos custos.
Os resultados das operações dependem, em grande parte, da capacidade de estimar ou controlar precisamente os custos de assistência odontológica futuros, especialmente a remuneração paga a nossa rede credenciada de cirurgiões-dentistas. As mensalidades que cobramos dos nossos clientes são, em parte, formadas por estimativas de custos futuros de assistência odontológica esperados ao longo de um período geralmente de dois anos, e podem ser ajustadas anualmente de acordo com a inflação e alterações no índice de sinistralidade dos nossos clientes. Os fatores que podem fazer com que os custos de assistência odontológica ultrapassem as estimativas incluem, dentre outros:

- um aumento do custo de assistência odontológica e dos insumos odontológicos;
- a utilização de assistência odontológica por nossos clientes em um nível acima do esperado;
- a inclusão de novos eventos de tratamento odontológico no plano odontológico mínimo ou mudanças na regulamentação que impliquem em aumento dos nossos custos; e
- outras ocorrências imprevisíveis.

Apesar de nossos esforços em fixar as tarifas com base em estimativas precisas dos nossos custos futuros de assistência odontológica, a concorrência, mudanças na regulamentação governamental e outros fatores poderão fazer com que os custos não sejam integralmente cobertos pelas tarifas em vigor na ocasião. Se formos incapazes de fixar as tarifas em níveis apropriados ou ajustá-las proporcionalmente ao aumento dos custos de assistência odontológica, a nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Poderemos não ser capazes de reter os membros da nossa alta administração, ou empregados qualificados.
Não podemos assegurar que conseguiremos reter os serviços de membros chave da nossa alta administração, e de número limitado de gestores, com experiência na manutenção do nosso crescimento orgânico. Além disso, não podemos assegurar que atrairemos e manteremos administradores e empregados qualificados, podemos vir a ter que oferecer uma remuneração maior para atrair administradores e empregados qualificados, o que poderá representar custos adicionais, que podem não ser compensados pelo aumento do número de beneficiários ou de nossas tarifas.

Não captura das sinergias comerciais da Bradesco Dental e Brasildental, bem como de integração com a Odonto System poderão ter um efeito adverso no resultado financeiro da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

É possível que não consigamos capturar todas as sinergias comerciais e operacionais mapeadas entre nossas operações, a Bradesco Dental, Brasildental, por aderência limitada aos produtos de varejo nas agências, corretores e demais canais de distribuição Bradesco e Banco do Brasil. Em 2011, iniciamos a distribuição de planos odontológicos PME nas agências do Banco Bradesco, com a marca Bradesco Dental. Em 2012 lançamos os planos odontológicos individuais. Em 2014 lançamos o plano individual anual, e em 2015 tiveram início as vendas de planos odontológicos via internet. É possível que haja aderência a esses produtos pelo mercado em níveis abaixo do previsto pela Companhia.

Em 2018, a Companhia concluiu a aquisição, e em 02 de janeiro de 2019 incorporou a Odonto System, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) (tendo sido concluído o processo em 29 de março de 2019 mediante aprovação da ANS através do ofício 39/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE). É possível que não consigamos capturar todas as sinergias identificadas, além de não conseguir gerir as diferenças do modelo de negócio.

A Odontoprev adotou as disposições do CPC 32/IAS 12, que determina que o ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual tais diferenças possam ser utilizadas.

Tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev. Caso tenhamos a queda no lucro tributável que impossibilite aproveitamento da diferença temporária ou outro evento que possa afetar o aproveitamento fiscal esperado, podemos ser obrigados a efetuar a baixa do ativo já constituído.

Interrupções na operação de nosso escritório central ou de nossos sistemas de computadores localizados no nosso escritório poderão ter um efeito adverso em nossas operações e condição financeira.

A gestão das nossas operações é conduzida primeiramente de nossa sede, localizada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo. Nossa plataforma de tecnologia de informação, localizada na sede, é parte integrante dos negócios. Qualquer interrupção na operação do escritório central poderia afetar significativamente de maneira adversa nossa capacidade de gerenciar as atividades da nossa rede credenciada, clientes e beneficiários. Dado o volume de informação processado pelos nossos sistemas de computadores, uma interrupção temporária ou de longa duração, apesar do suporte de cópias de documentos, poderia afetar de maneira adversa e significativa nossas operações. Essa interrupção pode vir a aumentar o tempo necessário para processar informações sobre a nossa rede credenciada e beneficiários, a prestação de serviços e a cobrança relativa à assistência odontológica prestada, afetando a nossa receita operacional bruta e os nossos resultados operacionais.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;
c) a seus acionistas;

Os interesses do acionista controlador podem entrar em conflito com os de demais investidores
Considerando que a Companhia possui Acionista Controlador, este tem poder para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, bem como decidir sobre reorganizações societárias, cancelamento de registro de companhia aberta, alienação de controladas, dentre outros, de modo que pode continuar a ser capaz de nos influenciar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

fortemente, ou exercer poder de controle sobre nossas decisões. Assim, os interesses de nosso Acionista Controlador poderão ser divergentes ou conflitantes com interesses de nossos demais investidores, inclusive para orientar nossos negócios, o que poderá causar efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

d) a suas controladas e coligadas;
Os riscos relacionados às controladas e coligadas estão relacionados aos riscos da Companhia.

e) a seus fornecedores;
Não aplicável.

f) a seus clientes;

Uma redução significativa do número de clientes e/ou beneficiários em nossos planos odontológicos poderia afetar negativamente nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais.
Os fatores que podem contribuir para a perda de clientes incluem, dentre outros:

- A incapacidade de oferecer assistência odontológica a preços competitivos;
- A incapacidade de renovar ou renegociar contratos existentes;
- A decisão do cliente de não mais oferecer benefícios odontológicos aos seus beneficiários; e
- A decisão do cliente de contratar assistência odontológica de empresa concorrente.

Os fatores que podem contribuir para a redução do número dos nossos beneficiários incluem, dentre outros:

- A redução do número de empresas que oferecem planos odontológicos aos seus colaboradores, uma vez que as empresas não são obrigadas a oferecer benefício odontológico;
- A redução do número de beneficiários dos nossos clientes;
- O aumento das tarifas, ou redução dos benefícios odontológicos oferecidos;
- A redução das tarifas, ou aumento dos benefícios odontológicos oferecidos por concorrentes;
- A descontinuidade de um ou mais planos odontológicos; e
- A nossa saída de um determinado mercado de atuação.

Em decorrência da pandemia pelo Covid-19, diversas empresas têm sido impactadas e há incerteza macroeconômica e nos negócios, de todos os setores.

A Companhia deverá observar menor ritmo na solicitação de senhas por cirurgiões-dentistas e marcação de consultas por beneficiários, proporcional ao tempo que perdurar a pandemia, trazendo, assim, redução do custo de serviços. A receita consolidada, por sua vez, irá refletir os impactos de eventuais cancelamentos de contratos e desligamentos, podendo também haver maior provisão para perdas sobre créditos, ou descontos financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue;

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações ordinárias de nossa emissão, além de poder limitar nosso acesso a mercados internacionais.
O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em determinado grau, de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. Eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, podem afetar adversamente a disponibilidade de crédito para sociedades brasileiras no mercado externo, resultando em uma saída significativa de recursos do País e na diminuição da quantidade de moeda estrangeira investida no País. Não há garantia de que o mercado de capitais internacional permaneça aberto às companhias brasileiras, ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes poderiam restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os nossos, o que afetaria adversamente o preço de mercado de nossas ações.
Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado em geral e pelas condições econômicas internacionais, especialmente as condições econômicas nos Estados Unidos da América. As cotações das ações listadas na B3, por exemplo, tem se mostrado historicamente sensíveis às flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos da América, bem como ao comportamento dos principais índices de ações dos Estados Unidos da América. A ocorrência de um ou mais desses fatores poderá afetar adversamente o valor de mercado das nossas ações e dificultar o nosso acesso, no futuro, ao mercado de capitais e financeiro em condições aceitáveis ou sob quaisquer condições.
Poderemos sofrer inflação conjuntural no custo de serviços, superior aos demais índices gerais de preço.
A OdontoPrev tem significativa parcela de seus custos atrelada a inflação de serviços, como a remuneração da rede credenciada de cirurgiões dentistas, o que pode ocasionar aumento conjuntural do nível de despesas.

h) a regulação dos setores em que o emissor atue;

Mudanças na legislação tributária brasileira e na regulamentação da ANS podem vir a afetar negativamente a nossa receita operacional.
Quaisquer mudanças na legislação tributária brasileira podem ter impacto direto nos nossos negócios. O Governo brasileiro está conduzindo esforços para realização de ampla reforma tributária, que podem resultar em tributos adicionais aplicáveis aos nossos negócios, e em mudanças na forma de calcular os tributos devidos. Considerando que certos projetos de leis tributárias estão pendentes no Congresso Nacional, não podemos prever se novas leis tributárias entrarão em vigor no futuro próximo. Se a vigência de tais leis resultarem em aumento de alíquotas de tributos ou novos tributos relacionados aos nossos negócios, a nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais poderão ser afetados materialmente de maneira adversa, na medida em que não consigamos repassar tais aumentos aos nossos clientes.
Além disso, estamos sujeitos às leis federais, estaduais e municipais e regulamentos de diversos órgãos governamentais relativos à proteção do ambiente, da saúde humana e segurança, e em especial, às regulamentações da ANS, que promulga normas, inclusive, sobre os planos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

odontológicos que oferecemos aos nossos clientes, certas cláusulas de nossos contratos com os clientes, nossos cálculos atuariais e outros temas.
Além da sua função regulamentar, também exerce a função de órgão fiscalizador, sendo responsável: (i) pela concessão da nossa licença operacional; (ii) pelo monitoramento do nosso local de trabalho, da nossa rede credenciada e das nossas clinicas odontológicas; e (iii) pela análise das informações sobre nossos clientes e beneficiários e sobre a nossa situação econômico-financeira.
Adicionalmente, o poder público pode editar novas normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode obrigar as empresas do setor odontológico, inclusive nós, a gastar recursos adicionais para se adequar a estas novas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do poder público poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor odontológico e ter um efeito adverso sobre os nossos resultados. Nossas operações podem vir a ser afetadas negativamente por novas regulamentações governamentais, inclusive regulamentações que estabeleçam um sistema de assistência odontológica subsidiado pelo Governo Federal.
O Governo Federal é responsável pelo oferecimento de um sistema de assistência odontológica público, acessível a todos os cidadãos. Entretanto, o sistema atual oferece assistência odontológica limitada e os recursos disponíveis são insuficientes para atender às necessidades de uma parcela significativa da população. Caso o Governo Federal venha a melhorar tais recursos, qualidade e abrangência do sistema odontológico atual a ponto dos nossos clientes optarem pelo sistema público, o nosso crescimento e capacidade para reter os nossos clientes poderá ficar prejudicada.
Além disso, a atividade de odontologia de grupo, regulada pela ANS, tem livre formação de preços. Caso a ANS comece a regular a formação de preços na atividade de odontologia de grupo, isto pode afetar negativamente nossa receita operacional bruta, a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais. Poderemos ter perdas relativas a contratos individuais.
A partir de 2009, conforme RN 195/09, alterada pelas RNs 200/09 e 204/09, a ANS enquadrou como planos individuais contratos antes comercializados como coletivos por adesão. A regulamentação de planos individuais é diversa da dos planos coletivos por adesão, originando, dentre outros efeitos, a constituição de provisão para perdas sobre créditos. Com o crescimento futuro dos planos individuais, poderemos ter que aumentar as despesas relacionadas à provisão para perdas sobre créditos, em linha com a regulamentação específica para este mercado, que determina a manutenção do cliente individual por 60 dias após o início do inadimplemento, e das características de maior risco de crédito inerentes ao mercado individual.

i) aos países estrangeiros onde a companhia atua:

A Companhia pode ter dificuldades na implementação do produto odontológico, bem como sofrer impactos negativos atrelados a regulamentação local.
A OdontoPrev tem atuação no México, visando a operação de planos de assistência odontológica naquele país. Em maio de 2009 a OdontoPrev iniciou atividades mexicanas através de sociedade com o grupo Ike, a Odontored. Ike é a empresa líder no ramo de assistência. Fundada em 1988, tem como sócios as famílias Canasi e o fundo Discovery. Além do México, a empresa opera na Argentina, Brasil, Colômbia e Venezuela, com mais de 25 milhões de clientes individuais. Dentre outros, a Ike tem parcerias comerciais no México com os bancos Santander, Banamex, HSBC e Banorte. Segunda maior economia e população da América Latina, o mercado mexicano de planos odontológicos é ainda bastante incipiente. Em junho de 2013 obtivemos junto a Secretaria de Saúde mexicana autorização para operar como seguradora especializada

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em saúde. Em abril de 2016 foi firmado acordo de acionistas, sendo que por intermédio deste a OdontoPrev assume o controle das operações da Odontored.

j) questões socioambientais;

A Odontoprev não provoca impactos socioambientais significativos, devido à natureza da sua atividade e sua operação fundamentalmente digital. Mesmo assim, a Odontoprev está comprometida nas abordagens preventivas para os desafios ambientais, além de promover responsabilidade ambiental em suas operações com ações de conscientização, educação ambiental e educação para consumo consciente e firma seu compromisso através da Política Ambiental, onde estabelece o compromisso de compatibilizar suas atividades com a conservação do meio ambiente, dentro dos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Todas suas atividades, produtos e serviços estão em harmonia com o meio ambiente, sempre visando sua conservação para gerações futuras, buscando assegurar que as atividades atendam aos requisitos legais e normas ambientais aplicáveis, junto a melhoria contínua no trabalho de prevenir a degradação ambiental. Adicionalmente, tem o compromisso de reduzir os impactos ambientais de seus processos, produtos e serviços, incentivar a pesquisa de novas tecnologias, processos e insumos que minimizem esses impactos e está empenhada na manutenção de um diálogo aberto com a comunidade, clientes e fornecedores, com vistas a troca de informações sobre temas ambientais relevantes.

A companhia realiza a gestão constante das suas emissões, seus resíduos e seus consumos de água e energia. Para mitigar o impacto de suas emissões de Gases de Efeito Estufa, por exemplo, desde 2007 é realizado um projeto de plantio de árvores que já contabiliza mais de 13 mil mudas plantadas em parques, assim como a estratégia de aquisição de créditos de carbono através do mercado voluntário.

A Companhia reafirma o seu apoio aos Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. Nesta comunicação anual sobre os progressos, descrevemos nossas ações de melhorias para a integração do Pacto Global e seus princípios em nossa estratégia de negócios, cultura e operações diárias e nos comprometemos a compartilhar essas informações com nossos principais *stakeholders*. Comprometida com a diversidade e equidade de gênero, a Odontoprev também apoia os Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU.

k) riscos cibernéticos

O espaço cibernético intensificou transformações sociais nos mais diversos campos da atividade humana e entendemos que ele é essencial para fornecer serviços e manter o relacionamento com os nossos colaboradores, parceiros e associados. Mas este mesmo espaço, que causa transformações, também traz diversos riscos relacionados às ameaças cibernéticas que, em constante evolução, criam desafios diários de segurança e privacidade. Por este motivo, a ODONTOPREV criou um programa sólido de gestão de riscos de segurança cibernética e segurança da informação que tem como objetivo garantir que as melhores práticas sejam aplicadas para proteger todo o nosso ecossistema de negócio, o que inclui nossos colaboradores, parceiros, associados e serviços fornecidos no espaço cibernético, mantendo a conformidade com as leis e requisitos regulatórios vigentes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso principal objetivo é garantir a proteção da informação, independentemente de onde ela esteja, e a proteção da vida humana dentro do espaço cibernético. Para alcançar nossos objetivos, contamos com 5 premissas que constroem o alicerce robusto do nosso programa de segurança cibernética e da informação, sendo elas:

- Desenvolver uma compreensão organizacional para gerenciar o risco de segurança cibernética e da informação no que tange a sistemas, pessoas, ativos, dados e recursos através de auditorias e testes recorrentes realizados por empresas terceiras;
- Desenvolver e implementar proteções necessárias para garantir a prestação de serviços críticos através da criação de processos, usos das melhores tecnologias e conscientização de pessoas;
- Desenvolver e implementar atividades necessárias para identificar a ocorrência de um evento de segurança cibernética ou da informação através do monitoramento contínuo de nosso ecossistema, utilizando-se de processos e das melhores tecnologias com o objetivo de fornecer informações em tempo real que serão utilizadas para tomada de decisão;
- Desenvolver e implementar atividades apropriadas para agir contra um incidente detectado de segurança cibernética ou da informação;
- Desenvolver e implementar atividades apropriadas para manter planos de resiliência e restaurar quaisquer recursos ou serviços que foram prejudicados devido a um incidente de segurança cibernética e da informação.

Estas premissas são apoiadas em 4 grandes princípios:

- *SAFETY* - garantir que um incidente de segurança cibernética ou da informação não se torne um acidente e afete fisicamente a vida humana;
- Confidencialidade - garantir que somente as pessoas autorizadas obtenham o acesso à informação;
- Disponibilidade - garantir que a informação esteja disponível para as pessoas autorizadas sempre que necessário;
- Integridade - garantir a exatidão e a completude da informação.

Para que nossas premissas e princípios sejam alcançados, seguimos um conjunto de boas práticas como o NIST CSF, a ISO 27.001 e o CIS CONTROLS, buscando sempre estar em conformidade com a regulamentação aplicável ao nosso negócio, investindo na educação que gera a compreensão dos riscos que existem no espaço cibernético para as pessoas e utilizamos as melhores soluções tecnológicas conectadas com processos sólidos de negócio.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não operavam diretamente e nem apresentavam posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia não possui exposição ao risco cambial, uma vez que 100% das suas operações encontra-se em território nacional.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e de fundos de curto prazo, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 392/15, alterada pela RN 419/16, ambas da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em 31 de dezembro de 2020, 74,3% (71,7% em 31 de dezembro de 2019) dos recursos no Consolidado estão aplicados em fundos de investimentos, tais fundos são impactados substancialmente pela variação da taxa SELIC.

Em atendimento à Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008 e ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação das taxas SELIC e IPCA, conforme quadro a seguir:

					Indexados à SELIC		Outros indexadores		Indexados ao IPCA		
	SELIC/CDI (a.a)[1]	CDBs	FI ANS	FI renda fixa	LFT	LF	*Bond* mexicano (a.a)[3]	CETES	IPCA (a.a)[1]	NTN-B	Total de aplicações financeiras
Nível hierárquico[2]	-	2	2	2	1	1	-	1	-	1	-
Aplicações	-	3.723	886	533.865	132.897	21.882	-	8.746	-	16.541	718.540
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:											
Provável	2,85%	106	25	15.215	3.788	624	4,19%	366	-1,55%	(256)	19.868
Queda 25%	2,14%	80	19	11.411	2.841	468	3,14%	275	-1,16%	(192)	14.902
Queda 50%	1,43%	53	13	7.608	1.894	312	2,10%	183	-0,78%	(128)	9.935
Elevação 25%	3,56%	133	32	19.019	4.734	780	5,24%	458	-1,94%	(320)	24.836
Elevação 50%	4,28%	159	38	22.823	5.681	935	6,29%	550	-2,33%	(385)	29.801

[1]Baseada nas curvas de juros disponibilizadas pela B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.
[2]Classificação nível hierárquico (nota 2.6.3).
[3]Taxas disponíveis no Banco do México.

Certificados de depósito bancário (CDBs): distribuição e classificação

Aplicações financeiras - distribuição e classificação

	Consolidado				*Ratings* das instituições financeiras					
					Fitch		Moody's		S&P	
	31 de dezembro de 2020	Rendimento médio % do CDI	31 de dezembro de 2019	Rendimento médio % do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
Caixa Econômica Federal	3.723	103,0%	12.437	100,8%	F1+	AA	NP	Ba2	brA-1+	brAAA
Banco Santander (Brasil) S.A.	680	103,0%	1.982	103,0%	F1+	AAA	P-3	Baa3	brA-1+	brAAA
Banco Safra S.A.	17.884	105,8%	17.471	103,0%	F1+	AA+	NP	Ba1	brA-1+	brAAA
Itaú Unibanco S.A.	2.988	102,3%	2.328	94,0%	F1+	AAA	NP	Ba1	brA-1+	brAAA
Banco Bradesco S.A.	684.189	101,4%	494.601	94,0%	F1+	AAA	NP	Ba1	brA-1+	brAAA
BNP Paribas	330	103,7%	-	-	F1	A+	P-1	Aa3	-	brAAA
Governo mexicano	8.746	-	4.215	-	-	-	-	-	-	-
	718.540		533.034							

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, no qual os processos estimados como “perdas possíveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e no posicionamento do judiciário, 100% dos valores pretendidos são provisionados

Adicionalmente são analisados individualmente os processos administrativos com autuação pelos Órgãos de Defesa do Consumidor, Agência Reguladora (ANS) e Órgãos de Classe, com aplicação de sanção pecuniária e pendentes de julgamento, para os quais são estabelecidas estimativas individuais, que podem ser alteradas a depender da fase processual ou definição de entendimentos pelos órgãos. A Companhia e suas Controladas consideram relevantes tais processos administrativos.

Os processos perante a ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde e demais avaliações de âmbito regulatório, e os processos perante os órgãos de proteção ao consumidor e perante os órgãos de classe podem acarretar prejuízos materiais e de imagem a Companhia e suas controladas. Nesse sentido, são objeto de provisão os processos administrativos perante a ANS em que a Companhia e/ou suas Controladas e Coligadas são partes, estimados como “perdas possíveis”, em valores correspondentes a 25% dos valores de autuação/condenação, enquanto mantida essa estimativa de perda.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa Selic).

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2020, figuravam em 2.420 processos judiciais e administrativos. Para os processos enquadrados nos termos acima, a Companhia e suas controladas estimam provisionar valor suficiente para suportar eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionados os processos considerados relevantes para a Companhia e suas controladas, em que figuram como parte em 31 de dezembro de 2020. Tendo em vista a atividade da Companhia e suas controladas, os processos em andamento, em sua maioria, possuem valores que não impactam, de forma significativa, seu patrimônio ou capacidade financeira.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Cíveis

Processo nº	1079080-36.2013.8.26.0100
a. juizo	41ª Vara Cível de Barueri/SP
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	15.10.2013
d. partes no processo	Autora: Odontoprev S.A. Réu: Innovative Consultoria em Sistemas de Informática Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.647.993,95
f. principais fatos	Obter a condenação da ré ao pagamento de indenização, multa rescisória, custas e honorários advocatícios, tendo em vista os graves e sucessivos descumprimentos contratuais.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do valor pleiteado.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$ 0,00

Processo nº	0027378-64.2010.805.0001
a. juizo	11ª Vara Cível de Salvador/BA
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	25/03/2011
d. partes no processo	Autora: Ministério Público do Estado da Bahia Réu: Odontoprev S.A. e outras.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 276.973,78
f. principais fatos	Declaração de nulidade de supostas cláusulas abusivas e compelir a Odontoprev, sob pena de multa diária de R$20.000,00, a (i) não vincular a contratação de plano odontológico à prévia inserção do consumidor em sistemas de cartão de crédito de determinadas administradoras; (ii) retirar os seus funcionários dos estabelecimentos das co-rés; (iii) não induzir os consumidores a se vincularem a qualquer pessoa jurídica para contratação de plano odontológico coletivo; (iv) disponibilizar a contratação de planos individuais, familiares e coletivos em suas próprias dependências, sem participação de funcionários ou corretores atrelados às co-rés ou a quaisquer outras pessoas jurídicas; (v) estipular o valor da taxa mensal individual do plano coletivo de acordo com as normas em vigor e com as determinações da ANS; (vi) não utilizar sistema de prépagamento;(vii) inserir no rol de coberturas os procedimentos elencados na resolução n. 154 daANS; (viii) reajustar o valor mensal na data de aniversário do plano odontológico coletivo, não aplicando qualquer majoração em período inferior a um ano; (ix) excluir a cláusula contratual segundo a qual havendo qualquer alteração na legislação sobre a periodicidade anual dos aumentos; (x) exigir coparticipação não superior a 20% do valor dos procedimentos; (xi) para o caso de não pagamento na data de vencimento, respeitar as regras estabelecidas no art. 13, inc, II da Lei de Planos de Saúde; (xii) não criar obstáculos para exclusão de beneficiários; (xiii) não vincular a inserção do consumidor em sistema de cartão de crédito à prévia contratação de plano odontológico; (xiv) em caso de exclusão voluntária do beneficiário, estipular multa rescisória no valor de uma mensalidade; (xv) indenização pelos danos difusos no valor de R$ 250.000,00 ao Fundo de Reparação de Interesses Difusos.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido e eventuais ajustes operacionais, com baixo impacto.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	583.00.2009.108455-0 (0108455-41.2009.8.26.0100)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

a. juizo	31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	26.01.2009
d. partes no processo	Autora: Odontoprev S.A Rés: Presdental – Assistência Odontologia Empresarial S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.876.063,65
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária proposta pela Odontoprev em virtude da inobservância do direito de preferência detido pela Autora com relação à carteira de clientes da Ré, bem como inadimplemento de faturas por parte da Presdental. Apresentada reconvenção pela Ré.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do valor pleiteado.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**583.00.2009.138444-3 (0138444-92.2009.8.26.0100)**
a. juizo	31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP.
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	10.04.2009
d. partes no processo	Autora: Presdental – Assistência Odontologia Empresarial S/A Rés:OdontoPrev
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 7.763.493,71
f. principais fatos	Trata-se de reconvenção interposta pela Presdental contra a Odontoprev, nos autos da ação 583.00.2009.108455-0, sob alegação de que a culpa é da Autora-Reconvinda pela rescisão do Contrato firmado entre as partes, requerendo a sua condenação ao pagamento em favor da Ré- Reconvinte da quantia de R$ 3.249.841,23.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**0003566-71.2016.4.03.6144**
a. juizo	1ª Vara Cível Federal de Barueri/SP.
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	08.04.2016
d. partes no processo	Autora: ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar Ré: OdontoPrev S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.047.485,26
f. principais fatos	Trata-se de ação proposta pela ANS, visando a excução fiscal da dívida ativa consubstanciada na Certidão de Inscrição em Dívida Ativa. OBS: Valor da causa: R$1.047.485,26, garantido por carta de fiança bancária.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido (já garantido).
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**0004242-53.2015.4.03.6144**
a. juizo	2ª Vara Cível Federal de Barueri/SP.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	06.04.2015
d. partes no processo	Autora: ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar Ré: OdontoPrev S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.404.736,95
f. principais fatos	Trata-se de ação proposta pela ANS, visando a excução fiscal da dívida ativa consubstanciada na Certidão de Inscrição em Dívida Ativa. OBS: Valor da Causa: R$ 1.404.736,95, garantida por carta de fiança bancária.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido (já garantido).
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**0168894-08.2016.4.02.5101**
a. juizo	6ª Vara Cível do Rio de Janeiro/RJ.
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	29.11.2016
d. partes no processo	Autora: OdontoPrev S/A Ré: ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 969.759,00
f. principais fatos	Trata-se de ação anulatória, com pedido de tutela antecipada, proposta contra multa aplicada à ODONTOPREV, OBS: Valor da Causa: R$ 969.759,00 , garantido por carta de fiança bancária.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido (já garantido).
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Trabalhistas

Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Tributários-Judiciais

Processo nº	**54211-18.2010.4.01.3800**
a. juizo	7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
b. instancia	2ª instância
c. data de instauracao	19/07/2010
d. partes no processo	Autora: Garcia Pedrosa Réu:União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 43.387,67
f. principais fatos	Objeto: Contribuição Previdenciária sobre os pagamentos feitos a profissionais odontológicos (fatos geradores a partir de 1º de junho de 2010) - compensação dos valores referentes aos fatos geradores ocorridos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança. Sentença denegou a segurança. Interposto recurso de apelação pela Garcia Pedrosa, o qual foi provido para reconhecer a não incidência da contribuição previdenciária patronal. A empresa opôs embargos de declaração apenas para adequar a possibilidade de compensação dos valores indevidamente recolhidos com as próprias contribuições previdenciárias patronais vincendas. Referido recurso foi acolhido. A Fazenda Nacional interpôs Recursos Especial e Extraordinário, que pendem de exame de admissibilidade.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	PROBABILIDADE DE ÊXITO: PROVÁVEL, A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ESTÁ CONSOLIDADO A FAVOR DO PLEITO DAS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE. POSSÍVEL, QUANTO AO PEDIDO DE COMPENSAÇÃO.
h. analise do impacto em caso de perda doprocesso	Incidência de contribuição previdenciária aos pagamentos aos profisionais odontológos.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**1009941-78.2017.4.01.3400**
a. juizo	Seção Judiciária do Distrito Federal
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	16/08/2017
d. partes no processo	BrasilDental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Garcia Pedrosa LTDA e OdontoPrev S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 32.695.508,56
f. principais fatos	Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária cumulada com Repetição de Indébito com vistas ao afastamento da obrigatoriedade de recolhimento da Taxa de Saúde Suplementar (“TSS”) à que faz alusão o artigo 20, inciso I, da Lei nº 9.961/2000, uma vez que, tendo sua base de cálculo sido fixada Resolução RDC nº 10/2000, sucedida pelas Resoluções Normativas nos 7/2002 e 89/2005, a cobrança da referida taxa constitui ofensa ao princípio da legalidade estrita, disciplinado no artigo 150, inciso I, da Constituição Federal, e, por conseguinte, afronta o artigo 97, inciso IV, do Código Tributário Nacional.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**0000888-33.2013.4.03.6130**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

a. juizo	Seção Judiciária do Distrito Federal
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	16/08/2017
d. partes no processo	Autor: OdontoPrev S/A Réu: Delegado da Receita Federal Brasileira de Barueri.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.317.766,42
f. principais fatos	Se trata de Mandado de Segurança para exclusão das verbas indenizatórias/compensatórias da base de cálculo das contribuições previdenciárias e das contribuições a terceiros. Exclusão das verbas indenizatórias/compensatórias, sem natureza salarial, da base de cálculo das contribuições previdenciárias e das contribuições a terceiros (Salário maternidade, Adicional Noturno, Adicional de Periculosidade, Horas Extras, Adicional de Hora Extra, Auxílio acidente, Auxílio-doença, Adicional de Insalubridade, Férias, 1/3 de Férias, 13º Salário Indenizado, Comissões, Gratificações, Aviso Prévio Indenizado e suas projeções sobre as verbas rescisórias, Auxílio-creche.)
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Incidência das verbas indenizatórias/compensatórias na base de calculo das contibuições previdênciárias e sociais.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**5000338-03.2016.4.03.6144**
a. juizo	1ª Vara Cível de Barueri Justiça Federal
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	18/08/2016
d. partes no processo	ODONTOPREV S.A. - BRASILDENTAL OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A. e CLIDEC CLINICA DENTÁRIA ESPECIALIZADA CURA D'ARS LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.513.002,13
f. principais fatos	Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS - Distribuído Mandado de Segurança. Indeferida a liminar peliteada. Interposto Agravo de Instrumento (AI n.º 5001528-03.2016.4.03.0000), o qual aguarda apreciação do pleito de antecipação de tutela. Proferida sentença denegando a segurança vindicada. O Agravo de Instrumento foi julgado prejudicado, em razão da prolação de sentença em Primeira Instância. Opostos Embargos de Declaração os quais foram acolhidos apenas para correção de erro material na sentença, porém mantendo a denegação da segurança vindicada. Interposto Recurso de Apelação pela empresa, o qual foi remetido ao TRF-3 em Março de 2018. O processo foi incluído em pauta para julgamentos do dia 05/12/2018.Após o voto do Relator, dando provimento à apelação, no que foi acompanhado pelo Juiz Federal Convocado MARCIO CATAPANI, e do voto divergente da Des. Fed. Cecília Marcondes, negando-lhe provimento, o feito ficou sobrestado nos termos do artigo 942/CPC. Aguarda-se a disponibilização do inteiro teor do acórdão.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Incidência do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**5141583-46.2018.8.13.0024**
a. juizo	1ª Vara Cível de Barueri Justiça Federal

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	05/10/2018
d. partes no processo	Autora: Garcia Pedrosa Ltda. Ré: Municipio de Belo Horizonte
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 64.771,78
f. principais fatos	a) declaração do direito da Autora de proceder ao recolhimento do ISS incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22 e 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03 sobre o efetivo preço do serviço, correspondente ao valor recebido dos contratantes dos planos (mensalidades) deduzido dos montantes repassados em favor dos profissionais que prestam serviços odontológicos aos usuários dos planos, afastando-se as restrições previstas no artigo 13-B da Lei Municipal 8.725/03; e, b) restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de ISS em favor do Município de Belo Horizonte desde março/2018, bem como os valores do imposto que eventualmente venham a ser recolhidos no curso da demanda sobre base de cálculo que contempla os montantes repassados em favor dos profissionais que prestam serviços odontológicos aos usuários dos planos, montante que deverá ser devidamente atualizado pelos mesmos critérios adotados pelo Município de Belo Horizonte na cobrança dos seus créditos tributários desde a data do recolhimento indevido
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Provável
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Incidência do valor referente ao repasse aos dentistas na base do ISS.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Tributários-Adm

Processo nº	**Auto de Infração nº. 04/351178/2008**
a. juizo	Conselho Municipal Contribuinte do Rio de Janeiro
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	09/05/2003
d. partes no processo	Autuada: Odontoprev S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 894.544,30
f. principais fatos	Cobrança de ISS supostamente devido e não recolhido sobre os planos odontológicos no período de 01/2004 a 12/2007, bem como multa por descumprimento.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**13896.000852/2010-91**
a. juizo	Secretaria da Receita Federal de Barueri
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	30/04/2010.
d. partes no processo	Autora: Odontoprev S.A. Réu: Receita Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.318.755,94
f. principais fatos	Análise de PER/DCOMP´s eletrônicas, por meio das quais a requerente objetiva compensar crédito oriundo de saldo negativo de Imposto de Renda Jurídica, apurado no ano-base de 2002, com débitos de tributos administrados pela Receita Federal.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

Processo nº	**15983.720159/2015-90**
a. juizo	Receita Federal do brasil
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	31/08/2015
d. partes no processo	Réu: Odontoprev S.A. Autora: Fisco Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$26.847.892,34
f. principais fatos	Processo Administrativo decorrente de autos de infração lavrados em 31/08/2015, por meio dos quais foi constituído crédito tributário referente a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, cumuladas com juros de mora e multa de ofício. De acordo com as informações extraídas do Termo de Verificação Fiscal, a ODONTOPREV S.A. teria remunerado seus administradores e empregados por intermédio da outorga de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Possível
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	**15983.720160/2015-14**
a. juizo	Receita Federal do brasil
b. instancia	1ª instância
c. data de instauracao	31/08/2015
d. partes no processo	Réu: Odontoprev S.A. Autora: Fisco Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$14.424.986,59
f. principais fatos	Processo Administrativo consubstanciado em Auto de Infração constituindo crédito tributário relativo à multa isolada, em razão da suposta falta de retenção de IR-Fonte, referente aos períodos de apuração de 09/2010, 11/2010, 04/2011, 05/2011, 08/2011, 04/2012 e 07/2012, no âmbito do Plano de Outorga de Compra de Ações da Companhia. De acordo com a fiscalização a outorga de opções se caracterizaria como rendimento/remuneração, de modo que a Companhia deveria ter retido IRRF sobre tais valores.
g. chance de perda (provavel, possivel ou remota)	Remota.
h. analise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.
i. valor provisionado (se houver provisao)	R$0,00

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não há.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não há.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Não há.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

(Valores consolidados expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os potenciais riscos identificados em *due dilligence* efetuados nos processos de aquisição estão provisionados e garantidos por depósitos em conta vinculada, seguro garantia e carta fiança.

Em 31 de dezembro de 2020 correspondem a R$15.437.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

A Companhia somente possui ações ordinárias emitidas no Brasil, não detendo nenhum valor mobiliário em outro país.

a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável.

b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável.

c) hipóteses de cancelamento de registro , bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável.

d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável.

e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Odontoprev possui Política Institucional de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos (nova versão da antiga Política de Gerenciamento de Riscos, de 2017) aprovada pelo Conselho de Administração em 04/03/2020; que tem como objetivo apresentar os conceitos, diretrizes e responsabilidades em relação a práticas de governança corporativa, processos de gerenciamento de riscos e controles internos adotadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, de forma a esclarecer as fases de identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos decorrentes dos negócios realizados pela Companhia e suas controladas, categorizados em estratégico, imagem, legal, subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos decorrentes dos negócios realizados pela Companhia e suas controladas, categorizados em estratégico, imagem, legal, subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Basicamente, a Odontoprev se utiliza dos seguintes instrumentos de proteção: uniformização do conhecimento entre os gestores de risco sobre os principais riscos das suas atividades; condução de tomadas de decisão que possam dar tratamento e monitoramento de riscos; promoção da garantia do cumprimento da missão da Companhia; implantação de processos internos para preservar a Companhia de perdas relevantes decorrentes de eventos de risco; segregação de funções nas atividades; execução de conferências diversas; realização de revisões e aprovações de transações, atividades ou processos – operacionais ou administrativos; definição de alçadas para aprovação; execução de conciliações em geral; prévia avaliação de riscos de processos, produtos e serviços; instalação de mecanismos de proteção física dos ativos; implantação de segurança lógica nos sistemas; revisões do desempenho operacional; estabelecimento e aplicação de um programa de gestão da continuidade dos negócios; e, monitoramento das atividades, processos e do desempenho dos produtos e serviços.

iii.a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todos os administradores e colaboradores são responsáveis pelo gerenciamento de riscos da Odontoprev e controladas, identificando preventivamente novos riscos, monitorando e tomando ações de resposta para evitar, eliminar ou controlar os riscos conhecidos.

Por outro lado, a Companhia adota a seguinte estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

1) Conselho de Administração: Órgão composto e regido nos termos da Lei das S.A. e dos artigos 12 a 18 do estatuto social da Odontoprev S.A., responsável, entre outras atribuições, por: (i) aprovar a Política de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos; (ii) estabelecer os limites dos riscos que a Companhia poderá enfrentar na condução de seus negócios; (iii) monitorar e reavaliar

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

periodicamente os riscos estratégico e de imagem; e (iv) avaliar, quando requerido pelo Comitê de Auditoria ou Diretoria, a situação da Companhia em relação aos diversos riscos.

2) Comitê de Auditoria: Órgão estatutário de apoio ao Conselho de Administração, responsável principalmente por (i) avaliar a Política de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos; e (ii) monitorar e reavaliar periodicamente os riscos legal, subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional, com apoio da Auditoria Interna e da Auditoria Independente.
3) Comitê de Gestão de Pessoas: Órgão estatutário de apoio ao Conselho de Administração, cuja função é (i) Supervisionar e revisar as políticas e práticas de remuneração e propor ao Conselho de Administração a remuneração dos Administradores; (ii) Assessorar o Conselho de Administração em suas responsabilidades de eleger, avaliar e destituir o Diretor Presidente e demais Diretores da companhia; (iii) Diligenciar para que a companhia se prepare com a antecedência necessária para a sucessão dos Diretores e demais cargos chave de seu alto escalão; (iv) Monitorar os programas de atração e retenção dos talentos da Companhia, indicadores de satisfação e clima organizacional; e (v) Monitorar o perfil de experiências e competências dos Administradores com atenção às oportunidades de aprimoramento.

4) Conselho Fiscal: Órgão estatutário, responsável por monitorar e reavaliar periodicamente o risco operacional, efetuando a análise das demonstrações financeiras com o apoio da Auditoria Independente.
5) Comissão de Segurança da Informação e Privacidade de Dados: Subordinada à Presidência, visa assegurar que os conceitos e diretrizes da Política Corporativa de Segurança da Informação estejam disseminados e implementados na Companhia, mitigando o risco operacional. A Comissão é apoiada pela área de Segurança da Informação e Privacidade de Dados.
6) Comitê de Apuração e Ética: Subordinado à Presidência, o Comitê é o guardião do Código de Conduta Ética e da Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos, buscando manter sob controle os riscos de imagem, legal e operacional.
7) Compliance: Área vinculada à Presidência, responsável pelas atividades de coordenação, monitoração e gerenciamento do risco legal.
8) Auditoria Interna: Área vinculada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Responsável pela avaliação dos processos de gestão de riscos; sistemas de controles internos; e mecanismos e procedimentos internos para o cumprimento de leis, resoluções, regimentos e regulamentos da Companhia. A unidade de Auditoria Interna dispõe das condições necessárias para a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos e gerenciamento de riscos da Companhia.

Atualmente, a Companhia está implementando o Comitê de Risco e a área de Gestão de Riscos e Controles Internos, que buscarão auxiliar os administradores e colaboradores no processo de gerenciamento de riscos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Odontoprev possui desde 2017 uma Política de Gerenciamento de Riscos, que na versão atual foi renomeada para Política Institucional de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos e aprovada pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2020, conforme citado no item 5.1, que abrange e monitora, dentre outros riscos, o risco de mercado.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não operavam diretamente e nem apresentavam posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção;

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e de fundos de curto prazo, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 392/2015, alterada pela RN 419/2016, ambas da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge);

Não aplicável.

iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge);

Não aplicável.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos;

Em atendimento à Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008 e ao CPC 40 (R1)/IFRS 7– Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas Controladas realizam análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação das taxas SELIC, IPCA e CETES (Certificados de la Tesorería de la Federación – México), conforme descrito no item 4.2 deste formulário.

A Companhia e suas Controladas também analisam a alocação de seus instrumentos financeiros, por emissor e tipo de aplicação.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;

Não aplicável.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; e

A Diretoria Administrativo Financeiro e a Superintendência Financeira são responsáveis pelo gerenciamento de riscos de mercado da Odontoprev e controladas, identificando preventivamente novos riscos, monitorando e tomando ações de resposta para evitar, eliminar ou controlar os riscos conhecidos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Por outro lado, a Companhia adota a seguinte estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

1) Conselho de Administração: Órgão composto e regido nos termos da Lei das S.A. e dos artigos 12 a 18 do estatuto social da Odontoprev S.A.. Responsável, entre outras atribuições, por (i) aprovar a Política de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos; (ii) estabelecer os limites dos riscos que a Companhia poderá enfrentar na condução de seus negócios; e (iii) avaliar, quando requerido pelo Comitê de Auditoria ou Diretoria, a situação da Companhia em relação aos riscos de mercado.
2) Comitê de Auditoria: Órgão estatutário de apoio ao Conselho de Administração, responsável principalmente por (i) avaliar a Política de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos; e (ii) monitorar e reavaliar periodicamente os riscos de mercado, com apoio da Auditoria Interna e da Auditoria Independente.
3) Auditoria Interna: Área vinculada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Responsável pela avaliação dos processos de gestão de riscos, inclusive de mercado; sistemas de controles internos; e mecanismos e procedimentos internos para o cumprimento de leis, resoluções, regimentos e regulamentos da Companhia. A unidade de Auditoria Interna dispõe das condições necessárias para a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos e gerenciamento de riscos da Companhia.

Atualmente, a Companhia está implementando o Comitê de Risco e a área de Gestão de Riscos e Controles Internos, que buscarão auxiliar a Diretoria Administrativo Financeiro e a Superintendência Financeira no gerenciamento dos riscos de mercado.

c) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não aplicável.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Compahia define Políticas Corporativas como sendo **regras básicas** que orientam a conduta estratégica e operacional dos administradores e colaboradores da Companhia. As Políticas Corporativas refletem o pensamento da Alta Administração da Organização, auxiliando na definição de padrões, parâmetros, critérios, condutas, responsabilidades e limites de autoridade. As Políticas Corporativas auxiliam a Companhia no fortalecimento de seus controles internos, no gerenciamento de riscos e no atendimento das leis e dos normativos em vigor.

A partir das Políticas Corporativas são desenvolvidos procedimentos que visam detalhar suas regras básicas. O detalhamento é aquele necessário para que todo colaborador tenha condição de adquirir um entendimento razoável de um processo e, consequentemente, replicá-lo no seu dia a dia. Em via de regra, os procedimentos são documentados em manuais, físicos ou eletrônicos.

As práticas de controle ocorrem em todos os níveis organizacionais da Companhia e abrangem, entre outras, a revisão e aprovação das Políticas Corporativas e procedimentos; o estabelecimento de segregação de funções nas atividades e processos; a execução de conferências diversas; a revisão e/ou aprovação de atividades, processos, produtos e serviços; as limitações de autoridade por alçadas; a execução de conciliações em geral; a prévia avaliação legal ou regulatória de atividades, processos, produtos e serviços; a instalação de mecanismos de proteção física dos ativos; a implantação de segurança lógica nos sistemas; as revisões de desempenho operacional; o estabelecimento e aplicação de um programa de gestão da continuidade dos negócios; e, principalmente, o monitoramento das atividades, processos, produtos e serviços pelos órgãos de governança corporativa (Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna) e auditoria independente.

Em relação às demonstrações financeiras, os principais controles sobre a elaboração e acompanhamento de tais demonstrações incluem:

- Controles de acesso aos sistemas de tecnologia, em especial, financeiro e contábil.
- Análises e conciliações contábeis entre registros e suportes operacionais.

Os monitoramentos executados pelos gestores de riscos e órgãos de governança corporativa não apontaram deficiências significativas nos controles internos relativos às demonstrações financeiras da Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Em via de regra, o gestor de cada área da Companhia é o colaborador responsável por elaborar as Políticas Corporativas e procedimentos daquela área, além de controlar, com o auxílio da Diretoria, o cumprimento de tais regras e procedimentos por parte dos demais colaboradores.

Por sua vez, os órgãos de governança corporativa (Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna) monitoram a eficácia e eficiência dos controles internos definidos nas Políticas Corporativas e procedimentos das diversas áreas da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Mensalmente, as informações contábeis são submetidas à Diretoria e ao Comitê de Auditoria para acompanhamento e, trimestralmente, à auditoria independente, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, além da Diretoria e Comitê de Auditoria.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os procedimentos operacionais e seus respectivos controles são revisados e pelos gestores das áreas e pela Diretoria e monitorados pelos órgãos de governança corporativa.

Dentre os diversos órgãos de governança corporativa, a Companhia mantém as seguintes áereas:

Compliance: área designada pelo Conselho de Administração, na forma prevista no estatuto social e regimento correspondentes. É responsável pelas atividades de coordenação, monitoração e gerenciamento do risco legal. A área de Compliance tem como objetivo fomentar a cultura de Compliance, onde cada Gestor de Risco e cada colaborador entendem sua importância nos processos, sejam eles mandatórios, por força regulamentar ou não. O Programa de Compliance na Companhia é um conjunto de ações que tem como foco principal garantir o cumprimento das leis e normas regulamentares (incluindo, mas não se limitando à regulamentação da ANS, CVM e órgãos de classe) e processos internos, prevenindo e controlando os riscos envolvidos nas atividades da Companhia, o Código de Conduta Ética e todas as demais políticas estabelecidas. Além disso, compreende o Programa de Integridade da Companhia, definido conforme os critérios de eficácia previstos no art. 41 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

Gestão de Riscos e Controles Internos: área em processo de estruturação, responsável por apoiar tecnicamente os gestores das áreas no desenho e implementação de seus controles internos e na revisão e acompanhamento de sua aplicação.

Auditoria Interna: responde funcionalmente ao Conselho de Administração, com supervisão dada pelo Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração. A Auditoria Interna é responsável por assegurar que as Políticas Corporativas e procedimentos estão sendo atendidos pelos colaboradores e Diretores da Companhia, além de avaliar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança implementados. A área de Auditoria Interna, gerida por um gerente com larga experiência na função, possui regimento interno, aprovado em 14/08/13 e atualizado em 27/11/19 pelo Conselho de Administração, além de ter seu orçamento para o ano de 2021 aprovado em 25/11/20 pelo Comitê de Auditoria, que o julgou suficiente.

Adicionalmente é mantido Comitê de Auditoria, órgão independente, de caráter consultivo e permanente, responsável pela revisão e supervisão: (i) dos processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros; (ii) dos processos de controles internos e administração de riscos; e (iii) das atividades dos auditores externos independentes e dos auditores internos.

Todos os apontamentos de auditoria (Auditoria Interna, auditores independentes e de órgãos reguladores/fiscalizadores) possuem planos de ações associados, registrados em sistema específico de gerenciamento de riscos. A área de Controles Internos monitora a implementação de cada plano de ação, reportando periodicamente o status ao Comitê de Auditoria, além de validar se as ações implementadas endereçam adequadamente as falhas identificadas. Eventual pedido de postergação

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

do prazo de implementação de plano de ação, somente é acatado caso o pedido tenha sido aprovado pela Diretoria e/ou Comitê de Auditoria, dependendo da criticidade do apontamento.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Odontoprev S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e em cumprimento ao que determina o item 6.3.9 da Resolução Normativa 418/2016 (Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS), a auditoria independente apresentou recomendações e observações sobre as deficiências e adequação dos controles internos, exclusivamente decorrentes de aspectos ou assuntos identificados na aplicação de procedimentos executados com o propósito de determinar a época, extensão e natureza dos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras, de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais. Os auditores independentes não são requeridos a opinar sobre os controles internos, e não o fizeram, sendo os comentários sobre os controles internos decorrentes de procedimentos adotados e, portanto, não refletem uma avaliação dos controles internos da Companhia.

Como resultado dos procedimentos acima citados, foram identificadas deficiências de controles internos cujas recomendações tem como finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e os procedimentos contábeis da Odontoprev S.A.. No entanto, não foram identificadas deficiências e recomendações em relação aos controles internos da Companhia classificados como “Deficiência Significativa”.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia concorda com a avaliação dos auditores independentes em relação à ausência de deficiências significativas no relatório de controles internos referente ao exercício findo 2020.

A Administração avaliou as recomendações dos auditores independentes, acompanhando e monitorando eventuais deficiências e recomendações, e adotou, quando necessário, planos de ação para endereçar tais recomendações.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companha possui a Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos e Código de Conduta Ética.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A Companhia encoraja e respalda, de forma ilimitada, o oferecimento de denúncia sobre qualquer ato ou omissão que possa vir a configurar transgressão ao seu Código de Conduta Ética e à legislação em vigor, incluindo a lei anticorrupção e a lei de licitações vigentes.

Os principais mecanismos de integridade envolvem (a) o monitoramento pelos administradores da Odontop~~P~~rev de toda transação, interrompendo e comunicando atitudes suspeitas praticadas por subordinados, pares e fornecedores de bens e serviços; (b) a homologação, gestão e monitoramento de corretores, rede credenciada e demais fornecedores por áreas específicas da Odontoprev; (c) o controle por parte das áreas comercial e pós-venda dos procedimentos para participação em licitações públicas, com análise prévia por parte do departamento jurídico de todos os processos de concorrência pública; (d) adoção de conjunto de regras, procedimentos e controles, por parte da área de compras, dos processos de homologação e de revisão cadastral dos fornecedores de bens e serviços, prevenindo a contratação ou manutenção na base de empresas inidôneas, suspeitas de envolvimento em atividade ilícitas ou com estrutura societária ou administrativa que possa gerar conflito de interesses à Companhia; (e) o monitoramento pelo Financeiro dos pagamentos para fornecedores de alto risco; (f) existência de um Código de Conduta Ética; (g) canal de denúncias que preserva a identidade dos denunciantes e cuja recepção das ocorrências está a cargo da área de Compliance, área com reporte direto ao Conselho de Administração, direta ou indiretamente, por meio do Comitê de Auditoria, e livre de responsabilidade ou autoridade operacional sobre as atividades da Organização; (h) Comitê de Apuração e Ética; (i) auditoria independente das demonstrações financeiras; e (j) treinamento mandatório sobre Conduta Ética, Compliance e a Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos, a cargo da área de Compliance.

Os riscos, políticas e práticas são avaliados periodicamente, no prazo máximo de 1 (um) ano ou em qualquer tempo a depender da necessidade ou atualização regulatória, normativa ou legislativa.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando

5.4 - Programa de Integridade

suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A área de Compliance da Companhia foi designada pelo Conselho de Administração, na forma prevista no estatuto social e regimento correspondentes. É responsável pelas atividades de coordenação, monitoração e gerenciamento do risco legal. Seu objetivo é fomentar a cultura de Compliance, onde cada Gestor de Risco e cada colaborador entendem sua importância nos processos, sejam eles mandatórios, por força regulamentar ou não.

Já a área de Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, é a responsável por executar testes de auditoria periódicos para assegurar que os mecanismos adotados pela Companhia, visando o combate à corrupção e aos demais atos ilícitos, estão funcionando adequadamente.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, documento público (http://ri.odontoprev.com.br), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, com última atualização aprovada em ata de Reunião do referido órgão em 08/07/2020.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Sim, conforme item 1.1.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Para todo novo administrador eleito e empregado contratado é requerido, no ato da posse e/ou na contratação, a realizar os treinamentos mandatórios sobre ética, o código de conduta ética e sobre a política de combate à corrupção e demais atos ilícitos. A área de Compliance e o Comitê de Apuração e Ética são responsáveis por garantir que tais treinamentos sejam realizados.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Tanto o Código de Conduta Ética como a Política de Combate à Corrupção e Demais Atos Ilícitos preveem a aplicação de sanções aos administradores, colaboradores e fornecedores no caso de desrespeito aos documentos supracitados.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A última versão do código de conduta ética foi aprovada pelo Conselho de Administração em 08 de julho de 2020 e encontra-se disponível para consulta na

5.4 - Programa de Integridade

página da OdontoPrev na rede mundial de computadores (http://ri.odontoprev.com.br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim.

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Interno, a cargo atualmente da área de Compliance, área vinculada ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, órgão assessor do Conselho de Administração.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Além de empregados e administradores, o canal recebe denúncias de terceiros, clientes ou não, beneficiários, rede credenciada, parceiros, fornecedores, da OdontoPrev e de suas controladas e coligadas.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Sim, visto que as denúncias são recepcionadas pelo Compliance da OdontoPrev, área vinculada ao Conselho de Administração.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Comitê de Apuração e Ética.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sim, procedimentos estes a cargo do Departamento Jurídico da OdontoPrev, conforme previsão na política de combate à corrupção e demais atos ilícitos.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido" (NR)

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia formalizou os processos de gerenciamento de riscos através da política descrita no item 5.1, aprovada pela Conselho de Administração em 21/02/2017.

Em 2019, a Companhia publicou nova versão da Política de Gerenciamento de Riscos, que passou a ser nomeada Política de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, a fim de adequá-la aos requisitos da Resolução Normativa 443/2019 da ANS. A Política foi revisada em 04/03/2020 e publicada.

Em decorrência da pandemia pelo Covid-19, a Administração tem tomado, desde então, medidas gerenciais prudenciais, dentre as quais destacamos:

Orientado pela Política de Gestão da Continuidade de Negócios, o Comitê de Crise instaurou o Comitê Gestor da Continuidade do Negócio, grupo emergencial, multidisciplinar, de discussão dos impactos da pandemia na operação da companhia e de definição e acompanhamento junto aos responsáveis das ações de resposta.

• Visando preservar a saúde do quadro funcional, posicionou, em poucos dias, 100% dos colaboradores em regime de trabalho remoto (home office), mantendo todas as operações em andamento;
• Diariamente, reuniões de acompanhamento e monitoramento das métricas operacionais críticas, com toda diretoria e alta gestão da Companhia (atendimento a clientes, geografia e perfil de tratamentos, indicadores financeiros, etc.);
• Adaptação às características, durante a pandemia, do ciclo de negócio de clientes corporativos mais diretamente impactados;
• Renegociações pontuais com fornecedores, não realização de viagens aéreas, postergações de gastos discricionários selecionados e
• Adaptação à flexibilização aos novos prazos de recolhimento tributário (INSS, PIS e COFINS; parcelamento FGTS).

- Implantação de um sistema de teleorientação: pacientes passaram a se comunicar por vídeo com os dentistas com o intuito de obter cuidados com a saúde bucal sem precisar sair de casa
- Criação de rede de emergência, com cerca de 1.300 pontos, em mais de mil cidades, cobrindo cerca de 85% a cobertura geográfica nacional.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	28/08/1987
Forma de Constituição do Emissor	Empresa limitada de 28/08/1987 a 08/1998; Sociedade Anônima de capital fechado de 08/1998 a 01/12/2006; Sociedade Anônima de capital aberto a partir de 01/12/2006.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	13/06/2006

6.3 - Breve Histórico

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Odontoprev foi fundada em 1987 por profissionais de odontologia que identificaram a oportunidade de propiciar planos odontológicos a clientes corporativos que já tinham o histórico de extensão desse tipo de benefício em seus países de origem e que demandavam elevado grau de profissionalização, qualidade e tecnologia.

Em agosto de 1998 investidores de *Private Equity* adquiriram o controle da Odontoprev. Esta associação contribuiu significativamente para o posicionamento estratégico da Companhia como consolidadora e líder do setor, e para o desenvolvimento de práticas de governança corporativa inovadoras para o setor de saúde no Brasil.

Em 1999 a Companhia adquiriu a Unidont, que possuía cerca de 84.000 associados e, passou a ter 224.316 associados naquele ano. Em 2000 a Unidont foi incorporada e a Clidec adquirida com aproximadamente 115.000 associados, passando a contar com 446.750 associados.

Em 01 de dezembro de 2006 a Odontoprev completou sua oferta pública inicial, captando R$171.411 líquidos de despesas de colocação desembolsadas no ano de 2006. A oferta pública primária totalizou 6.650.000 ações ao preço de R$28,00 por ação, com lote inicial de 5.782.609 ações, e lote suplementar ("*Greenshoe*") de 867.391 ações. No total da operação, 18.643.973 ações foram vendidas ao preço unitário de R$28,00, perfazendo o total geral de R$ 522.031. Nestes termos, a Odontoprev tornou-se uma Companhia de controle pulverizado, com 84,2% das ações em circulação no mercado.

Em 09 de fevereiro de 2007 foi concluída a aquisição das quotas da DentalCorp, pelo valor de R$25.244. A DentalCorp tinha foco estratégico comercial em pequenas e médias empresas. Em 03 de março de 2008, a DentalCorp foi incorporada.

Em 04 de abril de 2007 foi realizado leilão de 2.741.312 ações, que marcou a saída dos acionistas de *Private Equity*.

Em 08 de outubro de 2007 foi concluída a aquisição da Rede Dental, pelo valor de R$7.584.

Em 18 de fevereiro de 2008, o grupo Care Plus, um dos líderes em planos médicos no segmento premium do país, e a Odontoprev, anunciaram aliança estratégica em saúde bucal. O acordo entre as operadoras teve início com aquisição, de forma direta e indireta, de 100% da Care Plus (Care Plus Dental Ltda., Biodent Assistência Odontológica S.A. e S.R.J.S.P.E Empredimentos e Participações Ltda.). A aquisição foi concluída em 26 de junho de 2008 pelo valor total de R$29.670. Em 01 de dezembro de 2008 a Care Plus foi incorporada.

Em 08 de julho de 2008, a Odontoprev Serviços, subsidiaria da Odontoprev, adquiriu 51% das cotas da Easy Software, empresa líder no segmento de sistemas de gestão para consultórios, clínicas e operadoras odontológicas. O valor de aquisição de 51% da companhia foi de R$3.100.

Em 31 de outubro de 2008 foi concluída aquisição da Sepao Assistência Odontológica Empresarial Ltda. Em 01 de dezembro de 2009 a Sepao foi incorporada.

Em 08 de janeiro de 2009 foi concluída a aquisição da Prontodente Odontologia Integral Ltda., pelo valor de R$5.995. Em 01 de dezembro de 2009, a Prontodente foi incorporada.

Em 09 de março de 2009 foi realizada a compra das operadoras OdontoServ Ltda. e Adcon Administradora de Convênios Odontológicos Ltda., pelo valor total de R$30.894. Em 01 de dezembro de 2009 a OdontoServ foi incorporada.

Em 14 de novembro de 2008 foi constituída a Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda., sendo controlada pela Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D´ars Ltda, com operação a partir de junho de 2009.

Em 18 de outubro de 2009 a Companhia firmou acordo de Associação com a Bradesco Dental S.A (Bradesco Dental), com o objetivo de integração das atividades das duas empresas, tendo em vista que os modelos de negócios das mesmas eram complementares e que juntas estariam melhor posicionadas para competir no ramo das operadoras de planos privados de assistência odontológica. Naquela data, conforme fato relevante, ZNT Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda. (ZNT), fundos geridos por Dynamo, Investidor Profissional, M Square, Águas Claras e Administradores da Odontoprev, titulares, em conjunto, de aproximadamente 40% do capital social da Companhia

6.3 - Breve Histórico

(60% restante encontrava-se pulverizado no mercado), assumiram o compromisso de votar na AGE favoravelmente à Associação.

Após aprovações da ANS e pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 23 de dezembro de 2009, a OdontoPrev incorporou as ações de emissão da Bradesco Dental, passando esta a ser uma subsidiária integral da Companhia. A AGE de 01 de julho de 2010 aprovou a incorporação societária da Bradesco Dental pela OdontoPrev. Em 17 de abril de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a associação por unanimidade e sem restrições.

Em 19 de agosto de 2010, a Odontoprev firmou Memorando de Entendimentos, sem efeito vinculante, com BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), Bradesco Seguros S.A. (Bradesco) e ZNT, com o objetivo de formar aliança estratégica para o desenvolvimento e comercialização de produtos do ramo odontológico. Em 16 de novembro de 2010 a Odontoprev firmou contrato provisório de operação de plano odontológico com o Banco do Brasil, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e o Regulamento de Licitações do Banco do Brasil, para início da prestação de serviços a funcionários e dependentes a partir de 19 de novembro de 2010, inclusive.

Em 28 de setembro de 2012, por intermédio de sua controlada Clidec, a Companhia celebrou contrato de compra da rede de Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz), em parceria com o Grupo Fleury. A aquisição foi concluída em 31 de janeiro de 2013, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Nos termos do Contrato, cumpridas as condições precedentes o Fleury adquirirá 51% do capital social do Grupo Papaiz, e a Clidec controlará a empresa que deterá os 49% restantes e abrigará alguns dos vendedores e atuais executivos do Grupo Papaiz.

Em 11 de junho de 2013, a Odontoprev assinou com BB Seguros Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., Acordo de Associação e Outras Avenças, com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade anônima, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A., desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os Canais BB no território nacional, pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, estando sujeito à análise e à aprovação das autoridades governamentais competentes, órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, nos termos da legislação aplicável. A Brasildental terá seu capital social inicial de R$ 5 milhões, distribuídos em 100 mil ações ordinárias (“ON”) e 100 mil ações preferenciais (“PN”), com a seguinte estrutura societária: (i) a BB Seguros será detentora de 49,99% das ações ON e de 100% das ações PN, representando 74,99% de participação do capital social total, e (ii) a Odontoprev deterá 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total. Em 05 de agosto de 2013, o Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou o Acordo, sem restrições. Em 12 de março de 2014 houve a constituição da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (“Brasildental”) e eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Em seguida, os Diretores da companhia foram eleitos pelo Conselho de Administração. O início da operação está sujeito à aprovação pelo órgão regulador, nos termos da legislação aplicável.

Em 02 de janeiro de 2014, foi concluída a reorganização societária da Companhia, conforme divulgada no Fato Relevante do dia 14 de outubro de 2013. Randal Luiz Zanetti passou a deter participação direta no capital social da Companhia de aproximadamente 1% (um por cento) e a Bradesco Saúde S.A. passa a deter participação indireta no capital social total da Companhia equivalente a 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo por cento). Em adição, Mauro Figueiredo foi eleito Diretor Presidente da Companhia.

Em AGO realizada em 01 de abril de 2014, Randal Zanetti foi eleito Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Na mesma data, em AGE realizada em 01 de abril de 2014, foi aprovada a incorporação da Adcon – Administradora de Convênios Odontológicos.

Em 30 de dezembro de 2014 a Odontoprev S.A. foi informada pelo Bradesco Saúde S.A. sobre a incorporação das suas subsidiárias, Santa Rita de Cássia Empreendimentos, Comércio e Participações S.A., acionista indireto da Companhia, e ZNT Empreendimentos, Comércio e Participações S.A., acionista direto da Companhia. O capital social de tais subsidiárias era integralmente detido pelo Bradesco Saúde. Em decorrência, a Odontoprev comunica, em

6.3 - Breve Histórico

conformidade com o disposto no art. 12 da Instrução CVM nº 358, que Bradesco Saúde passou a ser detentor, em razão da incorporação de suas subsidiárias e sucessão de seus direitos e obrigações, de participação direta na Odontoprev correspondente a 265.648.397 (duzentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, trezentas e noventa e sete) ações ordinárias, representativas de 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo por cento) do capital social total da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2015 a Odontoprev S.A. através do Comunicado ao Mercado, informou aos acionistas que a Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. realizou o lançamento de seu plano odontológico individual em todo território nacional.

Em 27 de abril de 2016, a Odontoprev S.A., através de Fato Relevante, informou aos acionistas que nesta data, em Reunião do Conselho de Administração, foi registrado o recebimento da carta de renúncia de Mauro Silvério Figueiredo, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, e foi eleito para o referido cargo Rodrigo Bacellar Wuerkert. As alterações passam a ter eficácia em 1º de junho de 2016.

Em 1º de setembro de 2017, foi lançada uma plataforma de e-commerce (https://odontoprevonline.com.br), totalmente voltada para o segmento Individual. O portal fornece informações detalhadas sobre os diversos planos oferecidos pela Companhia, com navegabilidade e interatividade, além de dar ao beneficiário a possibilidade de customização do benefício, de acordo com suas necessidades.

Em 14 de novembro de 2017 a Odontoprev, informou que contratou a aquisição de 100% do capital social da Odonto System Planos Odontológicos Ltda., sociedade empresária limitada com sede em Fortaleza/Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.595.762/0001-83 (“Odonto System”), sendo aprovada e divulgada em Fato Relevante, em agosto de 2018. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2019, foi aprovada a incorporação da Odonto System, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação, sem aumento no valor do capital social da Companhia. O preço da Transação será equivalente a 9 (nove) vezes o EBITDA Ajustado 2017 da Odonto System e deverá ser pago na Data de Fechamento, bem como, ainda, poderão ser pagas quantias variáveis em 2019 e 2020, dependendo do atingimento futuro de metas do EBITDA Ajustado da Odonto System.

A Odonto System foi incorporada pela Companhia em 02/01/2019, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária nesta mesma data.

Em 25 de março de 2020, em decorrência do distanciamento social provocado pelo avanço do coronavírus (COVID-19), a Companhia lançou o Dentista Online, uma solução de teleorientação odontológica em que o beneficiário pode tirar dúvidas e receber orientações com um dentista especializado.

Em 22 de dezembro de 2020 a Odontoprev celebrou Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Mogidonto Planos Odontológicos Ltda., com sede em São Paulo/SP e inscrita no CNPJ/ME sob o n° 48.098.909/0001-50 (“Mogidonto”), e para a aquisição, por meio de sua controlada CLIDEC - CLÍNICA DENTÁRIA ESPECIALIZADA CURA D’ARS LTDA. (“Clidec”), de 100% das quotas representativas do capital social da Boutique Dental Ltda., com sede em São Paulo/SP e inscrita no CNPJ/ME sob o n° 14.576.103/0001-09 (“Boutique Dental” e, em conjunto com a Mogidonto, as “Sociedades”) (sendo tais aquisições referidas conjuntamente como a “Transação”). O preço da Transação tem parcela à vista, de R$ 18,5 milhões, acrescido de potenciais parcelas variáveis complementares por atingimento de metas futuras, após 12 e 24 meses contados da Data do Fechamento, as quais poderão levar o preço total final da transação para até R$26 milhões.

A Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda., foi incorporada pela Companhia em 04/01/2021, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária nesta mesma data.

A Mogidonto Planos Odontológicos Ltda., foi incorporada pela Companhia em 03/01/2022, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária nesta mesma data.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não houve.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Odontoprev S.A. ("Companhia" ou "Odontoprev"), sociedade anônima de capital aberto desde 2006, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 – 14º Pavimento, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, Tamboré – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário, de acordo com a Resolução da Diretoria Coligada (RDC) 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

A Companhia possui participação, direta e indireta, conforme quadro a seguir:

	Participação no capital social (%)							
	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
		Controladas	Coligada	Controle		Controladas	Coligada	Controle
	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto
EMPRESAS:								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	-	-	99,9	-	-
G2D Serviços Tecnológicos S.A. (G2D)	-	-	-	-	-	-	15,9	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	-	-	18,1	-	-	-	-	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	90,6	-	-	-	90,6	-	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RDC 39 ANS:								
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda. (Rede Dental)	100,0	-	-	-	99,9	-	-	-
SEGURADORA:								
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	60,0	-	-	-	60,0	-	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anónima de Capital Variable (Oprev)	-	60,0	-	-	-	60,0	-	-
REDE DE CLÍNICAS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA:								
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	-	49,0	-	-	-	49,0

Clidec: constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

Odontoprev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy: constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da Odontoprev Serviços, para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008, Controlada da Clidec, comercializa, no atacado e varejo, produtos e equipamentos odontológicos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como presta serviços de armazenamento, depósito, carga, descarga, guarda de bens, programação técnica e administrativa, administração em geral de bens e negócios e serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos ou bens.

G2D: constituída em 19 de dezembro de 2011, coligada da Odontoprev Serviços, detém uma plataforma para o agendamento *online* de consultas com profissionais da área de saúde, em 29 de outubro de 2020 foi adquirida pela SF210.

SF 210: constituída em 29 de outubro de 2020, tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. A antiga participação da Odontoprev Serviços junto a G2D foi convertida para esta nova empresa, mantendo-se como Coligada.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Clidec Participações: constituída em 11 de junho de 2012, Controlada indireta da Companhia, e Controlada direta da Clidec, tem como objetivo a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista e tem como acionistas a Clidec e alguns dos vendedores e atuais executivos do Grupo Papaiz.

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014, controlada em conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Rede Dental: constituída em 31 de agosto de 1990 para operar planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos planos destinados a pessoas físicas e jurídicas.

Em 04 de janeiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação societária da Rede Dental pela Odontoprev, tendo sido concluído o processo em 03 de fevereiro de 2021 mediante aprovação da ANS através do ofício 14/2021/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009, localizada no México para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Foi autorizada a operar como seguradora especializada em saúde pela Secretaria de Saúde em 06 de junho de 2013 e em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) permitiu operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos.

Oprev: constituída em 12 de dezembro de 2019, Controlada da Odontoprev Serviços e localizada no México para prestação de serviços especializados relacionados à acidentes e enfermidades, além de serviços atuariais, financeiros, administrativos, comerciais e de administração de riscos.

Grupo Papaiz: participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, por intermédio da Clidec Participações, Controlada em conjunto com o Grupo Fleury.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas Controladas com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, aprovados pela Diretoria.

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

(i) planos coletivos pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal *per capita;*

(ii) planos coletivos pós-pagos: o cliente assume integralmente o risco atuarial do contrato, arcando com o custo dos serviços prestados. Os serviços administrativos, de suporte e de gestão de saúde são basicamente os mesmos prestados nos nossos produtos pré-pagos. Nesse modelo, a Odontoprev recebe uma taxa fixa mensal *per capita* pelos serviços de gestão, bem como reembolso do custo dos serviços odontológicos prestados no mês de referência;

(iii) planos individuais pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal *per capita;*

(iv) outros: inclui diversos segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia, sendo:

- atendimento odontológico em consultórios próprios (Clidec);
- serviços administrativos e consultivos prestados (Odontoprev Serviços e Oprev);
- aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada e demais (Dental Partner);
- desenvolvimento de programas de computação (Easy);
- seguros (Odontored).

Os segmentos de negócios da Companhia apresentados nos itens (i), (ii) e (iii) podem também ser agrupados da seguinte forma:

a) Corporativo: clientes acima de 200 beneficiários;
b) PME: clientes entre 3 e 199 beneficiários;
c) Individuais: planos mensais e anuais comercializados à pessoas físicas.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A seguir destacamos a receita por canal/segmento operacional da Companhia e de suas controladas.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A seguir destacamos a margem de contribuição por canal/segmento operacional da Companhia e de suas controladas.

Margem de contribuição por segmento operacional - Consolidado

	CORPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	1.053.250	1.062.816	321.386	311.746	456.586	479.903	-	-	1.831.222	1.854.465
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora[a]	(44.163)	(39.303)	(16.602)	(14.718)	(22.850)	(24.415)	-	-	(83.415)	(78.436)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	13.445	16.645	13.445	16.645
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(12.721)	(13.739)	(12.721)	(13.739)
Seguros	-	-	-	-	-	-	16.807	16.191	16.807	16.191
RECEITA DE VENDAS	**1.009.087**	**1.023.513**	**304.784**	**297.028**	**433.936**	**455.488**	**17.531**	**19.097**	**1.765.338**	**1.795.126**
Custo de serviços[1]	(425.002)	(520.763)	(86.655)	(112.673)	(200.917)	(162.097)	(4.246)	(2.790)	(716.820)	(798.323)
RESULTADO OPERACIONAL	**584.085**	**502.750**	**218.129**	**184.355**	**233.019**	**293.391**	**13.285**	**16.307**	**1.048.518**	**996.803**
Despesas de comercialização	(65.747)	(64.784)	(39.315)	(38.637)	(88.106)	(99.864)	(619)	(473)	(193.787)	(203.758)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	**518.338**	**437.966**	**178.814**	**145.718**	**144.913**	**193.527**	**12.666**	**15.834**	**854.731**	**793.045**
Receita de vendas (%)	**57,2**	**57,0**	**17,3**	**16,5**	**24,6**	**25,4**	**1,0**	**1,1**	**100,0**	**100,0**
Margem x receita de vendas (%)	**51,4**	**42,8**	**58,7**	**49,1**	**33,4**	**42,5**	**72,2**	**82,9**	**48,4**	**44,2**
Distribuição margem x total/segmento (%)	**60,6**	**55,2**	**20,9**	**18,4**	**17,0**	**24,4**	**1,5**	**2,0**	**100,0**	**100,0**

Margem de contribuição por segmento operacional - Consolidado

	CORPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	1.062.816	1.019.828	311.746	269.463	479.903	370.228	-	-	1.854.465	1.659.519
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora[a]	(39.303)	(46.204)	(14.718)	(14.502)	(24.415)	(23.578)	-	-	(78.436)	(84.284)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	16.645	13.014	16.645	13.014
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(13.739)	(10.205)	(13.739)	(10.205)
Seguros	-	-	-	-	-	-	16.191	13.797	16.191	13.797
RECEITA DE VENDAS	**1.023.513**	**973.624**	**297.028**	**254.961**	**455.488**	**346.650**	**19.097**	**16.606**	**1.795.126**	**1.591.841**
Custo de serviços[1]	(520.763)	(493.850)	(112.673)	(102.607)	(162.097)	(104.017)	(2.790)	(1.981)	(798.323)	(702.455)
RESULTADO OPERACIONAL	**502.750**	**479.774**	**184.355**	**152.354**	**293.391**	**242.633**	**16.307**	**14.625**	**996.803**	**889.386**
Despesas de comercialização	(64.784)	(60.906)	(38.637)	(31.068)	(99.864)	(79.985)	(473)	(382)	(203.758)	(172.341)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	**437.966**	**418.868**	**145.718**	**121.286**	**193.527**	**162.648**	**15.834**	**14.243**	**793.045**	**717.045**
Receita de vendas (%)	**57,0**	**61,2**	**16,5**	**16,0**	**25,4**	**21,8**	**1,1**	**1,0**	**100,0**	**100,0**
Margem x receita de vendas (%)	**42,8**	**43,0**	**49,1**	**47,6**	**42,5**	**46,9**	**82,9**	**85,8**	**44,2**	**45,0**
Distribuição margem x total/segmento (%)	**55,2**	**58,4**	**18,4**	**16,9**	**24,4**	**22,7**	**2,0**	**2,0**	**100,0**	**100,0**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) características do processo de produção:

Em 31 de dezembro de 2020, nossa rede credenciada contava com cerca de 31.000 cirurgiões dentistas, distribuídos proporcionalmente entre todos os estados do país de acordo com o número de beneficiários. Temos uma equipe de consultores de campo que monitora e adequa a rede credenciada, em quantidade e qualidade, para melhor atender nossos clientes.

Nossas operações estão estruturadas de forma a oferecer apoio e gerenciamento, em âmbito nacional, a toda a nossa rede credenciada. Para tanto, em cada região em que atuamos, operamos sob a supervisão de um cirurgião-dentista consultor de campo alocado em um determinado estado. Os consultores de campo contam com cirurgiões-dentistas, consultores internos, baseados em nosso escritório central e que são acessados via telefone ou através da *internet,* para apoio às diversas ações do dia-a-dia. O conhecimento e a competência locais proporcionados por esses representantes nos possibilitam desenvolver redes de cirurgiões-dentistas altamente acessíveis e especializadas para os beneficiários, um fator que acreditamos ser importante no momento de seleção de um plano odontológico. Todos os esforços locais têm o apoio da nossa gestão centralizada de rede e sistemas de controle de qualidade, por meio da qual buscamos prestar um serviço diferenciado a preços competitivos.

Esse processo está totalmente integrado aos nossos sistemas de informação, sobretudo nas funcionalidades de CRM/*workflow* e módulos clínico, de gestão de risco e de auditoria, de forma a propiciar uma ação conjunta e coordenada das nossas diversas áreas, divididas em: (i) administração da rede credenciada; (ii) gestão de qualidade; e (iii) atendimento (que inclui o Disque Odontoprev - *call center*, o Centro Integrado de Atendimento e as Células Multifuncionais de Atendimento). Dessa forma, os consultores de campo têm toda a informação analítica de seus supervisionados, com relação ao seu perfil técnico, comportamental e de negócios, podendo utilizar a nossa estrutura em escala nacional para agir e tornar a operação confiável e segura para beneficiários e cirurgiões-dentistas.

O principal processo das atividades da Companhia inicia-se com a verificação da elegibilidade dos beneficiários e termina com o pagamento do cirurgião-dentista. A descrição sintética do nosso processo produtivo é a seguinte:

- **Verificação da elegibilidade**: o procedimento de verificação da elegibilidade do associado é feito pelo cirurgião-dentista credenciado, através do portal Odontoprev na *internet* ou pelo Disque Odontoprev, com o propósito de verificar a validade do cartão em posse do associado.

- **Prontuários clínicos virtuais:** as informações clínicas originadas na assistência odontológica aos beneficiários, incluindo todas as imagens clínicas (radiografias, fotos e prontuários) são convertidas em informação digital diretamente pelo cirurgião-dentista credenciado.

- **Gestão de qualidade:** inicia-se com a análise de cada plano de tratamento através dos prontuários virtuais, passa pelo controle de qualidade de cada tratamento executado e termina com a autorização do pagamento de cada evento clínico.

Devido ao cenário sanitário iniciado com a pandemia do Corona vírus, nossas operações, além de contarem com os dentistas credenciados, também passaram a oferecer a Teleorientação Odontológica através da nossa plataforma digital. Com esse recurso nossos beneficiários podem receber orientação odontológica sem necessidade de deslocamento, e caso necessário algum procedimento de emergência indicamos um consultório próximo.

b) características do processo de distribuição:

Comercialização e vendas

Acreditamos que a nossa estratégia de comercialização diversificada resulta em uma vantagem competitiva, permitindo-nos comercializar nossos produtos a uma faixa maior de grupos em potencial e de maneira mais eficiente, bem como os nossos diversos canais de distribuição nos proporcionam flexibilidade para satisfazer as necessidades de todo o espectro de clientes.

Comercializamos nossos planos odontológicos a empresas, associações e indivíduos por meio de:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Nossa equipe interna de vendas, que atua em âmbito nacional, com foco em grupos de pequeno, médio e grande porte, tais como empresas e organizações comerciais e profissionais;
- Uma rede de corretores independentes;
- Alianças comerciais que estabelecemos com planos médico-hospitalares, grupos de afinidade, incluindo emissores de cartão de crédito de redes varejistas e seguradoras que oferecem nossos planos odontológicos como benefício adicional aos seus beneficiários;
- Canais de distribuição Bradesco e Banco do Brasil (que inclui venda nas agências, corretores, plataforma de call center);
- Plataforma de e-commerce; e
- Call center da Companhia.

As alianças comerciais que estabelecemos com as operadoras de planos médico-hospitalares vão desde a simples distribuição conjunta de produtos, onde o registro do plano junto à ANS cabe a nós, até o modelo de "risco assumido", onde assumimos o risco de planos cujo registro junto à ANS cabe à operadora parceira. Já as alianças junto a seguradoras têm por objetivo a venda cruzada dos nossos produtos junto aos clientes corporativos tradicionais dessas seguradoras, que atuam em ramos diversos como seguro de vida e automóvel. Essas alianças com operadoras de qualidade e boa condição financeira nos permitem atuar indiretamente nos segmentos em que elas focam como pequenos negócios, atuações regionais delimitadas e pessoas físicas.

A nossa equipe interna de vendas oferece todo nosso leque de produtos, incluindo produtos personalizados a todos os perfis de clientes, focando principalmente organizações de médio e grande porte. Essa equipe tem alto nível de qualificação e especialização em planos odontológicos, em geral com muitos anos de experiência no setor dentro e fora da nossa Companhia. O perfil da nossa equipe interna de vendas permite a atuação de seus membros como consultores de negócios aos clientes, ajudando-os na definição de necessidades e na melhor alocação de recursos. O amplo conhecimento por nós acumulado permite à nossa equipe interna de vendas dispor de um banco de dados que consideramos único no País, com as melhores práticas de recursos humanos e os casos de maior sucesso para cada tipo de necessidade. Nossa equipe interna de vendas é remunerada de acordo com a nossa política geral, sendo que não há comissionamento interno.

Temos por estratégia atuar com um número limitado de parceiros, corretores, agentes e consultores de benefícios não exclusivos, procurando operar somente com aqueles com comprovada atuação no setor de benefícios em geral, e de saúde, em particular, para o segmento corporativo. Nossa política consiste em oferecer planos odontológicos diferenciados aos nossos parceiros de negócios, que contam com uma rede credenciada altamente qualificada, uma boa relação custo-benefício e relacionamento profissional, justo e transparente, desenvolvido em longo prazo. Para esse grupo, disponibilizamos uma equipe comercial interna dedicada exclusivamente a atender às suas necessidades, difundindo nosso conhecimento, treinando suas respectivas equipes e auxiliando no desenho personalizado de produtos. O leque de produtos disponibilizados a cada parceiro dependerá do perfil de seus clientes e do seu grau de conhecimento do setor de planos odontológicos. Os corretores são nomeados pelos clientes e, na maioria das vezes, são pagos por nós. Normalmente, existe um comissionamento mensal vitalício em percentual determinado caso a caso, sobre o faturamento da carteira. Existem também situações onde a implantação do benefício no cliente é conduzida pelo corretor. Nesses casos, pode ser adicionada uma comissão de agenciamento, que vem a ser uma parcela única, normalmente sobre o primeiro faturamento do cliente. O comissionamento cessa em geral apenas com a substituição do corretor por parte do cliente.

Adotamos a mesma estratégia de *marketing*, com adaptações, para os diferentes canais de distribuição que utilizamos. A mais significativa dessas adaptações refere-se às alianças com operadoras de planos médico-hospitalares, em que a marca do parceiro está em geral associada à nossa e, nos casos em que o plano odontológico é registrado junto à ANS pelo parceiro, é a marca desse que predomina. Tal situação pode ocorrer em clientes corporativos de caráter associativo, sobretudo grupos de afinidade, com os quais temos desenvolvido relações comerciais. Adotamos linhas muito similares de produtos e preços entre os diversos canais, sendo que produtos mais sofisticados, personalizados e voltados para públicos diferenciados tendem a ser mais comercializados sob a nossa marca principal. Nossa publicidade normalmente é de caráter institucional e de relacionamento, dirigida ao

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

nosso público alvo, sobretudo gestores de recursos humanos. Além disso, o fato dos nossos clientes serem empresas de destaque em seus setores contribui com o elevado grau de reconhecimento da nossa marca no mercado brasileiro. Nos últimos 22 anos, a Odontoprev foi eleita 17 vezes empresa "Top of Mind" por profissionais de recursos humanos na categoria Planos Odontológicos: em 1999, de 2001 a 2009, em 2011, e de 2014 a 2020.

Temos um departamento de Sustentabilidade responsável pela medição do nível de satisfação dos nossos diversos públicos, principalmente cirurgiões-dentistas, beneficiários, clientes e colaboradores. Essa área tem por missão contratar institutos de pesquisa de renomada qualificação para realizar pesquisas de campo. Este Departamento também é responsável pela transformação dos dados coletados em informação gerencial e oportunidades de melhoria para cada área da empresa e cada cliente, além de contribuir para a formulação e implementação de planos de ação.

c) características do mercado de atuação:

Conforme informações da ANS de dezembro de 2020, o setor de saúde suplementar no Brasil reúne 1.181 operadoras em atividade e com beneficiários, milhares de médicos e cirurgiões-dentistas e outros profissionais, hospitais, laboratórios e clínicas. Nessa data, o sistema contava com cerca de 74,7 milhões de membros somando planos de saúde e planos exclusivamente odontológicos.

As receitas de contraprestação de todas as modalidades de planos e seguros privados de saúde no Brasil atingiram R$223,4 bilhões em 2020, de acordo com os dados divulgados pela ANS.

O segmento odontológico, ou de planos odontológicos exclusivos, é composto pelas operadoras de odontologia de grupo e cooperativas odontológicas. Em 2020, o segmento de planos odontológicos apresentava cerca de 27,0 milhões de beneficiários, aproximadamente 56,7% do total de beneficiários de planos médico-hospitalares no País.

A Odontologia no Brasil

Com a reforma na educação superior ocorrida no Brasil nos anos 80 e 90, foram criados diversos novos cursos de odontologia por todo o país, que passaram a formar milhares de profissionais anualmente. Atualmente, segundo o Conselho Federal de Odontologia, existem mais de 500 polos universitários de odontologia em operação nacionalmente e 336 mil cirurgiões-dentistas habilitados.

Apesar da grande oferta de profissionais capacitados, e de uma população que preza os cuidados com sua saúde bucal, a ponto de apresentar consumo *per capita* de produtos de higiene bucal comparável ao de certos países desenvolvidos, o acesso à saúde bucal no Brasil ainda é muito precário devido à falta de mecanismos eficientes de gestão e financiamento do sistema. Como uma boa opção de acesso à saúde bucal, o setor de planos odontológicos vem se expandindo de forma contínua, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90.

Planos odontológicos no Brasil

O segmento de planos odontológicos é quase tão antigo quanto o dos planos médico-hospitalares, mas foi só a partir do fim dos anos 80 que algumas empresas passaram a representar uma opção de benefícios atraente para grandes empregadores, com serviços mais confiáveis e de melhor qualidade.

Ao contrário do que acontecia no segmento médico, em que havia a opção do sistema público, até então só havia a assistência odontológica oferecida diretamente pelos cirurgiões-dentistas, em regime de prestação de serviços simples e sem qualquer mecanismo de gestão ou financiamento. Este modelo voltado para a elite criou uma odontologia muito avançada técnica e cientificamente, com recursos sofisticados e dispendiosos, porém restrita a uma parcela da população que podia pagar preços elevados e de forma direta.

Assim sendo, os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos têm sido, sobretudo:

- **Desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços:** uma das maiores ofertas de profissionais do mundo somado a uma grande parte da população sem acesso aos serviços pela falta de mecanismos eficientes de financiamento e gestão do sistema;

- **Falta da alternativa do sistema público:** a pequena e precária oferta de atendimento odontológico por parte do Estado deixa a maior parte da população sem acesso a tal atendimento;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **A crescente penetração dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas:** inicialmente restrito às grandes corporações, o benefício dental cresce de forma contínua em organizações de médio e pequeno porte.
- **As oportunidades representadas pelo interesse crescente de novos canais de distribuição**: corretores de seguro e consultorias de benefícios; e
- **A regulamentação:** promovendo o desenvolvimento do setor, com a redução da informalidade e introdução de melhores práticas gerenciais e de atenção à saúde.

Características do segmento

Crescimento da base de beneficiários e baixa penetração: conforme a ANS, o setor de planos exclusivamente odontológicos apresentava 7,3 milhões de beneficiários em 2006, tendo atingido 27,0 milhões em 2020, o que representa um crescimento anual médio composto de 10% no período. Em 2006, esse segmento atingia cerca de 3,6% da população brasileira, já em dezembro de 2020 essa taxa já representava 12,8% da população, um crescimento de 9,2 pontos percentuais nesses 13 anos.

Crescimento de receitas: a receita do segmento de operadoras exclusivamente odontológicas atingiu R$3,6 bilhões em 2020, correspondendo a cerca de 1,6% do total da receita de todas as modalidades de planos e seguros privados de saúde no Brasil, que foi de R$223,4 bilhões. Dada a baixa representatividade dos planos odontológicos dentro das receitas do setor de planos de saúde como um todo, acreditamos no potencial de crescimento do setor de planos odontológicos.

Potencial de consolidação: com 272 operadoras ativas e com beneficiários em 2020, segundo a ANS, o segmento de planos odontológicos apresenta potencial de consolidação.

Potencial de expansão regional: segundo dados da ANS de 2020, a região Sudeste do Brasil concentra 59,7% dos beneficiários de planos odontológicos, seguida pelas regiões Nordeste com 19,0% e Sul com 10,2%, sendo que somente o estado de São Paulo concentra mais de 36,6% dos beneficiários do segmento. Acreditamos que há potencial de crescimento significativo nos estados e regiões onde a atuação comercial das operadoras ainda não se faz tão presente.

Contratos coletivos: o segmento de planos odontológicos está fortemente baseado nos planos coletivos, os quais representam aproximadamente 83,1% dos planos comercializados no setor. Essa característica confere a liberdade na formação de preços, assim como a liberdade na negociação direta com os contratantes dos seus eventuais reajustes.

Perfil de sinistralidade favorável: o perfil de sinistralidade em odontologia apresenta diferenciais importantes quando comparado ao perfil de sinistralidade da medicina. Nos planos médico-hospitalares, o aumento da idade dos beneficiários combinado com a incorporação de novas tecnologias mais caras e não substitutivas, fazem com que o custo de atenção à saúde cresça ao longo do tempo. Na odontologia em geral, e em particular no caso brasileiro atual, em que o crescimento se dá principalmente pela incorporação de novos segmentos de população sem histórico de cobertura anterior, o custo assistencial tem forte crescimento no início do período contratual, dada a demanda reprimida por atendimento odontológico. Após esse período inicial, o custo assistencial é reduzido até atingir um patamar de manutenção que tende a manter-se estável independentemente da idade da população. A obtenção desse patamar de manutenção de saúde em odontologia, e a consequente melhor gestão da evolução dos custos assistenciais são favorecidas por fatores como: (i) novas tecnologias que tendem a ser substitutivas das anteriores, além de não representarem grandes acréscimos de custo; (ii) maior eficácia dos programas e processos de prevenção de doenças e promoção de saúde; (iii) ausência de grandes eventos de tratamento odontológico, de custo muito elevado e ocorrência imprevisível; (iv) idade dos beneficiários provocar uma alteração no perfil das patologias e necessidades de tratamentos, sem, entretanto, representar custos crescentes; e (v) menor custo e procura por recursos de diagnóstico de patologias.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Breve comparação entre o mercado de planos odontológicos no Brasil e nos Estados Unidos da América

Os mercados americano e brasileiro de planos odontológicos guardam semelhanças importantes e boa parte da prática da odontologia no Brasil sofre forte influência e espelha-se na odontologia praticada nos Estados Unidos da América. As principais semelhanças entre os dois mercados são:

- **Base no sistema privado:** ao contrário de outros países, a odontologia em ambos os países está baseada no sistema privado, com atuação deficiente do setor público;
- **Modelo assistencial dominante em rede credenciada:** embora com algumas diferenças, o modelo de odontologia de grupo no Brasil e o modelo DPPO (Dental Preferred Provider Organization) nos Estados Unidos da América são não só os líderes, como também os que mais têm crescido em ambos os mercados; e
- **Foco na indústria de benefícios:** em ambos os países o principal motor do crescimento têm sido a busca e a valorização crescentes pela odontologia no pacote de benefícios das companhias.

Apesar dessas semelhanças, algumas diferenças são também relevantes quando se compara os dois mercados, dentre as quais se destacam:

- **Oferta de profissionais:** além da oferta de cirurgiões-dentistas no Brasil já ser consideravelmente maior, ela é crescente, ao contrário do que tem ocorrido no mercado americano;
- **Verticalização:** o mercado norte-americano caracteriza-se pelo foco das operadoras em poucas camadas da cadeia de valor, com elevada especialização. No Brasil, ao contrário, as operações tendem a ser mais integradas, englobando, com frequência, comercialização, assunção do risco do evento de tratamento odontológico até a gestão de saúde. Essa característica tem o potencial de agregar maiores margens ao longo da cadeia, com rentabilidade final superior a do mercado norte-americano; e
- **Escala de operação e penetração de mercado:** no mercado norte-americano a penetração dos planos odontológicos está próxima da maturidade, acompanhando basicamente o crescimento populacional, atingindo cerca de 79% da população total. No Brasil, mesmo consideradas as diferenças de renda, acreditamos que o setor de planos odontológicos está em estágio inicial, com penetração de aproximadamente 57% com relação aos beneficiários de planos médico-hospitalares e somente cerca de 13% da população total.

(i) participação em cada um dos mercados

A Odontoprev é a maior operadora de planos odontológicos do Brasil, de acordo com os dados divulgados pela ANS.

Em 31 de dezembro de 2020 atingimos a marca de 7.510.149 beneficiários. Nossa participação de mercado, com base nos dados de 2020 da ANS, era de aproximadamente 28% em número de beneficiários.

(ii) condições de competição nos mercados

Operamos em um ambiente altamente competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos, com benefícios similares aos nossos. Também concorremos com diversas empresas do setor de assistência à saúde, incluindo, principalmente, as maiores operadoras de seguro saúde, de planos médico-hospitalares, cooperativas odontológicas, entidades filantrópicas, além de outras operadoras odontológicas exclusivas.

Os principais fatores competitivos neste setor incluem: (i) qualidade e confiabilidade dos serviços prestados; (ii) a qualificação, distribuição e acessibilidade da rede credenciada; (iii) uma boa relação custo benefício; (iv) a tecnologia que suporta a operação, melhora a comunicação e a gestão e desburocratiza o uso dos serviços; e (v) as equipes e estruturas de suporte e atendimento.

Acreditamos ter vantagens competitivas neste setor, pois temos: (i) administração profissional e especializada, focada em geração de valor; (ii) maior e melhor rede de cirurgiões-dentistas, presente em todo país; (iii) plataforma própria de tecnologia da informação avançada, referência internacional; (iv) portfólio de produtos diversificado e de alta qualidade e (v) qualidade reconhecida por mais de 6.000 clientes corporativos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nossos principais concorrentes são: (i) Amil, com foco em planos médico-hospitalares e uma das maiores operadoras médicas do país, adquirida pela americana United Healthcare; (ii) MetLife, maior seguradora de vidas do mundo e com participação no setor de planos odontológicos (iii) SulAmérica, grupo segurador mais antigo da América Latina, que atua em diversos ramos.

d) eventual sazonalidade:

Sazonalidade

Nosso modelo de negócios está baseado na cobrança de mensalidades aos nossos clientes, em contratos de médio e longo prazo. Dessa forma, a nossa receita não sofre interferências sazonais relevantes. Entretanto, observamos sazonalidade nos seguintes aspectos do nosso negócio:

- **Crescimento das nossas receitas:** nos últimos anos temos observado o crescimento das nossas receitas por meio da celebração de novos contratos, significativamente, no segundo semestre; e
- **Custos de assistência odontológica:** nossos custos assistenciais no primeiro trimestre normalmente ficam abaixo da média anual por razões diversas, dentre as quais destacamos o período de férias escolares. Por outro lado, durante os meses de agosto, setembro e outubro esses custos em geral ficam acima da média anual. Essa sazonalidade de custos gera um efeito direto em nossos resultados.

e) principais insumos e matérias primas:

O custo de serviços equivale aos eventos de tratamento odontológico relativos à atividade da Companhia, inclui tanto os custos fixos como os custos variáveis, sendo composto por:

Eventos indenizáveis líquidos: pagamentos referentes aos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a nossa rede credenciada de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui também reembolsos pagos aos beneficiários pela realização de tratamentos odontológicos fora da Rede Credenciada.

Materiais odontológicos: materiais utilizados pela rede credenciada e nas clínicas próprias. E nesse ano 2018, a linha também passou a incluir comercialização de materiais para a rede credenciada e demais.

Outras despesas operacionais: pagamento de serviços, como exames complementares de diagnóstico e prestação de serviços de laboratórios de prótese dental, bem como custos fixos com pessoal, locação e outras despesas relativas às nossas unidades de atendimento próprias e *in company*.

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Acreditamos que o correto dimensionamento, a qualidade e a acessibilidade da nossa rede credenciada de cirurgiões-dentistas têm sido um elemento essencial no crescimento de adesões aos nossos planos. Em dezembro de 2020 a nossa rede era de cerca de 31.000 profissionais em todo o Brasil distribuída em todos os Estados e capitais, em cerca de 2.700 cidades. A nossa Rede Credenciada é uma das mais capilarizadas operações de saúde do país. Essa capilaridade e índice de especialização garantem a qualidade de acesso aos beneficiários.

Acreditamos que somos uma opção atraente para muitos cirurgiões-dentistas porque oferecemos:

• Uma escala de pacientes única no mercado nacional, que em média gera um bom volume de pacientes para os cirurgiões-dentistas;

• um sistema de remuneração flexível e personalizado que reconhece a experiência, a qualificação profissional e o mérito individual do cirurgião-dentista;

• Acesso amplo, ágil e eficiente sistema de suporte técnico e administrativo ao cirurgião-dentista, composto de um *call center* especializado, operando 24 horas *toll free*, um amplo leque de ferramentas administrativas e de informações via *internet*, suporte no campo pelos nossos consultores e suporte telefônico pelos consultores e pelo Centro Integrado de Atendimento;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

• Reposição parcial dos insumos odontológicos utilizados no atendimento aos nossos beneficiários;

• Oferta de insumos odontológicos a custos reduzidos;

• Participação em programas de educação continuada que atendem anualmente a milhares de credenciados, promovidos pelas mais conceituadas entidades de classe de todo o país;

• Acesso amplo a informações clínicas de beneficiários (prontuário virtual) e suporte de especialistas na elaboração de planos de tratamento;

• Relatórios e extratos claros e detalhados, informando cada etapa do relacionamento de cada cirurgião-dentista com a empresa; e

• Um relacionamento transparente, justo, profissional e dentro dos mais elevados princípios éticos.

Cabem à nossa área operacional as seguintes atividades em relação à rede credenciada:

• Formar a rede credenciada, o que inclui a prospecção de cirurgiões-dentistas, avaliação das qualificações técnicas dos profissionais, bem como das instalações e dos recursos dos seus consultórios, negociação da remuneração dentro de parâmetros regionais pré-estabelecidos ou submissão das exceções ao Comitê de Remuneração de rede e descredenciamento dos profissionais, sempre que necessário;

• Treinar os cirurgiões-dentistas nos nossos procedimentos operacionais e garantir a adesão deles a tais programas, além de construir relacionamentos baseados em respeito e confiança;

• Cuidar da comunicação efetiva entre a nossa Companhia e a rede credenciada, resolver problemas, exceções e dúvidas operacionais dos cirurgiões-dentistas, atuando como seu interlocutor junto à nossa Companhia;

• Oferecer *feedback* aos cirurgiões-dentistas, mostrando as oportunidades de melhoria e difundindo as melhores práticas da região, contribuindo para a melhoria da sua atividade e de sua relação com a nossa Companhia; e

• Organizar a elegibilidade aos programas de educação continuada e de relacionamento.

Acreditamos que a nossa rede credenciada é estável, confiável e visa oferecer assistência contínua de longo prazo. Vemos nossos credenciados mais como clientes e aliados de negócios do que como prestadores de serviços e, consequentemente, concentramos recursos significativos na avaliação e abordagem de questões e pontos de insatisfação do credenciado. Conduzimos pesquisas de satisfação periódicas junto aos cirurgiões-dentistas da nossa rede e constantemente procedemos a ajustes em nossas operações, observando as suas sugestões e comentários.

Cada cirurgião-dentista, seja da rede credenciada, de livre escolha de beneficiários ou das nossas unidades próprias de atendimento, é avaliado de forma permanente e *online* pelos nossos sistemas de informação. Essa avaliação é baseada nos dados gerados pela área de gestão de qualidade a cada evento de tratamento odontológico realizado, bem como pelas informações de beneficiários fornecidas pelo *call center*, pela *internet* ou nas pesquisas de satisfação. As avaliações do ambiente de consultório, técnicas e recursos disponibilizados ao beneficiário e o relacionamento conosco também são avaliados pelos consultores de campo. Assim, cada ocorrência entre nós e o credenciado é dessa forma registrada, classificada e ponderada por método proprietário, gerando indicadores de qualidade técnica e comportamental que são avaliados para determinar a permanência do credenciado na rede, bem como balizar as negociações de honorários.

Celebramos contratos de credenciamento com cada um dos cirurgiões-dentistas da nossa rede, de acordo com as normas publicadas pela ANS. Esses contratos têm como anexo o Manual do Credenciado Odontoprev, o qual detalha todos os aspectos operacionais e clínicos exigidos pela legislação vigente, pela boa técnica odontológica e por nós. Grande parte do nosso atendimento odontológico aos beneficiários é realizada pela Rede Credenciada, e, portanto, depende dos contratos de credenciamento. Assim, a rescisão de uma quantidade relevante desses contratos pode ter um efeito substancialmente negativo sobre o nosso atendimento e, consequentemente, sobre os nossos resultados e as nossas operações.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os contratos de credenciamento que celebramos têm prazo indeterminado, podendo ser rescindidos por qualquer das partes por meio de notificação por escrito fornecida com, no mínimo, 60 dias de antecedência. Os contratos podem ser rescindidos de imediato em caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou do Manual do Credenciado, por qualquer das partes. Salvo decisão em contrário do beneficiário ou nossa, em qualquer hipótese de rescisão o credenciado deverá concluir os tratamentos em curso.

Todos os cirurgiões-dentistas empregados que trabalham em tempo integral ou parcial nas instalações odontológicas ou administrativas de qualquer das empresas do grupo, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), seja na função de cirurgiões-dentistas propriamente dita, seja como Consultores, Auditores ou outra, celebram contratos de trabalho conosco.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Em 2020 a nossa rede era de cerca de 31.000 profissionais, em todo o Brasil.

A dimensão da nossa Rede Credenciada tem capacidade para atender a atual carteira de beneficiários (cerca de 7,5 milhões em dezembro de 2020) da Odontoprev, ou um número muito superior, pelas recomendações da Organização Mundial de Saúde, que sugere uma relação de 1.500 habitantes por cirurgião-dentista. Por essa razão, entendemos que exista uma grande escalabilidade na rede atual, que poderá absorver um bom crescimento com poucos investimentos, gerando maiores volumes de atendimento para nossos cirurgiões-dentistas, permitindo melhores negociações de honorários onde hoje não possuímos a escala ideal e limitando as despesas administrativas nas equipes de operações. Mesmo assim, mantemos um banco de dados de milhares de cirurgiões-dentistas em toda a nossa área de atendimento, utilizado para recrutar continuamente novos profissionais para a nossa Rede Credenciada, o que tem garantido a sua expansão ao longo dos anos.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Mantemos um sistema de remuneração flexível e individualizado, possibilitado pelos nossos sistemas proprietários de tecnologia de informação, que constitui um elemento de diferenciação competitiva em relação a alguns dos nossos principais concorrentes, cujos sistemas admitem apenas uma única política de remuneração, independentemente da região geográfica e da qualificação dos seus profissionais.

A remuneração de cada cirurgião-dentista da nossa Rede Credenciada é pactuada entre esse e o consultor de Campo responsável pela sua prospecção. Tal negociação parte da tabela média da região, mas pode ser personalizada por especialidade ou mesmo por evento de tratamento odontológico. Os consultores de Campo têm autonomia de negociação dentro de determinados parâmetros por especialidade e por região. As negociações em que seja necessário extrapolar esses parâmetros são submetidas mensalmente ao Comitê de Remuneração de Rede. Dependendo da faixa de remuneração pactuada, o credenciado é classificado em um determinado nível de rede, que é disponibilizado aos clientes de acordo com a estrutura de planos comercializados, podendo ser formadas redes personalizadas ou dedicadas a clientes específicos.

Os nossos custos de assistência odontológica representaram aproximadamente 40,6% das nossas receitas líquidas em 2020. Veja o item 4 “Fatores de Risco – Os resultados das nossas operações poderão ser adversamente afetados se não conseguirmos estimar ou controlar precisamente os custos de assistência odontológica ou se não pudermos aumentar as mensalidades para compensar os aumentos dos nossos custos”.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a) montante total de receitas provenientes do cliente

A companhia não possui nenhum cliente responsável por mais de 10% da receita líquida.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A Constituição Federal reconheceu uma série de direitos e garantias fundamentais ao cidadão, dentre eles, o direito à saúde. Para garantir esse direito, a Constituição Federal criou o SUS, deixando ao setor privado a possibilidade de atuação em caráter suplementar. A participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde é vedada pela Constituição Federal, salvo nos casos previstos em lei.

Nessa linha, foi editada a Lei dos Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.656/98), que define as regras concernentes aos planos privados de saúde, fixando normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras. A Lei dos Planos Privados de Assistência à Saúde autorizou a participação de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, no capital de operadoras.

A Lei dos Planos Privados de Assistência à Saúde também prevê ressarcimento ao SUS, pelas operadoras, pelo atendimento à saúde em instituições públicas ou privadas integrantes desse sistema prestado aos cidadãos que também sejam contratantes de planos de saúde privados.

Para melhor estruturar a função reguladora do Estado no setor de saúde privada, foi editada a Lei Federal n. º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que criou a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), incumbindo-a de definir as regras e regulamentações da atuação do setor privado na área da saúde.

A ANS está ligada ao Ministério da Saúde por um contrato de gestão em que se firmam as metas e padrões a serem seguidos pela ANS e que devem ser aprovados pelo Conselho de Saúde Suplementar - CONSU, corroborando o modelo de controle regulador do Estado em face de seus propósitos institucionais. A ANS é dotada de independência técnica e autonomia orçamentária, bem como é o órgão responsável pela edição de toda a regulamentação e fiscalização do setor. A legislação ordinária tem aplicação subsidiária nas operações realizadas pelas Operadoras.

Desde a sua criação, a ANS vem editando normas específicas para o setor de saúde suplementar, instituindo regras próprias a serem obedecidas pelas empresas que atuam no setor, entre elas:

- Operadoras com um número superior a 20 mil usuários em sua carteira devem, por exemplo, submeter suas contas a auditores independentes, registrados no respectivo Conselho Regional de Contabilidade e na CVM, publicando, anualmente, o parecer respectivo, juntamente com as demonstrações financeiras atualmente determinadas pela Resolução Normativa – RN n° 290, de 27 de fevereiro de 2012.

- Responsabilidade pessoal dos gestores dos planos de saúde e proibição das operadoras de realizar quaisquer operações financeiras com (i) seus diretores, membros dos conselhos de administração, fiscal, consultivo ou assemelhado; (ii) os respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau das pessoas indicadas no item (i) acima; ou (iii) com empresa da qual participe qualquer das pessoas mencionadas no item (i) acima; ou (iv) com empresa da qual participe qualquer das pessoas nos itens (i) e (ii) acima, desde que tais pessoas sejam consideradas, em conjunto ou isoladamente, controladoras de tal empresa.

- Operadoras não estão sujeitas ao regime de falência, mas tão somente ao regime de liquidação extrajudicial, inclusive com a possibilidade de instauração do regime de direção fiscal, em casos onde a operadora encontre-se em situação de desequilíbrio econômico-financeiro grave.

A regulamentação da ANS estabelece, ainda, várias outras situações, que vão desde os requisitos mínimos para entrada, funcionamento e encerramento de operadoras, reservas técnicas mínimas exigidas, planos de contas, taxas de saúde, encaminhamento de informações periódicas dos usuários, padrões de cobertura e de qualidade da própria assistência à saúde, atributos essenciais e específicos dos planos de saúde que servem de referência para todos os contratos que venham a ser celebrados e definições específicas, tais como coberturas mínimas, preços por faixa etária, formas de acesso ao plano de benefícios (modalidades individual e/ou familiar; coletiva empresarial; ou coletiva por adesão), formas de acesso a tratamentos (acesso exclusivo aos integrantes de uma Rede Credenciada ou acesso em sistema de livre escolha de profissionais), mecanismos de regulação, carências ou abrangência territorial de cada plano de benefícios.

A Odontoprev e sua controlada Rede Dental são operadoras e de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 39, de 27 de outubro de 2000, da ANS, estão enquadradas como operadoras odontológicas no segmento

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

odontológico terciário, aplicável a operadoras que despendem, em sua rede própria, menos de 10% do custo assistencial relativo aos gastos em serviços odontológicos referentes a seus planos odontológicos.

Segundo a Lei de Planos Privados de Assistência à Saúde, os planos de benefício dividem-se em quatro segmentações específicas: ambulatorial, obstétrico, internação hospitalar e odontológico, que podem ser ofertados isoladamente ou de forma combinada.

De acordo com essa regulamentação, somos classificados como uma operadora atuante exclusivamente no segmento odontológico, dirigindo nossos interesses para o mercado de planos coletivos (empresariais e por adesão), onde as negociações ocorrem entre pessoas jurídicas e as mensalidades nos são pagas mediante faturamento mensal, bem como para o mercado de planos individuais e/ou familiares. Nos termos da Resolução Normativa – RN nº 172, de 8 de julho de 2008 da ANS, que dispõe sobre os critérios para aplicação de reajustes das contraprestações pecuniárias dos planos exclusivamente odontológicos, não é necessário aguardarmos autorização da ANS para reajustarmos as mensalidades destes planos, contratualmente firmados, assim considerando: a) planos coletivos são patrocinados pelas pessoas jurídicas contratantes, bastando a comunicação ao órgão dos percentuais de reajuste e revisão aplicados; b) para os planos individuais e familiares há a eleição de índice de preços oficial divulgado por instituição externa.

Todos os planos de benefícios por nós comercializados encontram-se registrados na ANS e oferecem, no mínimo, cobertura para o rol estabelecido na Resolução Normativa – RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010 e devidas atualizações pela ANS.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

O sistema de gestão ambiental da companhia tem como objetivo assegurar que nossas atividades atendam aos requisitos legais e normas ambientais aplicáveis.

É nosso compromisso reduzir impactos ambientais de nossos processos, produtos e serviços, incentivar a pesquisa de novas tecnologias, processos e insumos que minimizem esses impactos.

Nós nos empenhamos na manutenção de um diálogo aberto com a comunidade, com nossos clientes e com nossos fornecedores, buscando a troca de informações sobre questões ambientais relevantes.

A rede credenciada Odontoprev conta com diversas iniciativas sustentáveis:

- Pesquisa: constante apoio à pesquisa acadêmica em odontologia, em convênio com a USP, além de prêmios de âmbito nacional para trabalhos de profissionais, e estudantes de graduação e pós-graduação.
- Confiabilidade: a Odontoprev compra e fornece gratuitamente à rede credenciada os melhores materiais odontológicos disponíveis no mercado para tratamento, elevando a qualidade e confiabilidade dos procedimentos de saúde bucal.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:

Somos proprietários, no Brasil, de várias marcas para a condução de nossas atividades. As nossas marcas mais importantes são: Odontoprev, Bradesco Dental, Brasildental, Clidec, DentalCorp, Rede Dental, Prontodente, Sepao, OdontoServ, Bradesco Dental, Odonto System, Prívian, e Rede Unna. Acreditamos que nossas atividades dependam dessas marcas, em razão da forte reputação que construímos no decorrer dos anos. Temos também registrada junto ao INPI a propriedade intelectual do nosso *software* de gestão de planos, conhecido como DCMS.

A Odontoprev S.A. possui contratos de licença de uso da marca Bradesco Dental, firmado com o titular da respectiva marca, a qual é utilizada em sua operação de planos odontológicos. Tal licença mostrou-se necessária, após do Acordo de Associação com a Bradesco Saúde S.A., em que a Bradesco Dental S.A. passou a ser subsidiária da Odontoprev S.A., posteriormente incorporada, com o fim de não gerar nenhum impacto, bem como para manter a sensação de solução de continuidade com a característica de cada operação para o público alvo da marca.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Através da Controlada Odontoprev Serviços, somos detentores de 51% da marca Easy Dental, e, através da Clidec, de 99,9% da marca Dental Partner.

Adicionalmente, possuímos licença para uso da marca Brasildental, de acordo com o Acordo de Associação celebrado com o Banco do Brasil S.A., a BB Seguros Participações S.A. (“BB Seguros”) e a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., para operação e comercialização de planos odontológicos. O Acordo, iniciado em 2014, possui exclusividade, com duração de 20 anos.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia:

A receita líquida operacional proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de e R$ 1.748.531 mil, R$ 1.792.735 mil e R$ 1.578.044 mil nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, respectivamente, equivalente 99,0%, 99,1 % e 99,1% da receita líquida total da Companhia em cada exercício social.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia:

	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	Receita Líquida (R$ mil)	Participação %	Receita Líquida (R$ mil)	Participação %	Receita Líquida (R$ mil)	Participação %
América do Norte (México)	16.807	1,0%	16.191	0,9%	13.797	0,9%
Total Receita Mercado Externo	**16.807**	**1,0%**	**16.191**	**0,9%**	**13.797**	**0,9%**

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:

A receita líquida total proveniente de países estrangeiros foi de R$ 16.807 mil, R$ 16.191 mil e R$ 13.797 mil nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018 respectivamente, equivalente a 1,0%, 0,9% e 0,9% da receita líquida total do emissor, respectivamente.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

A Companhia tem subsidiária no México, sujeita à legislação e à regulamentação de sua respectiva jurisdição, como, por exemplo, normas anticorrupção, concorrenciais, societárias, trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A subsidiária da Companhia com presença no exterior também está sujeita à jurisdição das autoridades competentes do país em que atua. No entanto, as regulações a que se sujeita tal subsidiária não afeta de forma relevante os negócios da Companhia.

7.8 - Políticas Socioambientais

Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais
b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

A divulgação de informações sociais e ambientais é feita no portal da Odontoprev onde constam também as publicações do Pacto Global.

Desde 2008, a Odontoprev é signatária dos Dez Princípios do Pacto Global, iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas) que visa mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores e modelos de negócio internacionalmente reconhecidos e aceitos nas áreas de direitos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.

A adesão ao Pacto Global faz com que a Odontoprev incorpore as diretrizes desses princípios em sua estratégia de negócios, cultura e operações diárias. Para reforçar o seu apoio ao Pacto Global, em 2020 a Companhia publicou a sua COP (Comunicação de Progresso) no site de Relações com Investidores e no site oficial da iniciativa.

Em 2021, a Companhia divulgará seu quinto relatório de Sustentabilidade, que foi elaborado de acordo com as diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative), versão Standards, e leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

Para a construção do relatório de Sustentabilidade, a Odontoprev realizou a revisão de sua Matriz de Materialidade, preocupando-se em contemplar os temas relevantes de acordo com a visão da empresa sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais, além de outros assuntos de relevância no setor de assistência odontológica.

Atualmente, a Companhia mantém programas ativos capazes de endereçar um desempenho robusto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo:

ODS 3 – Saúde e bem-estar
ODS 4 – Educação e qualidade
ODS 5 – Igualdade de gênero
ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis
ODS 16– Paz, justiça e instituições eficazes
ODS 17– Parcerias e meios de implementação

Para acessar os arquivos dos demais anos, acesse o site: www.odontoprev.com.br/ri na seção de Sustentabilidade.

A consolidação das informações ocorre mensalmente junto com a divulgação interna e é monitorada pela área de Sustentabilidade. Trimestralmente os dados ambientais são divulgados no relatório de resultados da Companhia. A fim de garantir que as ações ocorram dentro do esperado, consta da meta da equipe a realização das ações relacionada a impacto social e ambiental.

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não realizamos auditorias.

7.8 - Políticas Socioambientais

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Por meio de ações inovadoras junto aos principais *stakeholders*, de seu propósito de impulsionar a Odontologia no Brasil e de apoio a iniciativas externas, a Odontoprev investe cada vez mais em seu desenvolvimento sustentável. Para a operadora, sustentabilidade é um processo contínuo de criação de valor, de forma que, consciente e assertivamente, busca sempre o equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental, investindo em inovação de foram a impactar positivamente a sociedade e o setor.

O conceito de sustentabilidade faz parte da cultura organizacional desde o início da Companhia e está presente nas ações da Odontoprev muito antes de o termo se tornar recorrente nas discussões sociais. Desde a fundação a Companhia monitora constantemente o nível de satisfação dos nossos diversos públicos, principalmente cirurgiões-dentistas, beneficiários, clientes e colaboradores. Durante 2020, apoiamos cerca de 20 Instituições Sociais com a doação cerca de 7.000 Planos Odontológicos para jovens e crianças em estado de vulnerabilidade social.

Acreditamos na importância de incorporar critérios de responsabilidade social na gestão estratégica do negócio.

Assumindo o compromisso com a Sustentabilidade, a Odontoprev aprovou em 26/06/2018 a Política de Sustentabilidade, que engloba a missão e objetivos da empresa quanto à responsabilidade ambiental e desenvolvimento do plano de Sustentabilidade da Companhia.

O documento está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: www.odontoprev.com.br/ri

7.9 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

8.1 - Negócios Extraordinários

Em 02 de janeiro de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação societária da Odonto System pela Odontoprev, tendo sido concluído o processo em 29 de março de 2019 mediante aprovação da ANS através do ofício 39/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 22 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração, aprovou a celebração do "Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças", o qual prevê, uma vez verificadas as condições precedentes, inclusive de aprovação da operação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a aquisição, pela Companhia, de 100% do capital social total da Mogidonto, e para a aquisição, por meio de sua controlada Clidec, de 100% do capital social total da Boutique Dental ("Transação"). Considerando que a Transação não se enquadra nas hipóteses de necessidade de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do art. 256 da Lei n° 6.404/1976 (conforme alterada), não haverá a necessidade de aprovação da Transação pelos acionistas da Companhia. Os Diretores da Companhia ficam autorizados a praticar todos os atos necessários relacionados à Transação.

Em 04 de janeiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação societária da Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda. pela Odontoprev.

Em 03 de janeiro de 2022 a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação societária da a Mogidonto Planos Odontológicos Ltda. pela Odontoprev.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não há.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não há.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arredamento, identificando a sua localização:

A Odontoprev e suas subsidiárias não são proprietárias de nenhum imóvel utilizado, sendo que todos os escritórios executivos e clínicas odontológicas ocupados são alugados. As instalações existentes são adequadas aos níveis de operações atuais e planejados.

b) ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:

(i) duração

Vide quadro 9.1 b deste programa, onde constam todas as marcas, softwares e patentes da Companhia e suas controladas.

(ii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos estabelecidos por lei. Enquanto não devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade. A Companhia e suas controladas não adotam a postura de vincular eventuais marcas e os direitos decorrentes da propriedade intelectual em quaisquer produtos, contratos ou negociação sem a prévia e necessária proteção junto ao órgão competente.

(iii) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Terceiro proceder ao registro de marca, software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

A Odontoprev S/A possui contratos de licença de uso das marcas Care Plus Dental, Bradesco Dental, Brasildental, BB Dental e Odonto System firmados com os titulares das respectivas marcas, as quais são utilizadas em sua operação de planos odontológicos. Tais licenças mostraram-se necessárias, após aquisição da Care Plus Dental Ltda (incorporada), do Acordo de Associação com a Bradesco Saúde S.A., em que a Bradesco Dental S.A. (incorporada) passou a ser subsidiária da OdontoPrev, e do Acordo de Associação com a BB Seguros, respectivamente. Os contratos de licença de uso de marca têm como objetivo não gerar nenhum impacto, bem como a sensação de solução de continuidade com as características de cada operação para cada um dos públicos alvos das marcas.

c. as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

Vide quadro 9.1 c deste programa

9.1 - Be

	Participação no capital social (%)							
	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
	Controladas		Coligada	Controle	Controladas		Coligada	Controle
	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto
EMPRESAS:								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	-	-	99,9	-	-
G2D Serviços Tecnológicos S.A. (G2D)	-	-	-	-	-	-	15,9	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	-	-	18,1	-	-	-	-	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	90,6	-	-	-	90,6	-	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RDC 39 ANS:								
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda. (Rede Dental)	100,0	-	-	-	99,9	-	-	-
SEGURADORA:								
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	60,0	-	-	-	60,0	-	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anónima de Capital Variable (Oprev)	-	60,0	-	-	-	60,0	-	-
REDE DE CLÍNICAS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA:								
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	-	49,0	-	-	-	49,0

	Participação no capital social (%)							
	31 de dezembro de 2019				31 de dezembro de 2018			
	Controladas		Coligada	Controle	Controladas		Coligada	Controle
	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto
EMPRESAS:								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	-	-	99,9	-	-
G2D Serviços Tecnológicos S.A. (G2D)	-	-	15,9	-	-	-	15,7	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	90,6	-	-	-	90,6	-	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RDC 39 ANS:								
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda. (Rede Dental)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Odonto System Planos Odontológicos Ltda. (Odonto System)[1]	-	-	-	-	100,0	-	-	-
SEGURADORA:								
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	60,0	-	-	-	60,0	-	-	-
REDE DE CLÍNICAS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA:								
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	-	49,0	-	-	-	49,0

[1]Controlada incorporada em 02 de janeiro de 2019.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Avenida D.Pedro II, 1218, Loja 1	Brasil	RJ	Porto Real	Alugada
Rua Barão do Rio Branco, 1309 - Edf Metropolitan Center sala 601	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada
Rua Professor Costa Chiab, 27	Brasil	MG	Conceição do Mato Dentro	Alugada
Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 , 13 e 14 andar	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Rua XV de Novembro, 672	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Avenida Getúlio Vargas, 19, 2 andar, sala 203	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
Avenida Antonio Carlos Magalhães, 3752	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Av. Maria Coelho de Aguiar, 215 - Bloco F	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Rua Sinhazinha Santos, 319	Brasil	BA	Vitória da Conquista	Alugada
Rua Antonio de Albuquerque, 330 9º andar Sala 902 Edificio CAnopus Corporate	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Rua Aquidabam, 1 – (ONOVOLAB) Centro	Brasil	SP	São Carlos	Alugada
Rua José Soares Sobrinho, 119 Salas 414, 415, 416, 417 4 andar Ed. Empresarial L	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Rua Território do Guaporé, 136, OT 001,101,201,301,401 e 501	Brasil	BA	Salvador	Própria
Avenida Independência, 1299	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Rua Agostinho Rodrigues dos Santos, 68	Brasil	SP	Aluminio	Alugada
Av. Morares Sales, 668	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Rua da Bahia, 951	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Rua Comendador Araújo, 120	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
SCS, 42, Bloco A, n 81, 5o andar Asa Sul	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Rua Rafael de Barros, 209 Cj 11, 12 e 21	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Avenida Washington Soares, 3663	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Av. Antonio Carlos Magalhães, 1034 sala 214C	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Rua Desembargador João Paes, 60 Apto 2002 Ed. Estudio Portal da Praia	Brasil	PE	Recife	Alugada
Av. Nossa Senhora da Glória, 801, 3º andar.	Brasil	RJ	Macaé	Alugada
Av. Barão de Tefé, 27	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Av. Ipiranga, 210, 13º andar.	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Rua Alfredo Brenner, 36, Centro	Brasil	RS	Panambi	Alugada
Rua Miquerinus, 1, Sala 108	Brasil	MA	São Luís	Alugada
Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1698 Edifício Zion , Sala 1602	Brasil	PA	Belém	Alugada
Avenida João Machado, 553, Sala 126	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, 2160, Salas 101 e 102	Brasil	PE	Recife	Alugada
Rua Governador Artur de Vasconcelos, 670 Sala 902 Ed. Medical Center	Brasil	PI	Teresina	Alugada
Alameda Doutor Carlos e Carvalho, 417, 8 andar, Sala 804	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Avenida Amintas Barros, 3700, Sala 1301	Brasil	RN	Natal	Alugada
Rua Catulo da Paixão Cearense, 135 Sala 111	Brasil	CE	Juazeiro do Norte	Alugada
Avenida T-63 Quadra 142, Lt 10/16 Sala 219 (050), Setor Bueno	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Rua Celso Oliva , 162	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Avenida Aziz Maron, 1067 12andar, Sala 1210	Brasil	BA	Itabuna	Alugada
Av. Alphaville, 779, Barueri – SP, das salas 217/218	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Rua dos Alecrins , 914 7 andar cj 71	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Rua Dr Luis Rocha Miranda, 159 cj. 12	Brasil	SP		Alugada
Rua José Fabio Garcez de Novasi, 420 - Centro	Brasil	SP	Oriundiuva	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Odonto Serv (Classe 39/20; Concessão: 22/08/2006)	22/08/2026	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odonto Serv (Classe: Ncl(9) 36; Concessão: 24/08/2010)	24/08/2030	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Privian Odonto (N. Classe 44; Concessão: 24/04/2019)	24/04/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Privian Odonto (N. Classe 36; Concessão: 24/04/2019)	24/04/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Privian Odonto (N. Classe 44; Concessão: 28/05/2013)	28/05/2023	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Privian Odonto (N. Classe 36; Concessão: 28/05/2013)	28/05/2023	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Rede Unna (N. Classe 16; Concessão: 19/07/2016)	19/07/2026	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Rede Unna (Classe 36; Concessão: 26/12/17)	26/12/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Rede Unna (Classe: Ncl(10) 44; Concessão: 14/08/2018	14/08/2028	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Partner Rede Unna (Classe: Ncl(10) 16; Concessão: 01/12/2015)	01/12/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Partner Rede Unna (Classe: Ncl(10) 36; Concessão: 24/04/2019)	24/04/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Unna Cultura (Classe: Ncl(10) 16; Concessão: 01/12/2015)	01/12/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Unna Cultura (Classe: Ncl(10) 36; Concessão: 29/01/2019)	29/01/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Unna Rede Unificada (Classe: Ncl(9) 16; Concessão: 21/06/2016)	21/06/2026	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Unna Rede Unificada (Classe: Ncl(9) 36; Concessão: 03/04/2018)	03/04/2028	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Missão Sorriso Odontoprev (Classe: Ncl(10) 16; Concessão: 15/12/2015)	15/12/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Missão Sorriso Odontoprev (Classe: Ncl(10) 36; Concessão: 15/12/2015)	15/12/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental (Classe: 40/15.34; Concessão: 30/01/1996)	30/01/2026	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy (Classe: Ncl(9) 09; Concessão: 06/09/2011)	06/09/2021	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental (Classe: Ncl(9) 09; Concessão: 26/07/2011)	26/07/2021	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy (Classe: Ncl(9) 42; Concessão:06/09/2011)	06/09/2021	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental (Classe: Ncl(9) 42; Concessão: 26/07/2011)	26/07/2021	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental (Classe: 9; Concessão: 20/06/2011)	25/02/2021	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental (Classe: 42; Concessão: 20/06/2011)	15/04/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Easy Dental (Classe 9; Concessão: 20/06/2011) - Argentina	25/02/2021	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental (Classe: 42; Concessão: 20/06/2011) - Argentina	15/04/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental Mobile (Classe: Ncl(9) 09; Concessão: 03/02/2015)	03/02/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental Tablet (Classe: Ncl(9) 09; Concessão: 03/02/2015)	03/02/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental View (Classe: Ncl(9) 09; Concessão: 03/02/2015)	03/02/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Globaldente (Classe: Ncl(7) 35; Concessão: 13/12/2005)	13/12/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Rede Dental (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 31/07/2007)	31/07/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Rede Dental (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 11/08/2009)	11/08/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Dental Partner (Classe: Ncl(9) 44; Concessão: 30/08/2011)	30/08/2031	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Dental Partner (Classe: Ncl(9) 05; Concessão: 30/08/2011)	30/08/2031	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Dental Partner (Classe: Ncl(9) 10; Concessão: 30/08/2011)	30/08/2031	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Clidec (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 08/09/1992)	08/09/2022	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Clidec (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 02/05/2007)	02/05/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Licenças	Easy Dental (Processo 01103-1)	01/01/2045	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Licenças	Easy Dental - México (Em fase de atendimento de solicitações referentes a questão técnica)	Pendente	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Licenças	Easy Dental - Chile (Processo 208.295)	05/09/2081	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	DCMS - Brasil (Processo 05633-1)	21/02/2022	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Licenças	DCMS - México (Processo 03-2009-070910320000-01)	Prazo Indeterminado	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Licenças	DCMS - Argentina (Depósito realizado, mas ainda sem número atribuido)	Aguardando exigência técnica	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Patentes	Digitalizadora-Brasil (Processo: PI0704234-5; Publicação: 20/03/2009)	Aguardando deferimento	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Patentes	Cartela de Raio-X (Processo: MU-9102048-4; Publicação: 31/01/12)	21/09/2026	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Patentes	Digitalizadora - México (Processo MX/A/2009/003054)	20/03/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Patentes	Digitalizadora - Argentina (Processo: P090100820; Publicação: 19/05/2010)	Aguardando deferimento	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev (Classe: 39/20; Concessão: 15/10/1996)	15/10/2026	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Dentalcorp Assistência Odontológica (Classe: Ncl(7) 42; Concessão: 13/06/2000)	13/06/2030	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Unidont Assistência Odontológica (Classe 42) Registro 24/10/2000	24/10/2020	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Licenças	Easy Dental - Argentina (Processo: 789198)	Aguardando Instruções	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 02/05/2007)	02/05/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Easy Dental (Classe 42) Depósito 15/04/2009	15/04/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Clidec (Classe: Ncl(10) 44; Concessão: 20/08/2012)	21/07/2025	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Rede Unna - México (Classe: 44; Concessão:18/08/2020)	20/12/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev (Classe: Ncl(7) 42; Concessão: 21/08/1990)	21/08/2030	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Odontoprev (Classe: Ncl(7) 36; Concessão: 13/02/2007)	13/02/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 14/05/2002)	14/05/2022	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev (Classe: Ncl(8) 36; Concessão: 02/05/2007)	02/05/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Dentalcorp Assistência Odontológica Internacional (Classe : Ncl(8) 44; Concessão: 19/10/2010)	19/10/2030	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Dentalcorp (Classe: Ncl (9) 36; Concessão: 26/04/2011)	26/04/2031	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev - Argentina (Classe: 44; Concessão 06/11/2009)	06/11/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 02/05/2007)	02/05/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev - Argentina (Classe: 36; Concessão: 29/10/2009)	06/11/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Odontoprev (Classe: Ncl(8) 36; Concessão: 02/05/2007)	02/05/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev - México (Classe: 36; Concessão: 14/08/2015)	19/11/2024	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev - México (Classe: 44; Concessão: 14/08/2015)	19/11/2024	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Prontodente (Classe: Ncl(8) 36; Concessão: 19/06/2007	19/06/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Prontodente (Classe: Ncl(8) 36; Concessão: 19/06/2007)	19/06/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Prontodente (Classe: 39/20; Concessão: 22/08/1989)	22/08/2029	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	+DENTAL Emergência (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 22/01/2008)	22/01/2028	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Smile (Classe: 39/20; Concessão: 09/09/1986)	09/09/2026	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Odontoprev - México (Classe: 36; Concessão: 03/12/2008)	21/11/2028	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Odontoprev - México (Classe: 44; Concessão: 13/01/2009)	21/11/2028	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Dentista Online (Classe: Ncl(11) 35; Concessão: 02/03/2021)	02/03/2031	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Dentista Online (Classe: Ncl(11) 44; Concessão: 02/03/2021)	02/03/2031	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Smile (Classe:Ncl(8) 36 ; Concessão: 19/06/2007)	19/06/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Previdente (Classe: 39/20; Concessão: 28/01/1986)	28/01/2026	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Dentalcheque (Classe: Ncl(8) 36; Concessão: 19/06/2007)	19/06/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.
Marcas	Sepao Assit. (Classe: Ncl(8) 44; Concessão: 24/04/2007)	24/04/2027	Uma vez registrados, os direitos podem ser perdidos se não renovados os registros pelo seu titular nos prazos devidamente registrados junto ao órgão competente, os direitos relativos à propriedade intelectual podem sofrer oposição de terceiros, em razão de possível anterioridade.	Terceiro proceder ao registro de marca,software ou patente, antes protegida sob a titularidade da Companhia ou de suas controladas, o que poderá acarretar a desvinculação junto aos produtos, contratos ou demais negociações.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	19.962.272/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	constituída em 12 de março de 2014, Controlada em Conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.	25,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	20,970000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	5.193.962,21		
31/12/2019	23,910000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-15,770000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Regionalização								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura Dars Ltda. (Clidec)	17.453.895/0001-12	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos	99,900000
				Valor mercado				
31/12/2020	-1,720000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	22.955.332,62		
31/12/2019	-8,440000	0,000000	0,00					
31/12/2018	5,960000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Regionalização.								
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	16.577.641/0001-43	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	constituída em 11 de junho de 2012, Controlada da Clidec, tem como objetivo a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista e tem como acionistas a Clidec e alguns dos vendedores e atuais executivos do Grupo Papaiz.	90,600000
				Valor mercado				
31/12/2020	31,250000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	5.980.634,16		
31/12/2019	23,240000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2018	16,330000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Participação indireta através da Clidec - Clínica Dentária Cura D'ars Ltda (Clidec). tem por objetivo verticalização na cadeia de valor.

Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	10.555.312/0001-15	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	constituída em 14 de novembro de 2008, Controlada da Clidec, para o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como o comércio atacadista de medicamentos e drogas de consumo humano, prestação de serviços de armazenamento, depósito, carga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, prestação de serviços de: (i) programação e organização técnica e administrativa; (ii) administração em geral de bens e negócios; (iii) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos ou bens.	99,900000
				Valor mercado				
31/12/2020	-12,260000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	4.220.900,54		
31/12/2019	7,650000	0,000000	0,00					
31/12/2018	13,400000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Participação indireta através da Clidec - Clínica Dentária Cura D'ars Ltda. tem por objetivo a verticalização na cadeia de valor.

Easy Software Ltda. (Easy)	72.995.848/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Constituída em 3 de novembro de 1993, tem por objetivo social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-57,260000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	490.968,12		
31/12/2019	-9,970000	0,000000	0,00					
31/12/2018	8,470000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Participação indireta através da OdontoPrev Serviços tem por objetivo a verticalização na cadeia de valor.								
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	03.569.844/0001-46	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2020	12,860000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	17.539.829,92		
31/12/2019	108,730000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-1,540000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Assessoria e consultoria.								
Odontored CV Sociedad Anônima de Capital Variable (Odontored)	00.000.000/0000-00	-	Coligada	México			constituída em 13 de agosto de 2009, localizada na Cidade do México - México para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros.	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-23,730000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	4.188.664,26		
31/12/2019	22,920000	0,000000	0,00					
31/12/2018	23,490000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Regionalização								
Oprev Administradora Sociedad Anônima de Capital Variable (Oprev)	00.000.000/0000-00	-	Coligada	México			constituída em 12 de dezembro de 2019, Controlada da Odontoprev Serviços para prestação de serviços especializados relacionados à acidentes e enfermidades, além de serviços atuariais, financeiros, administrativos, comerciais e de administração de riscos.	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	212.552,04		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Regionalização								
Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S/S Ltda. (Grupo Papaiz)	62.020.367/0001-24	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, por intermédio da Clidec Participações, em parceria com o Grupo Fleury.	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	31,150000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	6.590.690,85		
31/12/2019	23,320000	0,000000	0,00					
31/12/2018	16,320000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Por intermédio de sua controlada Clidec tem por objetivo o foco na cadeia de valor dental.								
Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda.	38.743.266/0001-05	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Operar planos privados de assistência odontológica e , nesse sentido a administração, a comercialização ou a disponibilização dos referidos planos destinados à pessoas fisicas e jurídicas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	41,660000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	4.903.704,03		
31/12/2019	4,300000	0,000000	0,00					
31/12/2018	4,840000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Regionalização.								
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	37.623.580/0001-83	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Constituída em 29 de outubro de 2020, tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. A antiga participação da Odontoprev Serviços junto a G2D foi convertida para esta empresa, mantendo-se como Coligada.	18,100000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	1.604.542,91		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Participação indireta através da OdontoPrev Serviços tem por objetivo a verticalização na cadeia de valor.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O modelo de negócios da Odontoprev, sustentado por 33 anos de experiência, conta com foco **exclusivo em planos odontológicos**, objetivando economias de escala, eficiência de custo, máxima qualidade e confiabilidade dos serviços prestados.

Em 2020, com o início da pandemia, o cenário se revelou desafiador. A Companhia manteve suas políticas orientadas ao longo-prazo, e valor em todos os segmentos de atuação.

Em 2020 a receita líquida atingiu R$1.765 milhões, queda de 1,7% sobre o ano anterior, com tíquete médio de R$20,47 por beneficiário/mês, comparado a R$21,13 no ano anterior.

Ao final do exercício, a Companhia contava com 7.510.149 beneficiários, com 111 mil novos clientes no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, com os restantes 29% em planos massificados, para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

Os produtos massificados, destinados a pequenas e médias empresas (PME) e planos individuais, onde a Odontoprev conta com canais de distribuição exclusivos, representaram em 2020 29% das vidas e 42% da receita consolidada, em tendência alinhada ao Planejamento Estratégico da Companhia.

O posicionamento único da Odontoprev com relação à liderança no desenvolvimento e expansão dos segmentos massificados, os quais apresentam tíquete superior, menor número de competidores, crescimento acelerado em relação ao mercado e margens de contribuição mais elevadas tem sido diferencial competitivo recente. Além disso, reforçando a estratégia, os produtos não corporativos apresentam significativas barreiras à entrada como escala e qualidade de distribuição, risco de crédito do cliente de pequeno porte ou individual, seleção adversa e tecnologia de gestão, diferenciais claros do modelo de negócios Odontoprev.

O custo de serviços, equivalente aos eventos de tratamento odontológico, representou 40,6% da receita líquida no ano, inferior aos 44,5% registrados em 2019, dado o menor ritmo de consultas e atendimentos realizados no período de pandemia.

As despesas administrativas, basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 14,2% da receita líquida em 2020, sendo que em 2019 foi de 15,2%, pela contínua busca por eficiência.

A geração de caixa, medida pelo critério LAJIDA ajustado, foi de R$544 milhões em 2020, 30% acima em comparação a 2019, de R$418 milhões. Em relação à receita, a margem LAJIDA foi de 30,8%, superior aos 23,3% do ano anterior.

O lucro líquido atingiu R$361 milhões em 2020, 27% acima do registrado em 2019, e alcançou margem líquida de 20,5%.

Desde o IPO, a Odontoprev apresentou geração de caixa de R$3.417 milhões, tendo distribuído R$2.591 milhões aos acionistas, terminando 2020 com caixa líquido de R$753 milhões, sem endividamento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2019 a receita líquida atingiu R$1.795 milhões, crescimento de 12,8% sobre o ano anterior, com tíquete médio de R$21,13 por beneficiário/mês, comparado a R$20,43 no ano anterior.

Ao final do exercício, a Companhia contava com 7.399.638 beneficiários, com 169 mil novos clientes no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, com os restantes 29% em planos massificados, para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

Os produtos massificados, destinados a pequenas e médias empresas (PME) e planos individuais, onde a Odontoprev conta com canais de distribuição exclusivos, representaram em 2019 29% das vidas e 42% da receita consolidada, em tendência alinhada ao Planejamento Estratégico da Companhia.

O posicionamento único da Odontoprev com relação à liderança no desenvolvimento e expansão dos segmentos massificados, os quais apresentam tíquete superior, menor número de competidores, crescimento acelerado em relação ao mercado e margens de contribuição mais elevadas tem sido diferencial competitivo recente. Além disso, reforçando a estratégia, os produtos não corporativos apresentam significativas barreiras à entrada como escala e qualidade de distribuição, risco de crédito do cliente de pequeno porte ou individual, seleção adversa e tecnologia de gestão, diferenciais claros do modelo de negócios Odontoprev.

O custo de serviços, equivalente aos eventos de tratamento odontológico, representou 44,5% da receita líquida no ano, superior aos 44,1% registrados em 2018.

As despesas administrativas, basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 15,2% da receita líquida em 2019, sendo que em 2018 foi de 15,0%, pela contínua expansão das áreas relacionadas à engenharia de computação e inovação tecnológica, ainda sem relevante perda de escalabilidade.

A geração de caixa, medida pelo critério LAJIDA ajustado, foi de R$418 milhões em 2019, 1% acima em comparação a 2018, de R$415 milhões. Em relação à receita, a margem LAJIDA foi de 23,3%, inferior aos 26,1% do ano anterior.

O lucro líquido atingiu R$285 milhões em 2019, praticamente o mesmo valor registrado em 2018, e alcançando margem líquida de 15,7%.

Desde o IPO, a Odontoprev apresentou geração de caixa de R$2.922 milhões, tendo distribuído R$2.321 milhões aos acionistas, terminando 2019 com caixa líquido de R$560 milhões, sem endividamento.

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 foi, respectivamente, de R$1.032 milhões, R$1.116 milhões e R$1.207 milhões em função da prática de alocação de capital da Companhia, a qual privilegia o pagamento regular de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos.

A Odontoprev adota, desde a abertura de capital em 2006, os mais elevados padrões de Governança Corporativa, até mesmo superando as práticas do Novo Mercado.

A relação da Odontoprev com os seus *stakeholders* prima pela transparência. A Diretoria está comprometida em gerar valor aos acionistas, com visão de longo prazo, indispensável para a sustentabilidade do negócio.

Com o objetivo de avaliar a situação financeira e patrimonial da Companhia, a Diretoria utiliza vários indicadores, dentre os quais são destacados:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Indicadores de liquidez: a Diretoria da Companhia entende que apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio
- Dívida líquida: a Companhia, desde a sua fundação, por política, prioriza recursos próprios e geração interna de caixa, não tendo qualquer passivo junto a terceiros.

INDICADORES			31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
Tipo		Fórmulas	Dados	Indicador	Dados	Indicador	Dados	Indicador
LIQUIDEZ	Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	990.135 / 545.538	1,81	818.478 / 499.943	1,64	702.255 / 517.085	1,36
LIQUIDEZ	Seca	Ativo circulante - estoques - despesas antecipadas / Passivo circulante	953.271 / 545.538	1,75	784.174 / 499.943	1,57	674.415 / 517.085	1,30
LIQUIDEZ	Geral	Ativo circulante + realizável a longo prazo / Passivo circulante + exígivel a longo prazo	1.078.241 / 714.464	1,51	932.368 / 652.249	1,43	862.848 / 615.896	1,40
PRAZO MÉDIO	Recebimento (PMR)	(Contraprestações pecuniárias - provisão para prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG)x360 / Contraprestações líquidas	- 28.644 / 1.831.223	-5,6	- 2.011 / 1.854.465	-0,4	18.730 / 1.659.519	4,1
PRAZO MÉDIO	Estoque (PME)	Estoques x 360 / Custo de serviços	3.882 / 713.143	2,0	3.443 / 810.365	1,5	3.112 / 703.720	1,6
PRAZO MÉDIO	Pagamento (PMP)	Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL) x 360 / Eventos indenizaveis	71.178 / 662.533	38,7	46.349 / 772.143	21,6	39.568 / 676.247	21,1
PRAZO MÉDIO	Ciclo de caixa	(PMR + PME) - PMP		-42,3		-20,5		-15,4
CCL	CCL (capital circulante líquido)	Ativo circulante (-) Passivo circulante	990.135 545.538	444.597	818.478 499.943	318.535	702.255 517.085	185.170
NIG	NIG (necessidade de investimento em giro) é inferior a 0, logo não há necessidade de dinheiro oneroso para financiar capital de giro, sem risco.	Ativo operacional:	208.191	(337.347)	211.800	(288.143)	194.683	(322.402)
		Créditos de operações com planos de assistência à saúde	146.674		161.666		154.697	
		Títulos e créditos a receber	24.653		15.830		12.146	
		Estoques	3.882		3.443		3.112	
		Outros valores e bens	32.982		30.861		24.728	
		(-) Passivo operacional:	545.538		499.943		517.085	
		Provisões técnicas	358.921		337.613		293.858	
		Obrigações trabalhistas	37.017		38.622		28.829	
		Obrigações sociais	5.340		6.200		5.068	
		Tributos e contribuições a recolher	36.923		32.267		34.512	
		Fornecedores	23.531		15.289		19.181	
		Outras obrigações	83.806		69.952		135.637	
SD	SD (saldo disponível, quando negativo significa que a empresa precisa de capital de giro/alavancagem)	CCL (-) NIG (ou: Ativo financeiro - passivo financeiro)	444.597 (337.347)	781.944	318.535 (288.143)	606.678	185.170 (322.402)	507.572
NTFP	NTFP (necessidade total de financiamento)	NIG (+) Ativo permanente	(337.347) 842.808	505.461	(288.143) 836.374	548.231	(322.402) 784.736	462.334
FCO/EBITDA	FCO (fluxo de caixa operacional)/EBITDA (taxa de conversão do resultado operacional em caixa	FCO / EBITDA ajustado	490.056 / 543.267	90,2%	365.610 / 418.460	87,4%	308.760 / 415.348	74,3%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Na avaliação do ciclo de caixa identificamos os ativos e passivos que melhor refletem as atividades da operadora e constatamos que:

PMR: prazo de 4 dias em 2018, 0 dias em 2019 e 2020.

PME: prazo de 2 dias para 2018, 2019 e 2020. A Odontoprev mantém modesto estoque de materiais odontológicos em controlada.

PMP: 21 dias em 2018, 22 dias para 2019 e 39 dias em 2020.

As variações nos prazos mencionadas acima podem impactar a Companhia gradativamente, implicando em eventuais necessidades em giro dado ao deslocamento entre a liquidação do contas a receber e pagamento à rede credenciada.

A gestão de curto prazo do capital está equilibrada. O perfil da Companhia é conservador, tendo em vista que a Companhia detêm NIG negativa e CCL e SD positivos.

O EBITDA (no original em inglês, earnings before interest, tax, depreciation and amortization): é o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, despesas de depreciação e amortização. O FCO tem geração de caixa efetiva, converte mais de 70% do EBITDA em caixa.

b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada como relação entre capitais próprios e de terceiros, é pouco alavancada, principalmente pelo fato da Companhia não possuir empréstimos e/ou financiamentos, operando com recursos próprios e com passivos operacionais, em sua maioria de curto prazo.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R$1.032 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$1.116 milhões em 31 de dezembro de 2019, e atingiu R$1.207 milhões em 31 de dezembro de 2020.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia foi de R$507 milhões em 2018, dividido em 531.294.792 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 2019 e 2020 esse valor é de R$608 milhões.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do fluxo de caixa, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia utiliza como fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes somente recursos próprios e a geração de caixa operacional.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui recursos próprios e geração de caixa operacional suficientes para financiamento de capital de giro, sem necessidade de financiamento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia nunca deteve empréstimos e/ou financiamentos desde sua fundação.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia nunca deteve empréstimos e/ou financiamentos desde sua fundação.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa dos resultados operacionais: exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

	2020	AV[1] 2020	2019	AV[1] 2019	Δ %	2018	AV[1] 2018	Δ %
	R$ mil	%	R$ mil	%	2020/2019	R$ mil	%	2019/2018
(+) Contraprestações líquidas	1.831.222	103,7	1.854.465	102,5	(1,3)	1.659.519	104,3	11,7
(+) Receita de vendas de bens e serviços	13.445	0,8	16.645	0,9	(19,2)	13.014	0,8	27,9
(+) Odontored (México)	16.807	1,0	16.191	0,9	3,8	13.797	0,9	17,4
Receita operacional bruta (ROB)	**1.861.473**	**105,4**	**1.887.301**	**104,3**	**(1,4)**	**1.686.330**	**105,9**	**11,9**
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	83.415	4,7	64.636	3,6	29,1	84.284	5,3	(23,3)
(-) Impostos sobre vendas de bens e serviços	12.721	0,7	13.739	0,8	(7,4)	10.205	0,6	34,6
Receita operacional líquida (ROL)	**1.765.338**	**100,0**	**1.808.926**	**100,0**	**(2,4)**	**1.591.841**	**100,0**	**13,6**
(-) Custo de serviços	**713.143**	**40,4**	**810.365**	**44,8**	**(12,0)**	**703.720**	**44,2**	**15,2**
Eventos indenizáveis líquidos	662.534	37,5	772.143	42,7	(14,2)	676.247	42,5	14,2
Odontored (México)	2.621	0,1	2.790	0,2	(6,0)	1.982	0,1	40,8
Encargos sociais sobre serviços	7	0,0	(29)	(0,0)	(123,8)	13	0,0	(313,3)
Materiais odontológicos	7.373	0,4	7.956	0,4	(7,3)	7.436	0,5	7,0
Demais custos operacionais e provisões/reversões	44.285	2,5	15.463	0,9	186,4	16.777	1,1	(7,8)
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)	(3.544)	(0,2)	12.057	0,7	(129,4)	847	0,1	1.323,6
Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	(133)	-	(15)	-	767,6	418	-	(103,7)
Lucro bruto	**1.052.194**	**59,6**	**998.561**	**55,2**	**5,4**	**888.121**	**55,8**	**12,4**
(-) Despesas de comercialização	**193.787**	**11,0**	**203.758**	**11,3**	**(4,9)**	**172.341**	**10,8**	**18,2**
(+) Outras receitas operacionais	**4.639**	**0,3**	**4.599**	**0,3**	**0,9**	**3.033**	**0,2**	**51,7**
(-) Despesas administrativas (DA)	**281.186**	**15,9**	**301.749**	**16,7**	**(6,8)**	**261.122**	**16,4**	**15,6**
DA (base EBITDA ajustado)	**250.970**	**14,2**	**273.114**	**15,1**	**(8,1)**	**239.141**	**15,0**	**14,2**
Pessoal	159.312	9,0	156.099	8,6	2,1	135.514	8,5	15,2
Serviços de terceiros	35.698	2,0	35.375	2,0	0,9	30.776	1,9	14,9
Localização e funcionamento	23.640	1,3	41.827	2,3	(43,5)	40.429	2,5	3,5
Taxas e tributos	11.641	0,7	12.483	0,7	(6,7)	11.583	0,7	7,8
Publicidade e propaganda	11.560	0,7	20.064	1,1	(42,4)	14.880	0,9	34,8
Outras	9.120	0,5	7.266	0,4	25,5	5.958	0,4	22,0
DA (não base EBITDA ajustado)	**30.216**	**1,7**	**28.635**	**1,6**	**5,5**	**21.982**	**1,4**	**30,3**
Depreciação e amortização	24.847	1,4	20.991	1,2	18,4	15.984	1,0	31,3
Despesas de aquisição Mogidonto e Boutique Dental	256	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Despesas de aquisição Odonto System	0	0,0	0	0,0	0,0	5.997	0,4	(100,0)
Earn-out Odonto System	0	0,0	2.148	0,1	(100,0)	0	0,0	0,0
Amortização de direito de uso	5.113	0,3	5.496	0,3	(7,0)	0	0,0	0,0
(-) Outras despesas operacionais	**73.671**	**4,2**	**116.370**	**6,4**	**(36,7)**	**80.495**	**5,1**	**44,6**
Outorga de opção de ações	0	0,0	2.755	0,2	(100,0)	8.562	0,5	(67,8)
Provisão para perdas sobre créditos	48.659	2,8	78.762	4,4	(38,2)	57.557	3,6	36,8
Participações no resultado	13.239	0,7	18.893	1,0	(29,9)	14.376	0,9	31,4
Programa de Incentivo de longo prazo	11.773	0,7	15.960	0,9	(26,2)	0	0,0	0,0
(+) Resultado da equivalência patrimonial	**6.673**	**0,4**	**5.042**	**0,3**	**32,4**	**4.369**	**0,3**	**15,4**
Resultado antes do resultado finaceiro e dos tributos	**514.862**	**29,2**	**386.325**	**21,4**	**33,3**	**381.565**	**24,0**	**1,2**
(+/-) Resultado Financeiro líquído	**5.149**	**0,3**	**19.399**	**1,1**	**(73,5)**	**25.479**	**1,6**	**(23,9)**
Receitas financeiras	21.079	1,2	33.129	1,8	(36,4)	33.709	2,1	(1,7)
Despesas financeiras	15.931	0,9	13.729	0,8	16,0	8.230	0,5	66,8
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**520.011**	**29,5**	**405.724**	**22,4**	**28,2**	**407.044**	**25,6**	**(0,3)**
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**160.290**	**9,1**	**120.903**	**6,7**	**32,6**	**121.767**	**7,6**	**(0,7)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	154.441	8,7	117.669	6,5	31,3	127.838	8,0	(8,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.849	0,3	3.234	0,2	80,8	(6.071)	(0,4)	(153,3)
Resultado líquido das operações continuadas	**359.721**	**20,4**	**284.821**	**15,7**	**26,3**	**285.277**	**17,9**	**(0,2)**
Participação minoritária em controlada	1.407	-	(58)	-	(2.539,3)	(484)	-	(88,1)
Lucro líquido do período	**361.128**	**20,5**	**284.763**	**15,7**	**26,8**	**284.793**	**17,9**	**(0,0)**

[1] AV = Análise Vertical

Receita de vendas (ROL): em 2020, a receita líquida da Companhia atingiu R$1.765 milhões, com queda de -2,4% sobre o ano anterior. O tíquete médio, de R$20,47 por beneficiário/mês, caiu -3,1% em relação aos R$21,13 observados em 2019, refletindo menor custo de serviços e *mix* de vendas nos planos massificados no período. O número de beneficiários Odontoprev atingiu 7.510.149 em 2020, com adição líquida orgânica de 111 mil novas vidas. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, e 29% em PME e planos individuais, de maior tíquete médio.

Custo de serviços (sinistralidade): Para efeito de comparação e análise, a PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados), calculada conforme Nota Técnica Atuarial, foi excluída do Custo de Serviços. Em 2020 a PEONA representou reversão de R$4 milhões e em 2019 constituição de R$12 milhões. O custo de serviços representou 40,6% da ROL em 2020, em comparação aos 44,5% registrados em 2019, com gestão por meio de ferramentas eletrônicas capazes de atestar a máxima qualidade dos procedimentos odontológicos realizados, em todo o Brasil, por cerca de 31.000 cirurgiões dentistas credenciados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas de comercialização: No ano de 2020, as despesas de comercialização representaram 11,0% da ROL, em comparação aos 11,4% da ROL observados em 2019. A Odontoprev conta com diversos canais de distribuição, entre corretores independentes, equipe própria de vendas, canais digitais e canais massificados visando a clientes de varejo, notadamente PME e planos individuais.

Despesas administrativas (base de cálculo EBITDA ajustado): Basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 14,2% da receita líquida em 2020, inferior ao ano anterior, de 15,2%.

Provisão para perdas sobre créditos: Em 2020 foi de 2,8% da ROL, versus 4,4% da ROL em 2019

EBITDA e EBITDA ajustado: Em 2020, o EBITDA ajustado atingiu R$544 milhões, maior 29,9% em comparação aos R$418 milhões em 2019. Em relação a receita, a margem EBITDA ajustado de 30,8%, superior aos 23,3% registrados no ano de 2019. Para fins de EBITDA ajustado, a PEONA é excluída do Custo de Serviços, desde o IPO de 2006. A Diretoria aponta que os resultados observados na geração de caixa em 2020 são função direta da adequada estratégia comercial, qualidade diferenciada dos serviços prestados e foco exclusivo na cadeia de valor dental.

	2020		2019		Var. %	2018		Var. %
Lucro líquido	**361.128**	**20,5**	**284.763**	**15,7**	**26,8**	**284.793**	**17,9**	**-**
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	154.441	8,7	117.669	6,5	31,3	127.838	8,0	(8,0)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	5.849	0,3	3.234	0,2	80,8	(6.071)	(0,4)	(153,3)
(-) Receitas financeiras	21.079	1,2	33.129	1,8	(36,4)	33.709	2,1	(1,7)
(+) Despesas financeiras	15.931	0,9	13.729	0,8	16,0	8.230	0,5	66,8
(+) Outorga de opção de ações	-	-	2.755	0,2	(100,0)	8.562	0,5	(67,8)
(-) Participação minoritária em controlada	1.407	-	(58)	-	(2.539,3)	(484)	-	(88,1)
(+) Depreciação e amortização	24.847	1,4	20.991	1,2	18,4	15.984	1,0	31,3
(-) Resultado de equivalência patrimonial	6.673	0,4	5.042	0,3	32,4	4.369	0,3	15,4
(+) Amortização de direito de uso	5.113	0,3	5.496	0,3	(7,0)	-	-	-
EBITDA	**538.150**	**30,5**	**410.525**	**22,7**	**31,1**	**401.742**	**25,2**	**2,2**
(+/-) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	**(3.544)**	**(0,2)**	**12.057**	**0,7**	**(129,4)**	**847**	**0,1**	**1.323,6**
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	**(133)**	**-**	**(15)**	**-**	**767,6**	**418**	**-**	**(103,7)**
(+) EBITDA Pro Forma Brasildental	**8.796**	**0,5**	**7.315**	**0,4**	**20,2**	**6.344**	**0,4**	**15,3**
(-) Reversão ISS	**-**	**-**	**13.568**	**0,8**	**-**	**-**	**-**	**-**
(+) Earn-out Odonto System	**-**	**-**	**2.148**	**0,1**	**-**	**-**	**-**	**-**
(+) Despesas de aquisição Mogidonto e Boutique Dental	**256**	**0,0**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
(+) Despesas de aquisição Odonto System	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.997**	**0,4**	**-**
EBITDA ajustado	**543.523**	**30,8**	**418.462**	**23,1**	**29,9**	**415.348**	**26,1**	**0,7**

Resultado financeiro líquido: foi de R$5,1 milhões, 0,3% da ROL, em 2020. As aplicações financeiras da Odontoprev são compostas de cotas de fundo de investimento exclusivo e certificados de depósito bancário de instituições de primeira linha, em sua maioria, com liquidez imediata. A Companhia mantém patamar de aplicações financeiras suficiente para a gestão operacional. Ao final de 2020, o caixa líquido atingiu R$753 milhões, apresentando uma alta em comparação a R$560 milhões em 2019.

IRPJ e CSLL/ IRPJ e CSLL diferidos: Os valores correntes significaram despesa de R$154,4 milhões em 2020, enquanto que os diferidos representaram R$5,8 milhões. A alíquota efetiva corrente apurada no resultado de 2020 foi de 29,7%, em comparação a 30,0% em 2019.

	2020	2019
Resultado antes dos impostos e das participações	**533.249**	**411.048**
(-) Participações no resultado	13.239	18.893
(=) Base de cálculo IRPJ / CSLL	**520.011**	**392.156**
Despesa contabilizada		
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	154.441	117.669
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	5.849	3.234
Total da despesa contabilizada	**160.290**	**120.903**
Alíquota efetiva corrente	**29,7%**	**30,0%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro líquido: No ano, atingiu R$361 milhões, 26,8% acima de 2019. A Diretoria acredita que os resultados atingidos no ano refletem o modelo de gestão, e tem demostrado, no tempo, os diferenciais do modelo de negócio.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa: 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019: contas patrimoniais

ATIVO (em R$mil)	31/12/2020	Análise Vertical (%) 2020	31/12/2019	Análise Vertical (%) 2019	Variação Horizontal (%) 2020 x 2019
Circulante	**990.135**	**51,5**	**818.478**	**46,3**	**21,0**
Disponível	**34.847**	**1,8**	**27.067**	**1,5**	**28,7**
Caixa e equivalentes de caixa	34.847	1,8	27.067	1,5	28,7
Aplicações Financeiras	**701.999**	**36,5**	**517.210**	**29,2**	**35,7**
Aplicações financeiras não vinculadas	542.611	28,2	385.591	21,8	40,7
Aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas (garantidoras)	159.388	8,3	131.619	7,4	21,1
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**146.674**	**7,6**	**161.666**	**9,1**	**(9,3)**
Contraprestações pecuniárias a receber	154.488	8,0	180.185	10,2	(14,3)
Provisão para perdas sobre créditos	(30.738)	(1,6)	(47.075)	(2,7)	(34,7)
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	1.486	0,1	1.669	0,1	(11,0)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	13.807	0,7	18.967	1,1	(27,2)
Operadoras de planos de assistência à saúde	7.631	0,4	7.920	0,4	(3,6)
Outras contas a receber	**24.653**	**1,3**	**15.830**	**0,9**	**55,7**
Adiantamentos a fornecedores	2.859	0,1	2.231	0,1	28,1
Adiantamentos a funcionários	6.518	0,3	6.902	0,4	(5,6)
Demais créditos a receber	15.276	0,8	6.697	0,4	128,1
Estoques	**3.882**	**0,2**	**3.443**	**0,2**	**12,8**
Tributos correntes a recuperar	**45.098**	**2,3**	**62.401**	**3,5**	**(27,7)**
Créditos tributários e previdenciários	45.098	2,3	62.401	3,5	(27,7)
Despesas antecipadas	**32.982**	**1,7**	**30.861**	**1,7**	**6,9**
Despesas de comercialização diferidas	26.152	1,4	28.394	1,6	(7,9)
Outras Despesas	6.830	0,4	2.467	0,1	176,9
Não circulante	**930.914**	**48,5**	**950.264**	**53,7**	**(2,0)**
Realizável a longo prazo	**88.106**	**4,6**	**113.890**	**6,4**	**(22,6)**
Ativos financeiros de longo prazo, a serem mantidos até o vencimento	**16.541**	**0,9**	**15.824**	**0,9**	**4,5**
Titulos mantidos até o vencimento	16.541	0,9	15.824	0,9	4,5
Tributos direridos	**35.659**	**1,9**	**41.508**	**2,3**	**(14,1)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35.659	1,9	41.508	2,3	(14,1)
Outros ativos não circulantes	**35.906**	**1,9**	**56.558**	**3,2**	**(36,5)**
Depósitos judiciais	20.104	1,0	15.944	0,9	26,1
Outros créditos a receber	15.702	0,8	16.266	0,9	(3,5)
Créditos tributários e prividenciários	0	0,0	24.248	1,4	0,0
Títulos e créditos a receber	100	0,0	100	0,0	0,0
Investimentos	**12.992**	**0,7**	**9.453**	**0,5**	**37,4**
Outras participações societárias	11.785	0,6	9.318	0,5	26,5
Outros Investimentos	1.207	0,1	135	0,0	794,1
Imobilizado	**64.004**	**3,3**	**68.188**	**3,9**	**(6,1)**
Intangível	**765.812**	**39,9**	**758.733**	**42,9**	**0,9**
Ágio na aquisição de investimentos	647.057	33,7	647.390	36,6	(0,1)
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de softwares e outros	85.378	4,4	69.718	3,9	22,5
Ativos intangíveis alocados	33.377	1,7	41.625	2,4	(19,8)
TOTAL DO ATIVO	**1.921.049**	**100,0**	**1.768.742**	**100,0**	**8,6**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em R$mil)	31/12/2020	Análise Vertical (%) 2020	31/12/2019	Análise Vertical (%) 2019	Variação Horizontal (%) 2020 x 2019
Circulante	**545.538**	**28,4**	**499.943**	**28,3**	**9,1**
Obrigações Sociais e Trabalhistas	**42.357**	**2,2**	**44.822**	**2,5**	**(5,5)**
Obrigações sociais	**5.340**	**0,3**	**6.200**	**0,4**	**(13,9)**
Encargos a Recolher	5.340	0,3	6.200	0,4	(13,9)
Obrigações trabalhistas	**37.017**	**1,9**	**38.622**	**2,2**	**(4,2)**
Salários, férias e honorários	37.017	1,9	38.622	2,2	(4,2)
Fornecedores	**23.531**	**1,2**	**15.289**	**0,9**	**53,9**
Obrigações Fiscais	**36.923**	**1,9**	**32.267**	**1,8**	**14,4**
Outras Obrigações	**85.549**	**4,5**	**69.952**	**4,0**	**22,3**
Dividendos, juros sobre capital próprio e restituição de capital	10.611	0,6	12.095	0,7	(12,3)
Dividendo minimo obrigatório a pagar	0	0,0	0	0,0	0,0
Adiantamentos de clientes	883	0,0	1.442	0,1	(38,8)
Recebimento antecipado de contraprestações	0	0,0	0	0,0	0,0
Investimentos a pagar	5.331	0,3	3.991	0,2	33,6
Contraprestações contingentes	0	0,0	0	0,0	0,0
Outras contas a pagar	68.724	3,6	52.424	3,0	31,1
Provisões	**357.178**	**18,6**	**337.613**	**19,1**	**5,8**
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)	71.178	3,7	46.349	2,6	53,6
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	91.586	4,8	95.130	5,4	(3,7)
Provisão de Prêmios ou Contraprestações não Ganhos (PPCNG)	181.389	9,4	182.196	10,3	(0,4)
Provisão de Seguros e Sinistros	13.025	0,7	13.938	0,8	(6,6)
Não circulante	**168.926**	**8,8**	**152.306**	**8,6**	**10,9**
Outras Obrigações	**106.846**	**5,6**	**108.521**	**6,1**	**(1,5)**
Outras exigibilidades	15.437	0,8	15.963	0,9	(3,3)
Honorários a pagar	1.068	0,1	1.068	0,1	0,0
Opção de vendas em controlada	39.433	2,1	32.336	1,8	21,9
Investimentos a pagar	10.670	0,6	11.975	0,7	(10,9)
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	37.166	1,9	49.209	2,8	(24,5)
AVP - Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(7.445)	(0,4)	(10.520)	(0,6)	(29,2)
Incentivo de Longo Prazo	10.517	0,5	8.490	0,5	23,9
Provisões	**62.080**	**3,2**	**43.785**	**2,5**	**41,8**
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Civeis	48.499	2,5	32.411	1,8	49,6
Outras Provisões	13.581	0,7	11.374	0,6	19,4
TOTAL PASSIVO	**714.464**	**37,2**	**652.249**	**36,9**	**9,5**
Patrimonio líquido, capital e reservas atribuidas aos acionistas da Companhia	**1.202.279**	**62,6**	**1.111.365**	**62,8**	**8,2**
Capital social	**607.869**	**31,6**	**607.869**	**34,4**	**0,0**
Reservas de capital	**(10.672)**	**(0,6)**	**(2.262)**	**(0,1)**	**371,8**
Reservas de lucros	**605.082**	**31,5**	**505.758**	**28,6**	**19,6**
Reserva legal	32.295	1,7	14.238	0,8	126,8
Reserva de Incentivo fiscal	129	0,0	129	0,0	0,0
Dividendo adicional proposto	100.713	5,2	35.983	2,0	179,9
Ações em tesouraria	(14.349)	(0,7)	(21.028)	(1,2)	(31,8)
Reserva estatutária de capital regulatório	243.147	12,7	238.218	13,5	2,1
Reserva de investimentos em expanão	243.147	12,7	238.218	13,5	2,1
Participação dos não controladores	**4.306**	**0,2**	**5.128**	**0,3**	**(16,0)**
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.206.585**	**62,8**	**1.116.493**	**63,1**	**8,1**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.921.049**	**100,0**	**1.768.742**	**100,0**	**8,6**

Ativo Circulante: O ativo circulante aumentou 21,0%, ou R$172 milhões, passando de R$818 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R$990 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrente principalmente das aplicações financeiras e tributos a recuperar. O ativo circulante representava 51,5% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020, e 46,3% em 31 de dezembro de 2019.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante caiu 2%, ou R$19 milhões, passando de R$950 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R$931 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo não circulante representava 53,7% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 48,5% em 31 de dezembro de 2020.
A Diretoria afirma que a Companhia tem por modelo de negócios uma estrutura pouco dependente de ativos imobilizados, como máquinas e equipamentos, e bens imóveis.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo Circulante: aumentou 9,1%, ou R$46 milhões, passando de R$500 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$546 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante representava 28,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 passando a 28,4% em 31 de dezembro de 2020.

A Diretoria adota a prática de não alavancagem da Companhia, jamais tendo contratado qualquer tipo de empréstimo ou financiamento.

Passivo Não Circulante: aumento de 10,9%, ou R$17 milhões, devido ao aumento em provisões. O passivo não circulante representava 8,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 8,8% em 31 de dezembro de 2020.

Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídas aos acionistas da Companhia: passou de R$1.116 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$1.207 milhões em 31 de dezembro de 2020, um acréscimo de R$90 milhões, conforme quadro de Mutações do Patrimônio Líquido a seguir:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2020	Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucro	Lucros ou prejuizos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio líquido
Saldos Iniciais 31/12/2019	**607.869**	**(23.290)**	**526.786**	**-**	**(918)**	**1.110.447**	**6.046**	**1.116.493**
Saldos Iniciais Ajustados	**607.869**	**(23.290)**	**526.786**	**-**	**(918)**	**1.110.447**	**6.046**	**1.116.493**
Transações de Capital com os Sócios	**-**	**(1.733)**	**64.730**	**(333.211)**	**-**	**(270.214)**	**-**	**(270.214)**
Aumentos de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Vendidas	-	5.366	-	-	-	5.366	-	5.366
Dividendos	-	-	(35.983)	(179.482)	-	(215.465)	-	(215.465)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(53.016)	-	(53.016)	-	(53.016)
Dividendo adicional proposto	-	-	100.713	(100.713)	-	-	-	-
Opção de venda em Controlada	-	(7.099)	-	-	-	(7.099)	-	(7.099)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**-**	**361.128**	**279**	**361.407**	**(1.101)**	**360.306**
Lucro Líquido do Período	-	-	-	361.128	-	361.128	(1.407)	359.721
Outros Resultados Abrangentes					279	279	306	585
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**27.917**	**(27.917)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição de Reservas	-	-	27.917	(27.917)	-	-	-	-
Saldos Iniciais 31/12/2020	**607.869**	**(25.023)**	**619.433**	**-**	**(639)**	**1.201.640**	**4.945**	**1.206.585**

Liquidez e recursos de capital: A Diretoria afirma que as principais fontes de recursos da Odontoprev são o caixa gerado pelas operações e as receitas de aplicações financeiras, assim como seu uso é basicamente alocado conforme abaixo:

(i) remuneração aos acionistas, através do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio;
(ii) atualizações da plataforma digital de tecnologia da informação;
(iii) investimentos em ativo fixo e;
(iv) capital de giro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil)	2020	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	**359.721**	**284.821**	**285.277**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	244.593	256.008	234.580
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	**604.314**	**540.829**	**519.857**
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(6.284)	(63.913)	(85.502)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(107.974)	(111.306)	(125.595)
CAIXA GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**490.056**	**365.610**	**308.760**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado	(9.931)	(11.020)	(4.606)
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	(25.329)	(21.763)	(17.332)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	5.000	4.143	-
Adiantamento para futuro aumento de capital investida	(1.990)	-	-
Aumento de capital em investida	-	-	(120)
Aquisição de investimentos, incluindo ágio (líquido de caixa adquirido)	-	(9.473)	(179.112)
Baixa de investimentos por incorporação	333	-	-
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(31.917)**	**(38.113)**	**(201.170)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	(215.465)	(186.763)	(30.951)
Juros sobre Capital próprio pagos	(54.754)	(64.094)	(55.837)
Aquisições de ações próprias - em tesouraria	-	(41.781)	(70.497)
Recebimento outorga de opção de ações	5.366	28.479	38.317
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(264.853)**	**(264.159)**	**(118.968)**
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**193.286**	**63.338**	**(11.378)**
CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
Saldo inicial	560.101	496.763	508.141
Saldo final	753.387	560.101	496.763
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**193.286**	**63.338**	**(11.378)**

Historicamente, os investimentos em ativo fixo (capex) não tem sido significativos em relação à geração interna de caixa, conforme demonstramos na tabela a seguir:

(em R$ mil)	2020	2019
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	25.329	21.549
Equipamentos de computação	6.686	2.063
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	923	815
Benfeitorias em instalações	1.494	7.434
Veículos	755	490
Outros	72	433
Total dos investimentos (CAPEX)	**35.260**	**32.783**

A Diretoria mantém a Companhia sem nenhum endividamento bancário, também não havendo nenhuma obrigação contratual que implique em pagamento pecuniário relevante.

Operações não registradas no balanço patrimonial: não efetuamos nenhuma operação não registrada em balanços patrimoniais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa dos resultados operacionais: exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

	2019	AV[1] 2019	2018	AV[1] 2018	Δ %
	R$ mil	%	R$ mil	%	2019/2018
(+) Contraprestações líquidas	1.854.465	102,5	1.659.519	104,3	11,7
(+) Receita de vendas de bens e serviços	16.645	0,9	13.014	0,8	27,9
(+) Odontored (México)	16.191	0,9	13.797	0,9	17,4
Receita operacional bruta (ROB)	**1.887.301**	**104,3**	**1.686.330**	**105,9**	**11,9**
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	64.636	3,6	84.284	5,3	(23,3)
(-) Impostos sobre vendas de bens e serviços	13.739	0,8	10.205	0,6	34,6
Receita operacional líquida (ROL)	**1.808.926**	**100,0**	**1.591.841**	**100,0**	**13,6**
(-) Custo de serviços	**810.365**	**44,8**	**703.720**	**44,2**	**15,2**
Eventos indenizáveis líquidos	772.143	42,7	676.247	42,5	14,2
Odontored (México)	2.790	0,2	1.982	0,1	40,8
Encargos sociais sobre serviços	(29)	(0,0)	13	0,0	(313,3)
Materiais odontológicos	7.956	0,4	7.436	0,5	7,0
Demais custos operacionais e provisões/reversões	15.463	0,9	16.777	1,1	(7,8)
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)	12.057	0,7	847	0,1	1.323,6
Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	(15)	-	418	-	(103,7)
Lucro bruto	**998.561**	**55,2**	**888.121**	**55,8**	**12,4**
(-) Despesas de comercialização	**203.758**	**11,3**	**172.341**	**10,8**	**18,2**
(+) Outras receitas operacionais	**4.599**	**0,3**	**3.033**	**0,2**	**51,7**
(-) Despesas administrativas (DA)	**301.749**	**16,7**	**261.122**	**16,4**	**15,6**
DA (base EBITDA ajustado)	**273.114**	**15,1**	**239.141**	**15,0**	**14,2**
Pessoal	156.099	8,6	135.514	8,5	15,2
Serviços de terceiros	35.375	2,0	30.776	1,9	14,9
Localização e funcionamento	41.827	2,3	40.429	2,5	3,5
Taxas e tributos	12.483	0,7	11.583	0,7	7,8
Publicidade e propaganda	20.064	1,1	14.880	0,9	34,8
Outras	7.266	0,4	5.958	0,4	22,0
DA (não base EBITDA ajustado)	**28.635**	**1,6**	**21.982**	**1,4**	**30,3**
Depreciação e amortização	20.991	1,2	15.984	1,0	31,3
Despesas de aquisição Mogidonto e Boutique Dental	0	0,0	0	0,0	0,0
Despesas de aquisição Odonto System	0	0,0	5.997	0,4	(100,0)
Earn-out Odonto System	2.148	0,1	0	0,0	0,0
Amortização de direito de uso	5.496	0,3	0	0,0	0,0
(-) Outras despesas operacionais	**116.370**	**6,4**	**80.495**	**5,1**	**44,6**
Outorga de opção de ações	2.755	0,2	8.562	0,5	(67,8)
Provisão para perdas sobre créditos	78.762	4,4	57.557	3,6	36,8
Participações no resultado	18.893	1,0	14.376	0,9	31,4
Programa de Incentivo de longo prazo	15.960	0,9	0	0,0	0,0
(+) Resultado da equivalência patrimonial	**5.042**	**0,3**	**4.369**	**0,3**	**15,4**
Resultado antes do resultado finaceiro e dos tributos	**386.325**	**21,4**	**381.565**	**24,0**	**1,2**
(+/-) Resultado Financeiro líquído	**19.399**	**1,1**	**25.479**	**1,6**	**(23,9)**
Receitas financeiras	33.129	1,8	33.709	2,1	(1,7)
Despesas financeiras	13.729	0,8	8.230	0,5	66,8
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**405.724**	**22,4**	**407.044**	**25,6**	**(0,3)**
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**120.903**	**6,7**	**121.767**	**7,6**	**(0,7)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	117.669	6,5	127.838	8,0	(8,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.234	0,2	(6.071)	(0,4)	(153,3)
Resultado líquido das operações continuadas	**284.821**	**15,7**	**285.277**	**17,9**	**(0,2)**
Participação minoritária em controlada	(58)	-	(484)	-	(88,1)
Lucro líquido do período	**284.763**	**15,7**	**284.793**	**17,9**	**(0,0)**

[1] AV = Análise Vertical

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita de vendas (ROL): em 2019, a receita líquida da Companhia atingiu R$1.809 milhões, sendo R$1.795 excluindo os efeitos da reversão de ISS (ganho na demanda relativa ao Imposto sobre Serviços - ISS) ocorridos no 1T19, com 12,8% de crescimento sobre o ano anterior. O tíquete médio, de R$21,13 por beneficiário/mês, cresceu 3,4% em relação aos R$20,43 observados em 2018, refletindo o reajuste de contratos corporativos, a mudança de *mix* no período e a consolidação da Odonto System. O número de beneficiários Odontoprev atingiu 7.399.638 em 2019, com adição líquida orgânica de 169 mil novas vidas. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, e 29% em PME e planos individuais, de maior tíquete médio.

Os comentários a seguir sobre as métricas financeiras em relação à receita líquida (ROL) levam em consideração a receita ex-ISS.

Custo de serviços (sinistralidade): Para efeito de comparação e análise, a PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados), calculada conforme Nota Técnica Atuarial, foi excluída do Custo de Serviços. Em 2019 a PEONA representou constituição de R$12 milhões e em 2018 constituição de R$1,3 milhões. O custo de serviços representou 44,5% da ROL em 2019, em comparação aos 44,1% registrados em 2018, com gestão por meio de ferramentas eletrônicas capazes de atestar a máxima qualidade dos procedimentos odontológicos realizados, em todo o Brasil, por cerca de 31.000 cirurgiões dentistas credenciados.

Despesas de comercialização: No ano de 2019, as despesas de comercialização representaram 11,4% da ROL, em comparação aos 10,8% da ROL observados em 2018. A Odontoprev conta com diversos canais de distribuição, entre corretores independentes, equipe própria de vendas, canais digitais e canais massificados visando a clientes de varejo, notadamente PME e planos individuais.

Despesas administrativas (base de cálculo EBITDA ajustado): Basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 15,2% da receita líquida em 2019, patamar semelhante ao ano anterior, de 15,0%.

Provisão para perdas sobre créditos: Em 2019 foi de 4,4% da ROL, versus 3,6% da ROL em 2018, basicamente em função do mix de produtos, com maior participação para os segmentos massificados.

EBITDA e EBITDA ajustado: Em 2019, o EBITDA ajustado atingiu R$418 milhões, maior 0,7% em comparação aos R$415 milhões em 2018. Em relação a receita, a margem EBITDA ajustado de 23,3%, inferior aos 26,1% registrados no ano de 2018. Para fins de EBITDA ajustado, a PEONA é excluída do Custo de Serviços, desde o IPO de 2006. A Diretoria observa que os resultados observados na geração de caixa em 2019 são função direta da adequada estratégia comercial, qualidade diferenciada dos serviços prestados e foco exclusivo na cadeia de valor dental.

	2019		2018		Var. %
Lucro líquido	**284.763**	**15,7**	**284.793**	**17,9**	**-**
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	117.669	6,5	127.838	8,0	(8,0)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.234	0,2	(6.071)	(0,4)	(153,3)
(-) Receitas financeiras	33.129	1,8	33.709	2,1	(1,7)
(+) Despesas financeiras	13.729	0,8	8.230	0,5	66,8
(+) Outorga de opção de ações	2.755	0,2	8.562	0,5	(67,8)
(-) Participação minoritária em controlada	(58)	-	(484)	-	(88,1)
(+) Depreciação e amortização	20.991	1,2	15.984	1,0	31,3
(-) Resultado de equivalência patrimonial	5.042	0,3	4.369	0,3	15,4
(+) Amortização de direito de uso	5.496	0,3	-	-	-
EBITDA	**410.525**	**22,7**	**401.742**	**25,2**	**2,2**
(+/-) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	**12.057**	**0,7**	**847**	**0,1**	**1.323,6**
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	**(15)**	**-**	**418**	**-**	**(103,7)**
(+) EBITDA Pro Forma Brasildental	**7.315**	**0,4**	**6.344**	**0,4**	**15,3**
(-) Reversão ISS	**13.568**	**0,8**	**-**	**-**	**-**
(+) Earn-out Odonto System	**2.148**	**0,1**	**-**	**-**	**-**
(+) Despesas de aquisição Mogidonto e Boutique Dental	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
(+) Despesas de aquisição Odonto System	**-**	**-**	**5.997**	**0,4**	**-**
EBITDA ajustado	**418.462**	**23,1**	**415.348**	**26,1**	**0,7**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado financeiro líquido: foi de R$19,4 milhões, 1,1% da ROL, em 2019. As aplicações financeiras da Odontoprev são compostas de cotas de fundo de investimento exclusivo e certificados de depósito bancário de instituições de primeira linha, em sua maioria, com liquidez imediata. A Companhia mantém patamar de aplicações financeiras suficiente para a gestão operacional. Ao final de 2019, o caixa líquido atingiu R$560 milhões, apresentando uma alta em comparação a R$497 milhões em 2018.

IRPJ e CSLL/ IRPJ e CSLL diferidos: Os valores correntes significaram despesa de R$117,7 milhões em 2019, enquanto que os diferidos representaram R$3,2 milhões. A alíquota efetiva corrente apurada no resultado de 2019 foi de 30,0%, em comparação a 31,4% em 2018.

	Alíquotas efetivas	
	2019	2018
Resultado antes dos impostos e das participações	**411.048**	**421.420**
(-) Participações no resultado	18.893	14.376
(=) Base de cálculo IRPJ/ CSLL	**392.156**	**407.044**
Despesa contabilizada		
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	117.669	127.838
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.234	(6.071)
Total da despesa contabilizada	**120.903**	**121.767**
Alíquota efetiva corrente	**30,0%**	**31,4%**

Lucro líquido: No ano, atingiu R$285 milhões, estável em relação a 2018. A Diretoria acredita que os resultados atingidos no ano refletem o modelo de gestão, e tem demostrado, no tempo, os diferenciais do modelo de negócio.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa: 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018: contas patrimoniais

ATIVO (em R$mil)	31/12/2019	Análise Vertical (%) 2019	31/12/2018	Análise Vertical (%) 2018	Variação Horizontal (%) 2019 x 2018
Circulante	**818.478**	**46,3**	**702.255**	**42,6**	**16,5**
Disponível	**27.067**	**1,5**	**21.142**	**1,3**	**28,0**
Caixa e equivalentes de caixa	27.067	1,5	21.142	1,3	28,0
Aplicações Financeiras	**517.210**	**29,2**	**460.394**	**27,9**	**12,3**
Aplicações financeiras não vinculadas	385.591	21,8	338.556	20,5	13,9
Aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas (garantidoras)	131.619	7,4	121.838	7,4	8,0
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**161.666**	**9,1**	**154.697**	**9,4**	**4,5**
Contraprestações pecuniárias a receber	180.185	10,2	178.608	10,8	0,9
Provisão para perdas sobre créditos	(47.075)	(2,7)	(51.211)	(3,1)	(8,1)
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	1.669	0,1	3.339	0,2	(50,0)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	18.967	1,1	15.634	0,9	21,3
Operadoras de planos de assistência à saúde	7.920	0,4	8.327	0,5	(4,9)
Outras contas a receber	**15.830**	**0,9**	**12.146**	**0,7**	**30,3**
Adiantamentos a fornecedores	2.231	0,1	587	0,0	280,1
Adiantamentos a funcionários	6.902	0,4	6.132	0,4	12,6
Demais créditos a receber	6.697	0,4	5.427	0,3	23,4
Estoques	**3.443**	**0,2**	**3.112**	**0,2**	**10,6**
Tributos correntes a recuperar	**62.401**	**3,5**	**26.036**	**1,6**	**139,7**
Créditos tributários e previdenciários	62.401	3,5	26.036	1,6	139,7
Despesas antecipadas	**30.861**	**1,7**	**24.728**	**1,5**	**24,8**
Despesas de comercialização diferidas	28.394	1,6	22.280	1,4	27,4
Outras Despesas	2.467	0,1	2.448	0,1	0,8
Não circulante	**950.264**	**53,7**	**945.329**	**57,4**	**0,5**
Realizável a longo prazo	**113.890**	**6,4**	**160.593**	**9,7**	**(29,1)**
Ativos financeiros de longo prazo, a serem mantidos até o vencimento	**15.824**	**0,9**	**15.227**	**0,9**	**3,9**
Titulos mantidos até o vencimento	15.824	0,9	15.227	0,9	3,9
Tributos direridos	**41.508**	**2,3**	**44.742**	**2,7**	**(7,2)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.508	2,3	44.742	2,7	(7,2)
Outros ativos não circulantes	**56.558**	**3,2**	**100.624**	**6,1**	**(43,8)**
Depósitos judiciais	15.944	0,9	14.245	0,9	11,9
Outros créditos a receber	16.266	0,9	20.544	1,2	(20,8)
Créditos tributários e prividenciários	24.248	1,4	65.735	4,0	(63,1)
Títulos e créditos a receber	100	0,0	100	0,0	0,0
Investimentos	**9.453**	**0,5**	**8.054**	**0,5**	**17,4**
Outras participações societárias	9.318	0,5	7.540	0,5	23,6
Outros Investimentos	135	0,0	514	0,0	(73,7)
Imobilizado	**68.188**	**3,9**	**24.314**	**1,5**	**180,4**
Intangível	**758.733**	**42,9**	**752.368**	**45,7**	**0,8**
Ágio na aquisição de investimentos	647.390	36,6	647.390	39,3	0,0
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de softwares e outros	69.718	3,9	54.993	3,3	26,8
Ativos intangíveis alocados	41.625	2,4	49.985	3,0	(16,7)
TOTAL DO ATIVO	**1.768.742**	**100,0**	**1.647.584**	**100,0**	**7,4**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em R$mil)	31/12/2019	Análise Vertical (%) 2019	31/12/2018	Análise Vertical (%) 2018	Variação Horizontal (%) 2019 x 2018
Circulante	**499.943**	**28,3**	**517.085**	**31,4**	**(3,3)**
Obrigações Sociais e Trabalhistas	**44.822**	**2,5**	**33.897**	**2,1**	**32,2**
Obrigações sociais	**6.200**	**0,4**	**5.068**	**0,3**	**22,3**
Encargos a Recolher	6.200	0,4	5.068	0,3	22,3
Obrigações trabalhistas	**38.622**	**2,2**	**28.829**	**1,7**	**34,0**
Salários, férias e honorários	38.622	2,2	28.829	1,7	34,0
Fornecedores	**15.289**	**0,9**	**19.181**	**1,2**	**(20,3)**
Obrigações Fiscais	**32.267**	**1,8**	**34.512**	**2,1**	**(6,5)**
Outras Obrigações	**69.952**	**4,0**	**135.637**	**8,2**	**(48,4)**
Dividendos, juros sobre capital próprio e restituição de capital	12.095	0,7	71.451	4,3	(83,1)
Dividendo minimo obrigatório a pagar	0	0,0	5.741	0,3	0,0
Adiantamentos de clientes	1.442	0,1	972	0,1	48,4
Recebimento antecipado de contraprestações	0	0,0	54	0,0	0,0
Investimentos a pagar	3.991	0,2	3.500	0,2	14,0
Contraprestações contingentes	0	0,0	6.472	0,4	0,0
Outras contas a pagar	52.424	3,0	47.447	2,9	10,5
Provisões	**337.613**	**19,1**	**293.858**	**17,8**	**14,9**
Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)	46.349	2,6	39.568	2,4	17,1
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	95.130	5,4	83.073	5,0	14,5
Provisão de Prêmios ou Contraprestações não Ganhos (PPCNG)	182.196	10,3	159.878	9,7	14,0
Provisão de Seguros e Sinistros	13.938	0,8	11.339	0,7	22,9
Não circulante	**152.306**	**8,6**	**98.811**	**6,0**	**54,1**
Outras Obrigações	**108.521**	**6,1**	**62.103**	**3,8**	**74,7**
Outras exigibilidades	15.963	0,9	19.636	1,2	(18,7)
Honorários a pagar	1.068	0,1	1.068	0,1	0,0
Opção de vendas em controlada	32.336	1,8	27.399	1,7	18,0
Investimentos a pagar	11.975	0,7	14.000	0,8	(14,5)
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	49.209	2,8	0	0,0	0,0
AVP - Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(10.520)	(0,6)	0	0,0	0,0
Incentivo de Longo Prazo	8.490	0,5	0	0,0	0,0
Provisões	**43.785**	**2,5**	**36.708**	**2,2**	**19,3**
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Civeis	32.411	1,8	27.214	1,7	19,1
Outras Provisões	11.374	0,6	9.494	0,6	19,8
TOTAL PASSIVO	**652.249**	**36,9**	**615.896**	**37,4**	**5,9**
Patrimonio líquido, capital e reservas atribuidas aos acionistas da Companhia	**1.111.365**	**62,8**	**1.027.456**	**62,4**	**8,2**
Capital social	**607.869**	**34,4**	**506.557**	**30,7**	**20,0**
Reservas de capital	**(2.262)**	**(0,1)**	**9.206**	**0,6**	**(124,6)**
Reservas de lucros	**505.758**	**28,6**	**511.693**	**31,1**	**(1,2)**
Reserva legal	14.238	0,8	101.312	6,1	(85,9)
Reserva de Incentivo fiscal	129	0,0	129	0,0	0,0
Dividendo adicional proposto	35.983	2,0	22.018	1,3	63,4
Ações em tesouraria	(21.028)	(1,2)	(17.012)	(1,0)	23,6
Reserva estatutária de capital regulatório	238.218	13,5	202.623	12,3	17,6
Reserva de investimentos em expanão	238.218	13,5	202.623	12,3	17,6
Participação dos não controladores	**5.128**	**0,3**	**4.232**	**0,3**	**21,2**
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.116.493**	**63,1**	**1.031.688**	**62,6**	**8,2**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.768.742**	**100,0**	**1.647.584**	**100,0**	**7,4**

Ativo Circulante: O ativo circulante aumentou 16,5%, ou R$116 milhões, passando de R$702 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$818 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente das aplicações financeiras e tributos a recuperar. O ativo circulante representava 46,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019, e 42,6% em 31 de dezembro de 2018.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante aumentou 1%, ou R$5 milhões, passando de R$945 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$950 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 57,4% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 53,7% em 31 de dezembro de 2019.

A Diretoria afirma que a Companhia tem por modelo de negócios uma estrutura pouco dependente de ativos imobilizados, como máquinas e equipamentos, e bens imóveis.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo Circulante: diminuiu 3,3%, ou R$17 milhões, passando de R$517 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$500 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 31,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 passando a 28,3% em 31 de dezembro de 2019.

A Diretoria adota a prática de não alavancagem da Companhia, jamais tendo contratado qualquer tipo de empréstimo ou financiamento.

Passivo Não Circulante: aumento de 54,1%, ou R$53 milhões, devido ao aumento em outras obrigações e provisões. O passivo não circulante representava 6,0% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 8,6% em 31 de dezembro de 2019.

A Diretoria adota a prática de não alavancagem da Companhia, jamais tendo contratado qualquer tipo de empréstimo ou financiamento.

Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídas aos acionistas da Companhia: passou de R$1.032 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$1.116 milhões em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de R$85 milhões, conforme quadro de Mutações do Patrimônio Líquido a seguir:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2018	Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucro	Lucros ou prejuizos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio líquido
Saldos Iniciais 31/12/2019	**506.557**	**(7.806)**	**528.705**	**-**	**(2.638)**	**1.024.818**	**6.870**	**1.031.688**
Saldos Iniciais Ajustados	**506.557**	**(7.806)**	**528.705**	**-**	**(2.638)**	**1.024.818**	**6.870**	**1.031.688**
Transações de Capital com os Sócios	**101.312**	**(15.484)**	**(87.347)**	**(199.335)**	**-**	**(200.854)**	**-**	**(200.854)**
Aumentos de Capital	101.312	-	(101.312)	-	-	-	-	-
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	2.755	-	-	-	2.755	-	2.755
Ações em Tesouraria adquiridas	-	(41.781)	-	-	-	(41.781)	-	(41.781)
Ações em Tesouraria Vendidas	-	28.479	-	-	-	28.479	-	28.479
Dividendos	-	-	(22.018)	(100.796)	-	(122.814)	-	(122.814)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(62.556)	-	(62.556)	-	(62.556)
Dividendo adicional proposto	-	-	35.983	(35.983)	-	-	-	-
Opção de venda em Controlada	-	(4.937)	-	-	-	(4.937)	-	(4.937)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**-**	**284.763**	**1.720**	**286.483**	**(824)**	**285.659**
Lucro Líquido do Período	-	-	-	284.763	-	284.763	58	284.821
Outros Resultados Abrangentes					1.720	1.720	(882)	838
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**85.428**	**(85.428)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição de Reservas	-	-	85.428	(85.428)	-	-	-	-
Saldos Iniciais 31/12/2019	**607.869**	**(23.290)**	**526.786**	**-**	**(918)**	**1.110.447**	**6.046**	**1.116.493**

Liquidez e recursos de capital: A Diretoria afirma que as principais fontes de recursos da Odontoprev são o caixa gerado pelas operações e as receitas de aplicações financeiras, assim como seu uso é basicamente alocado conforme abaixo:

(v) remuneração aos acionistas, através do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio;
(vi) atualizações da plataforma de tecnologia da informação;
(vii)investimentos em ativo fixo e;
(viii) capital de giro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil)	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	**284.821**	**285.277**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	256.008	234.580
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	**540.829**	**519.857**
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(63.913)	(85.502)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(111.306)	(125.595)
CAIXA GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**365.610**	**308.760**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(11.020)	(4.606)
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	(21.763)	(17.332)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	4.143	-
Aquisição de investimentos, incluindo ágio (líquido de caixa adquirido)	(9.473)	(179.112)
Baixa de investimentos por incorporação	-	-
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(38.113)**	**(201.170)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos	(186.763)	(30.951)
Juros sobre Capital próprio pagos	(64.094)	(55.837)
Aquisições de ações próprias - em tesouraria	(41.781)	(70.497)
Recebimento outorga de opção de ações	28.479	38.317
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(264.159)**	**(118.968)**
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**63.338**	**(11.378)**
CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
Saldo inicial	496.763	508.141
Saldo final	560.101	496.763
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**63.338**	**(11.378)**

Historicamente, os investimentos em ativo fixo (capex) não tem sido significativos em relação à geração interna de caixa, conforme demonstramos na tabela a seguir:

(em R$ mil)	2019	2018
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	21.549	16.050
Equipamentos de computação	2.063	2.057
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	815	367
Benfeitorias em instalações	7.434	124
Veículos	490	491
Outros	433	2.848
Total dos investimentos (CAPEX)	**32.783**	**21.937**

A Diretoria reitera que Companhia não apresenta nenhum endividamento bancário, também não havendo nenhuma obrigação contratual que implique em pagamento pecuniário relevante.

Operações não registradas no balanço patrimonial: não efetuamos nenhuma operação não registrada em nossos balanços patrimoniais.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Resultados operacionais e financeiros

a) Resultado operacional e financeiro

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os nossos Diretores afirmam que a Receita Operacional Líquida ou Receita de Vendas da Companhia é composta de contraprestações líquidas, vendas de bens e serviços, tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde e impostos sobre vendas de bens e serviços. As Contraprestações líquidas são geradas a partir de mensalidades e pagamentos referentes aos planos odontológicos e, segundo o plano de contas da ANS, excluem as receitas com prestação de serviços, como as oriundas de consultórios próprios de atendimento.

Os diretores da Companhia avaliam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, as principais fontes de receita foram decorrentes das contraprestações líquidas geradas das mensalidades e pagamentos referentes aos planos odontológicos.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Na opinião dos Diretores, as variações das receitas em cada exercício podem ser assim atribuídas aos seguintes fatores:

2020
A receita líquida foi 2,4% menor no período, passando de R$1.795 milhões em 2019 para R$1.765 milhões em 2020, conforme fatores descritos no item 10.2(a)(i) acima.
Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:
- Mix de produtos, na qual os segmentos massificados representaram 29,2% das vidas e 42,3% da receita.
- Queda de 3,1% do tíquete médio em 2020 e crescimento de 1,5% no número de beneficiários no ano, sendo 111 mil novas vidas.

2019
A receita líquida cresceu 12,8% no período, passando de R$1.592 milhões em 2018 para R$1.795 milhões em 2019, conforme fatores descritos no item 10.2(a)(i) acima.
Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:
- Mix de produtos, na qual os segmentos massificados apresentaram crescimento de 25,1% na receita, e representaram 29,3% das vidas e 42,4% da receita.
- Aumento de 3,4% do tíquete médio em 2019 e de 2,3% no número de beneficiários no ano, sendo 169 mil novas vidas, e lançamento de novos produtos, de maior valor agregado.

2018
A receita líquida cresceu 10,8% no período, passando de R$1.437 milhões em 2017 para R$1.592 milhões em 2018, conforme fatores descritos no item 10.2(a)(i) acima.
Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:
- Mix de produtos, na qual os segmentos massificados apresentaram crescimento de 19,1% na receita, e representaram 29% das vidas e 39% da receita.
- Aumento de 3,9% do tíquete médio em 2018 e de 14,6% no número de beneficiários no ano, sendo 287 mil novas vidas orgânicas, e 634 mil vidas pela aquisição da empresa concorrente Odonto System, e lançamento de novos produtos, de maior valor agregado

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os nossos Diretores afirmam que o negócio da Companhia não está exposto às variações das taxas de câmbio ou de juros. As principais alterações das nossas receitas são afetadas principalmente pelo tíquete médio, pelo número de novos beneficiários e pela mudança de mix de produtos.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, gerando consequências negativas para os nossos negócios, nossa condição financeira, os nossos resultados operacionais ou afetar adversamente o preço das nossas ações ordinárias. Além disso, caso o Brasil venha registrar altas taxas de inflação, poderemos não ser capazes de ajustar os nossos preços de forma a compensar os efeitos da inflação sobre os nossos custos.

Nos últimos três anos, reajustamos os preços das mensalidades dos contratos corporativos a um ritmo marginalmente inferior ao da inflação (IPCA). Quanto aos contratos individuais, o reajuste tem por base os índices de inflação de mercado, à escolha do cliente.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nos três últimos exercícios sociais, relativos a 2018, 2019 e 2020, a Companhia foi impactada por maior custo de serviços, ou seja, o montante dispendido junto aos cirurgiões dentistas credenciados, de forma não linear.

O custo de serviços é resultado de negociação individualizada de remuneração junto a cada profissional credenciado, levando em consideração sua especialização acadêmica, disponibilização de agenda para beneficiários Odontoprev e localização geográfica.

Em 2018, o custo de serviços como percentual da receita apresentou 44,1%, abaixo dos 45,7% em 2017, e atingiu menor patamar desde 2009, devido à normalização da utilização do benefício odontológico, e em particular nos segmentos corporativo e PME, além da consolidação da carteira Odonto System.

A política de preços da Companhia não está sujeita às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. Nossa atividade está totalmente voltada para o mercado interno. A Companhia não utiliza instrumentos derivativos de quaisquer ordens.

Em 2019, a parcela de custo de serviços representou 44,5% em relação à receita, acima dos 44,1% em 2018, devido aos efeitos do desemprego, que desencadearam em maior frequência.

Em 2020, a parcela de custo de serviços representou 40,6% em relação à receita, abaixo dos 44,5% em 2019, e atingiu menor patamar da história demonstrando a queda na frequência de utilização devido aos efeitos da pandemia do Covid-19.

A Companhia tem apresentado nos últimos anos uma posição de caixa adequada para conduzir suas operações, encerrando o ano de 2020 com disponibilidades líquidas de R$753 milhões. Acreditamos que, mantida a estrutura de capital conservadora atual, a Companhia continuará apresentando resultado financeiro positivo, pouco representativo na composição total do lucro líquido anual.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios de 2018 e 2020 as aquisições e participações societárias realizadas, na opinião da diretoria, não trouxeram impacto relevante nas respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais.

Em 2018, houve a aquisição de 100% do capital social da Odonto System Planos Odontológicos Ltda., companhia constituída em 1989 e localizada na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, e que tem como objetivo a operaçao de planos odontológicos. A aquisição e incorporação foram aprovadas em 2018, sendo a transação já aprovada pela ANS, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 2019 conforme o comunicado do dia 02/01/2019, a Odonto System Planos Odontológicos Ltda., ("Odonto System"), foi incorporada pela Companhia.

Em 2020, conforme fato relevante do dia 22/12/2020, a Odontoprev S.A. comunicou que celebrou Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% do capital social da Mogidonto Planos Odontológicos Ltda., companhia constituída em 1976 com sede na cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, e que tem como objetivo a operaçao de planos odontológicos, e para a aquisição, por meio de sua controlada CLIDEC - CLÍNICA DENTÁRIA ESPECIALIZADA CURA D'ARS LTDA., de 100% do capital social da Boutique Dental Ltda., conjunto de clínicas para prestação de serviços odontológicos com sede na cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. A consumação da Transação estará sujeita a certas condições precedentes, incluindo a aprovação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 2021 conforme o comunicado do dia 04/01/2021, a Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda. ("Rede Dental"), foi incorporada pela Companhia.

Em 2022 conforme o comunicado do dia 03/01/2022, a Mogidonto Planos Odontológicos Ltda. ("Mogidonto"), foi incorporada pela Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Odontoprev possui participação, diretas e indiretas, nas seguintes empresas Controladas e Coligadas, conforme demonstrado na tabela abaixo e descrito na Nota Explicativa 01 das Demonstrações Financeias da Companhia do exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

	Participação no capital social (%)							
	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
	Controladas		Coligada	Controle	Controladas		Coligada	Controle
	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto
EMPRESAS:								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	-	-	99,9	-	-
G2D Serviços Tecnológicos S.A. (G2D)	-	-	-	-	-	-	15,9	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	-	-	18,1	-	-	-	-	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	90,6	-	-	-	90,6	-	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RDC 39 ANS:								
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasilidental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda. (Rede Dental)	100,0	-	-	-	99,9	-	-	-
SEGURADORA:								
Odontored CV Sociedad Anônima de Capital Variable (Odontored)	60,0	-	-	-	60,0	-	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anônima de Capital Variable (Oprev)	-	60,0	-	-	-	60,0	-	-
REDE DE CLÍNICAS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA:								
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	-	49,0	-	-	-	49,0

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

c) Eventos ou operações não usuais

Em decorrência da pandemia pelo Covid-19, diversas empresas têm sido impactadas e há incerteza macroeconômica e nos negócios, de todos os setores.

A Companhia deverá observar menor ritmo na solicitação de senhas por cirurgiões-dentistas e marcação de consultas por beneficiários, proporcional ao tempo que perdurar a pandemia, trazendo, assim, redução do custo de serviços. A receita consolidada, por sua vez, irá refletir os impactos de eventuais cancelamentos de contratos e desligamentos, podendo também haver maior provisão para perdas sobre créditos, ou descontos financeiros.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Mudanças nas práticas contábeis

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2020

As principais novas normas e interpretações que afetam a Companhia e suas Controladas estão sumariadas a seguir:

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Administração concluiu que, tanto na Companhia como no Consolidado, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, diante disso, a Companhia optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48/IFRS 9, permitida pela Revisão CPC de 12 de dezembro de 2017, e continuará a aplicar o CPC 38/IAS 39 para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2022, adotando o referido pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2023.

CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguros: com vigência em 01 de janeiro de 2023, substituirá o CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguro e objetiva contribuir com os investidores e outros stakeholders a melhor entender aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

Em 2019

As principais novas normas e interpretações que afetam a Companhia e suas Controladas estão sumariadas a seguir:

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, introduz uma estrutura abrangente para determinar critérios de reconhecimento e mensuração, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas. As receitas de contratos de seguros e planos odontológicos estão fora do alcance do CPC 47/IFRS 15 e serão tratadas no escopo do IFRS 17 – Contratos de seguros, o qual entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022. A Administração concluiu que tanto na Companhia como no Consolidado não houve impacto material do CPC 47/IFRS 15 sobre as demonstrações contábeis.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A Administração concluiu que, tanto na Companhia como no Consolidado, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, diante disso, a Companhia optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48/IFRS 9, permitida pela Revisão CPC de 12 de dezembro de 2017, e continuará a aplicar o CPC 38/IAS 39 para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021, adotando o referido pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2022.

CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros: com vigência em 01 de janeiro de 2022, substituirá o CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguro e objetiva contribuir com os investidores e outros stakeholders a melhor entender aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: essa interpretação, vigente a partir de 01 de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. A Administração concluiu que tanto na Companhia como no Consolidado não houve impacto material do ICPC 22/IFRIC 23 sobre as demonstrações contábeis.

Em 2018:

As principais novas normas e interpretações que afetam a Companhia e suas Controladas podem ser sumariadas como seguem:

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, introduz uma estrutura abrangente para determinar critérios de reconhecimento e mensuração, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas. As receitas de contratos de seguros e planos odontológicos estão fora do alcance do CPC 47/IFRS 15 e serão tratadas no escopo do IFRS 17 – Contratos de seguros, o qual entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022. A Administração concluiu que tanto na Companhia como no Consolidado não houve impacto material do CPC 47/IFRS 15 sobre as demonstrações contábeis.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A Administração concluiu que, tanto na Companhia como no Consolidado, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, diante disso, a Companhia optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48/IFRS 9, permitida pela Revisão CPC de 12 de dezembro de 2017, e continuará a aplicar o CPC 38/IAS 39 para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021, adotando o referido pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2022.

CPC 10 (R1)/IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações: em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, o CPC publicou alterações para esclarecer a contabilização de determinados tipos de transação de pagamentos baseados em ações incluindo mensuração, classificação de pagamentos baseados em ações pagos líquidos de impostos, entre outros.

A Companhia concluiu que o CPC 10 (R1)/IFRS 2 não implicará em mudanças no processo de contabilização de seu "Plano de opção de compras de ações" o qual prevê a liquidação através de Instrumento Patrimonial, enquanto que as alterações promovidas na revisão do referido CPC estão voltadas para programas com liquidação em caixa.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia pretende adotar o método de transição onde o valor do ativo do direito de uso é reconhecido pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento no reconhecimento inicial (item C8(b) (ii) do CPC 06 (R2)/IFRS 16). Dessa forma, a transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16 acarretará uma variação não superior a 1,9% do Ativo Total, sem impactos no Patrimônio Líquido inicial.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

IFRS 17 – Contratos de seguros: com vigência em 01 de janeiro de 2022, substituirá o CPC 11/IFRS 4 e objetiva contribuir com os investidores e outros stakeholders a melhor entender aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 não há.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Políticas contábeis críticas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e Consolidado e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, porém, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua sendo os impactos de suas revisões reconhecidos prospectivamente em conformidade com o disposto no CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação de passivos de seguros e (ii) avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros, (ii) avaliação de créditos tributários diferidos, (iii) cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros e (iv) cálculo do direito de uso, passivo de arrendamento e respectivo ajuste a valor presente.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Itens não evidenciados nas DFs

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off - balance sheet items*).

Não temos.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Comentários sobre os itens 10.6

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Plano de negócios

a) Investimentos

Desde a Oferta Pública, a Companhia tem realizado, principalmente, investimentos de expansão em desenvolvimento de sistemas e aquisição de *softwares*.

(em R$ mil)	2020	2019	2018
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	25.329	21.549	16.050
Equipamentos de computação	6.686	2.063	2.057
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	923	815	367
Benfeitorias em instalações	1.494	7.434	124
Veículos	755	490	491
Outros	72	433	2.848
Total dos investimentos (CAPEX)	**35.260**	**32.783**	**21.937**

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Desde a Oferta Pública foram efetuadas nove aquisições e duas associações estratégicas: com o Bradesco em 2010 e com Banco do Brasil/BB Seguros S.A. em 2013, ambas aprovadas, sem restrições, pela Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

Em 2019 conforme o comunicado do dia 02/01/2019, a Odonto System Planos Odontológicos Ltda., (“Odonto System”), foi incorporada, sem aumento no valor do capital social da Companhia, com a consequente extinção da Odonto System, de forma que todos os ativos e passivos da Odonto System serão absorvidos pela Companhia, que a sucederá em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A..

Em 2020, conforme fato relevante do dia 22/12/2020, a Odontoprev S.A. comunicou que celebrou Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% do capital social da Mogidonto Planos Odontológicos Ltda., e para a aquisição, por meio de sua controlada CLIDEC - CLÍNICA DENTÁRIA ESPECIALIZADA CURA D’ARS LTDA., de 100% do capital social da Boutique Dental Ltda. A consumação da Transação estará sujeita a certas condições precedentes, incluindo a aprovação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 2021 conforme o comunicado do dia 04/01/2021, a Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda., (“Rede Dental”), foi incorporada, sem aumento no valor do capital social da Companhia, com a consequente extinção da Rede Dental, de forma que todos os ativos e passivos da Rede Dental serão absorvidos pela Companhia, que a sucederá em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A..

Em 2022 conforme o comunicado do dia 03/01/2022, a Mogidonto Planos Odontológicos Ltda. (“Mogidonto”), foi incorporada, sem aumento no valor do capital social da Companhia, com a consequente extinção da Mogidonto, de forma que todos os ativos e passivos da Mogidonto serão absorvidos pela Companhia, que a sucederá em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A..

10.8 -

	Dados históricos relativos a aquisição e/ou aprovação					31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019
	Data	Valor total	Valor patrimonial	Foco estratégico	UGC	Data da incorporação	Ágio	Amortização/ baixa[1]	Ágio líquido	Ágio líquido
Bradesco Dental	18/10/2009	723.392	313.752	Corporativo e individual	Bradesco	01/07/2010	409.640	-	409.640	409.640
Biodent	19/06/2008	2.837	98	Segmento premium	Care Plus	01/12/2008	2.739	(319)	2.420	2.420
Care Plus	19/06/2008	13.113	(230)	Segmento premium	Care Plus	01/12/2008	13.343	(1.563)	11.780	11.780
SRJSPE	26/06/2008	13.720	(130)	Segmento premium	Care Plus	01/12/2008	13.850	(1.616)	12.234	12.234
Rede Dental[6]	08/10/2007	7.564	(119)	Regionalização	Rede Dental	Não incorporada	7.703	(1.544)	6.159	6.159
OdontoServ[2]	27/02/2009	30.841	10.025	Regionalização	OdontoServ	01/12/2009	20.816	-	20.816	20.816
Prontodente	22/12/2008	5.445	(235)	Médias e grandes empresas	OdontoPrev[3]	01/12/2009	5.680	-	5.680	5.680
Sepao	24/10/2008	9.203	82	Médias e grandes empresas	OdontoPrev[3]	01/12/2009	9.121	(303)	8.818	8.818
DentalCorp	09/02/2007	25.244	386	Pequenas e médias empresas	OdontoPrev[3]	03/03/2008	24.858	(9.529)	15.329	15.329
Odonto System[4]	07/08/2018	203.084	4.668	Complementariedade portfólio	Odonto System	02/01/2019	145.793	-	145.793	145.793
Companhia		**1.034.463**	**328.297**				**653.543**	**(14.874)**	**638.669**	**638.669**
Easy	08/07/2008	3.100	456	Verticalização	-	Não incorporada	2.644	(264)	2.380	2.380
G2D[5]	09/08/2012	750	416	Verticalização	-	Não incorporada	333	(333)	-	333
Grupo Papaiz	31/01/2013	5.487	780	Verticalização	-	Não incorporada	6.008	-	6.008	6.008
Consolidado		**1.043.800**	**329.949**				**662.528**	**(15.471)**	**647.057**	**647.390**

[1]Amortização linear acumulada até 31 de dezembro de 2008, após esta data são realizados teste de *impairment*.

[2]Inclui Adcon incorporada em 01 de maio de 2014.

[3]Equivale ao resultado total da Companhia deduzido das UGCs Bradesco, Care Plus, OdontoServ e Odonto System englobando Prontodente, Sepao e DentalCorp. Tal agrupamento é devido ao foco estratégico destas aquisições estar intimamente relacionado às atividades comerciais e de retenção da OdontoPrev, bem como à identificação da entrada independente de caixa.

[4]Inclui os valores referentes à marca, carteira de clientes e acordo de não concorrência alocados na rubrica ativos intangíveis, incorporados aos valores da Companhia em 02 de janeiro de 2019 e que foram apresentados de maneira consolidada em 31 de dezembro de 2018.

[5]Ágio baixado devido à alteração da participação da G2D para SF 210 (nota 1).

[6]Incorporado em 04 de janeiro de 2021 (nota 1).

c) Novos produtos e serviços

Não houve.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Outros fatores com influências relevantes

Em decorrência da pandemia pelo Covid-19, diversas empresas têm sido impactadas e há incerteza macroeconômica e nos negócios, de todos os setores.

A Companhia observou menor ritmo na solicitação de senhas por cirurgiões-dentistas e marcação de consultas por beneficiários, que trouxe, assim, redução do custo de serviços. A receita consolidada, por sua vez, também refletiu pelos impactos de cancelamentos de contratos e desligamentos, com melhor gradual ao longo dos trimestres.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

a) objeto da projeção

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;

Conforme mencionado no item 11.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções e

Conforme mencionado no item 11.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Conforme mencionado no item 11.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a) atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou pelo Estatuto:

I. Exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;

II. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

III. Eleger e destituir os Diretores da Companhia;

IV. Atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto;

V. Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;

VI. Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

VII. Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

VIII. Escolher e destituir os auditores independentes e o executivo responsável pela auditoria interna, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa e a auditoria interna reportar-se-ão ao Conselho de Administração;

IX. Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

X. Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

XI. Aprovar os orçamentos anuais, a política comercial e o planejamento estratégico da Companhia e suas respectivas alterações;

XII. Manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

XIII. Autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

XIV. Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

XV. Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

XVI. Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembleia Geral;

XVII. Deliberar sobre a emissão (a) de debêntures conversíveis ou não em ações ordinárias da Companhia, sendo que, no caso de emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, o Conselho de Administração está obrigado a observar o limite do capital autorizado previsto no Artigo 7º deste Estatuto, e (b) de commercial papers;

XVIII. Autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros;

XIX. Aprovar qualquer alienação de bens ou direitos do ativo cujo valor individual ou considerado em relação a uma série de bens ou direitos relacionados entre si num determinado período de 12 (doze) meses seja superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

XX. Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia;

XXI. Aprovar a obtenção de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

XXII. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto da Companhia e dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta disponíveis no mercado;

XXIII. Definir a empresa especializada em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos do Artigo 32 deste Estatuto;

XXIV. Aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia; e

XXV. Deliberar sobre a participação da Companhia em novos negócios, incluindo a aquisição de participação em qualquer sociedade, consórcio ou empreendimento, inclusive constituição de subsidiária.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a praticar quaisquer dos atos referidos nos itens XVIII, XIX, XX e XXI, observados limites de valor por ato ou série de atos.

O regimento interno do Conselho de Administração foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de março de 2010 e aditado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de abril de 2014, e pode ser encontrado no endereço eletrônico.

O Conselho de Administração não possui política formal de avaliação dos serviços de auditoria independente. Desde a abertura de capital, em 2006, a Companhia contou com os serviços de auditoria independente da Delloite (2006 a 2009), Price (2010 a 2013), KPMG (2013 a 2018), PricewaterhouseCoopers (2018 a 2020) e KPMG (a partir de 2021).

DIRETORIA

Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

III. Submeter ao Conselho de Administração orçamento anual; e

IV. Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas.

O regimento interno da Diretoria foi aprovado em 30/11/2021, e pode ser encontrado no endereço eletrônico.

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, compete ao Conselho Fiscal, quando instalado:

I. Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II. Opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III. Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

IV. Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

V. Convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e, Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI. Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras da Companhia, Controladas e Coligadas, elaboradas pela administração da Companhia e auditadas por auditores independentes;

VII. Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII. Exercer essas atribuições no curso de eventual liquidação da Companhia, de acordo com a legislação vigente;

IX. Manifestar sobre a escolha feita pela administração da Companhia dos auditores independentes;

X. Dar encaminhamento a denúncias e reclamações de terceiros relacionados a procedimentos contábeis e de controles internos;

XI. Praticar outros atos de sua competência listados em legislação.

O regimento interno do Conselho Fiscal foi aprovado pelo Conselho Fiscal em reunião realizada em 25/04/2018, e pode ser encontrado no endereço eletrônico.

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia foi instituído na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 02.04.2018.

De acordo com o Estatuto Social Companhia, e atendendo aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM, compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

I. Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

II. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

III. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, bem como monitorar a gestão de riscos da Companhia;

IV. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

V. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

VI. Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O regimento interno do Comitê de Auditoria foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração realizada em 20/08/2013, e pode ser encontrado no endereço eletrônico.

COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS

Segundo regimento interno do Comitê de Gestão de Pessoas, aprovado pelo próprio Comitê de Gestão de Pessoas em fórum realizado em 29/11/2016, compete ao órgão:

I. Supervisionar e revisar as políticas e práticas de remuneração e propor ao Conselho de Administração a remuneração dos Administradores;

II. Assessorar o Conselho de Administração em suas responsabilidades de eleger, avaliar e destituir o Diretor Presidente e demais Diretores da companhia;

III. Diligenciar para que a companhia se prepare com a antecedência necessária para a sucessão dos Diretores e demais cargos chave de seu alto escalão;

IV. Monitorar os programas de atração e retenção dos talentos da Companhia, indicadores de satisfação e clima organizacional e;

V. Monitorar o perfil de experiências e competências dos Administradores com atenção às oportunidades de aprimoramento.

O regimento interno do Comitê de Gestão de Pessoas pode ser encontrado no endereço eletrônico.

AUDITORIA INTERNA: Área vinculada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Responsável pela avaliação dos processos de gestão de riscos; sistemas de controles internos; e mecanismos e procedimentos internos para o cumprimento de leis, resoluções, regimentos e regulamentos da Companhia. A unidade de Auditoria Interna dispõe das condições necessárias para a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos e gerenciamento de riscos da Companhia. A área possui regimento interno

b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

Compete ao **Diretor Presidente**, coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

II. Superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

III. Propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;

IV. Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 25 deste Estatuto;

V. Coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;

VI. Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e

VII. Administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Compete ao **Diretor Administrativo-Financeiro**, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

II. Administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

III. Dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/ tributária;

IV. Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 25.

Compete ao **Diretor de Relações com Investidores** prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de Companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às Companhias abertas.

Compete ao **Diretor Clínico-Operacional**, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

Dirigir todos os aspectos relacionados com a rede credenciada da Companhia, assim como a operação de clínicas próprias;

I. Administrar o relacionamento com as entidades de classe profissionais e entidades de ensino e pesquisa;

II. Gerenciar os programas de pesquisa e educação continuada em que a Companhia participa, bem como as políticas de promoção de saúde;

III. Garantir a adequação do atendimento odontológico da Companhia a todas as normas legais vigentes;

IV. Coordenar e integrar o Comitê de Remuneração de Rede Credenciada;

V. Assinar os contratos de credenciamento em conjunto com outro Diretor ou procurador;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

VI. Dirigir as atividades do Departamento Clínico da Companhia, visando o controle de qualidade clínica de atenção à saúde dos associados;

VII. Administrar o segmento assistencial de reembolsos a associados usuários de profissionais não pertencentes à rede credenciada;

VIII. Propor políticas e protocolos clínicos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; e

IX. Verificar e propor todos os pagamentos à Rede Credenciada bem como os reembolsos a associados

A competência dos demais Diretores Corporativos, se eleitos, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, consistirá:

I. Praticar atos e tomar providências adequadas à boa condução e solução de assuntos de ordem executiva da Companhia;

II. Levar ao conhecimento da Diretoria qualquer assunto interno ou fator externo que possa ser do interesse da Companhia;

III. Cumprir as determinações do Diretor Presidente;

IV. Assinar contratos comerciais em conjunto com 1 (um) outro Diretor ou procurador; e

V. Auxiliar os demais Diretores no desempenho das funções pertinentes aos respectivos cargos.

O regimento interno da Diretoria pode ser encontrado no endereço eletrônico.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 05.04.2021, foi determinado o funcionamento permanente do Conselho Fiscal da Companhia.

d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, identificando o método utilizado.

Em 27/11/2019, em Reunião do Conselho de Administração a Companhia aprovou metodologia para avaliação do Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a) prazos de convocação:
A Companhia adota como prática a convocação de Assembleias Gerais com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, em primeira convocação, e com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

b) competências:
Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto:

I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração;

II. Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

III. Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV. Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

V. Reformar o Estatuto Social;

VI. Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

VII. Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

VIII. Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

IX. Autorizar os administradores a requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

X. Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

XI. Deliberar sobre o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia; e

XII. Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c) endereço (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão disposição dos acionistas para análise

Endereço eletrônico: www.odontoprev.com.br/ri
Endereço físico: Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº939 CJ 1401, 14º andar, Alphaville, Barueri, SP, Brasil, CEP 06460-040, Telefone (011) 4878-8893, e-mail: ri@odontoprev.com.br

Site da CVM: www.cvm.gov.br

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

d) identificação e administração de conflitos de interesse:

De acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, o acionista deve exercer o direito de voto no interesse da companhia, sendo considerado abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar prejuízo para a companhia ou para outros acionistas. Nesse sentido, o acionista não poderá votar em deliberações da Assembleia Geral em que tenha interesse conflitante com o da Companhia ou em que possa beneficiá-lo de modo particular, especialmente: (i) aprovação do laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; e (ii) aprovação de suas contas como administrador. A deliberação tomada em decorrência de voto de acionista que tenha interesse conflitante com o da Companhia será anulável, de forma que o acionista será responsável por eventuais danos causados bem como obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

A Companhia não possui procedimento geral para solicitações de procurações, mas poderá através do Departamento de Relações com Investidores solicitar procurações para o exercício de voto, em uma determinada Assembleia Geral, observados os procedimentos da Instrução CVM 481/09.

f) formalidades necessárias para a aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei nº 6.404/76, o acionista pode ser representado em assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados em assembleia geral por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisado nesse caso o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Os originais dos instrumentos de procuração e de representação deverão ser apresentados na data de realização da assembleia geral.

A Companhia exige o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notarização, consularização e tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior.

Por fim, a Companhia não se opõe ao recebimento de procurações outorgadas por meio eletrônico, desde que devidamente comprovada idoneidade e validade do documento, nos termos da legislação específica.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº939 CJ 1401, 14º andar, Alphaville, Barueri, SP, Brasil, CEP 06460-040, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado;

(ii) comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (art. 41, Lei 6.404/76) para comprovar sua qualidade de acionista (será dispensada a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(iii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

para pessoas físicas:
- documento de identidade com foto do acionista/representante legal;

para pessoas jurídicas:
- documento de identidade com foto;
- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;

para fundos de investimento:
- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

Os documentos poderão ser enviados de forma digitalizada ao e-mail eletrônico da Companhia, sendo necessário o envio da via original do Boletim e cópia autenticada dos documentos.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

- caso sejam identificadas instruções de voto conflitantes e o Acionista não esclareça o conflito tempestivamente, a instrução de voto para a matéria considerada conflitante será desconsiderada.

- caso o acionista envie mais de um Boletim, para evitar que sua instrução de voto possa ser considerada conflitante, é recomendável que ele encaminhe sua eventual nova instrução para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado.

Os acionistas serão comunicados do recebimento da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009 e suas alterações. Os boletins incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária e os entregues fora do prazo serão desconsiderados e o respectivo acionista do comunicado.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto à distância ou de participação a distância

A Companhia disponibiliza e-mail eletrônico para recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância: ri@odontoprev.com.br

Participação e Votação a Distância: Os acionistas ou procuradores que desejarem participar por meio da Plataforma deverão realizar o pré cadastro, preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o upload dos documentos que comprovem a sua qualificação.
(https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxStEqwZ/YF9R4bXM2RndaT08zeyIHrN5zu4dA/o2fFvS - link utilizado na Assembleia de 2021).

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas da conclusão de seu cadastro, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista ou seu procurador que regularize as pendências dos documentos apresentados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores habilitados, após a confirmação do deferimento de seu cadastro, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso ("Link de Acesso") na Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação nas Assembleias, observadas ainda as informações disponíveis no Manual da AGO(/E). A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para as Assembleias são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

i) instruções para que o acionista ou grupo de acionista inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas conforme a regulamentação vigente, em especial, nos prazos lá estabelecidos e juntamente com os documentos nela referidos.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados aos cuidados de seu Departamento de Relações com Investidores, preferencialmente para o endereço eletrônico: ri@odontoprev.com.br. Em caso de envio de documentos via correio ou presencialmente, tal documentação deve ser direcionada à Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº939 CJ 1401, 14º andar, Alphaville, Barueri, SP, Brasil, CEP 06460-040, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. A Companhia solicita o envio de cópia da proposta para ri@odontoprev.com.br

j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns nem páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto a distância

Alternativamente ao envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio:

(i) de seus respectivos agentes de custódia, no caso de ações que estejam depositadas em depositário central; ou

(ii) da instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias:

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Em 2020 foram realizadas 4 reuniões ordinárias e 12 extraordinárias.

b) se existirem, as disposições de acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Em 14 de outubro de 2013 o Acordo de Acionistas celebrado entre Randal Luiz Zanetti, ZNT Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda. e Bradesco Saúde S.A. em 18.10.2009, foi extinto, com eficácia a partir de 02 de janeiro de 2014, após cumprimento das condições previstas na operação de compra e venda de ações da Santa Rita de Cássia Empreendimentos, Comércio e Participações S.A., celebrada entre Randal Luiz Zanetti e Bradesco Saúde S.A., que culminou na reorganização societária da Companhia descrita no item 15.7 do presente Formulário de Referência (Operações de reestruturação).

Atualmente não há acordo de acionistas vigente.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesse:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito administrador da Companhia, salvo dispensa de Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A lei dispõe ainda que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com os da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência de voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Marcos Pimentel de Viveiros	27/01/1972	Pertence apenas à Diretoria	30/11/2021	30/11/2023	2
440.556.253-91	Advogado	19 - Outros Diretores	30/11/2021	Sim	0.00%
		Diretor Corporativo			
Elsen Christian de Carvalho Carmo	19/11/1972	Pertence apenas à Diretoria	30/11/2021	30/11/2023	3
024.934.937-02	Economista	19 - Outros Diretores	30/12/2021	Sim	0.00%
		Diretor Corpoativo			
Rose Gabay	25/08/1963	Pertence apenas à Diretoria	30/11/2021	30/11/2023	6
066.214.998-09	Psicóloga	19 - Outros Diretores	30/11/2021	Sim	0.00%
		Diretora Corporativa			
José Maria Benozatti	03/01/1953	Pertence apenas à Diretoria	30/11/2021	30/11/2023	9
010.735.428-40	Cirurgião Dentista	19 - Outros Diretores	30/11/2021	Sim	0.00%
		Diretor Clinico Operacional			
José Roberto Borges Pacheco	20/01/1961	Pertence apenas à Diretoria	30/11/2021	30/11/2023	9
239.571.311-20	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	30/11/2021	Sim	0.00%
Diretor Financeiro Administrativo (2º mandato)					
Rodrigo Bacellar Wuerkert	02/07/1965	Pertence apenas à Diretoria	30/11/2021	30/11/2023	4
767.598.817-53	Engenheiro Civil	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/11/2021	Sim	0.00%
César Suaki dos Santos	11/09/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O 2024	8
076.350.928-04	Engenheiro de Produção	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/04/2022	Sim	100.00%
Presidente do Comitê de Auditoria					
Ivan Luiz Gontijo Junior	08/10/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	3
770.025.397-87	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2022	Sim	93.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Jorge Kalache Filho	15/09/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	7
178.165.217-15	Engenheiro	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	04/04/2022	Sim	0.00%
Thais Jorge de Oliveira e Silva	11/02/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	0
074.060.777-42	Médica	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2022	Sim	0.00%
Murilo César Lemos dos Santos Passos	06/07/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	7
269.050.007-87	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/04/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Gestão de Pessoas.					
Samuel Monteiro dos Santos Junior	05/02/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	4
032.621.977-34	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2022	Sim	87.00%
Maurício Machado de Minas	01/07/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O. 2024	0
044.470.098-62	Bancário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2022	Sim	0.00%
Octavio de Lazari Junior	18/07/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	A.G.O.2024	2
044.745.768-37	Bancário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2022	Sim	93.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Américo Pinto Gomes	30/01/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	AGO 2024	1
749.510.847-91	Securitário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2022	Sim	20.00%
Luiz Carlos Trabuco Cappi	21/12/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	AGO 2024	2
250.319.028-68	Bancário	20 - Presidente do Conselho de Administração	04/04/2022	Sim	80.00%
Manoel Antonio Peres	16/02/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2022	AGO 2024	3
033.833.888-83	Médico	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	04/04/2022	Sim	93.00%
Eduardo da Gama Godoy	15/06/1963	Conselho Fiscal	04/04/2022	AGO 2023	7
395.416.650-04	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/04/2022	Sim	0.00%
Ivan Maluf Junior	29/09/1964	Conselho Fiscal	04/04/2022	AGO 2023	15
022.154.758-46	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/04/2022	Sim	100.00%
Sergio Moreno	15/03/1952	Conselho Fiscal	04/04/2022	AGO 2023	2
639.382.788-20	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/04/2022	Sim	100.00%
Vanderlei Dominguez da Rosa	09/09/1963	Conselho Fiscal	04/04/2022	AGO 2023	14
422.881.180-91	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/04/2022	Sim	100.00%
Paulo Roberto Franceshi	12/06/1951	Conselho Fiscal	04/04/2022	AGO 2023	2
171.891.289-72	Contador e Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/04/2022	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Sibelli de Jesus Santana Facchin	23/02/1983	Conselho Fiscal	04/04/2022	AGO 2023	1
322.202.018-30	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/04/2022	Sim	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcos Pimentel de Viveiros - 440.556.253-91

graduado magna cum laude em Direito pela Universidade Federal do Ceará - UFC e em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR, onde também concluiu Especialização em Controladoria e Gestão Contábil. MBA em Direito Empresarial pela PUC-SP, em Gestão Empresarial pela FGV-RJ e em Finanças pelo IBMEC-RJ. Presidente da Odonto System, até a aquisição pela OdontoPrev. CFO da Companhia de Alimentos do Nordeste - CIALNE, Diretor de Controladoria e Jurídico da M. Dias Branco , Diretor Administrativo Financeiro da Hapvida e Superintendente Jurídico e de Controladoria da Caixa de Previdência do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF. Foi sócio de Tozzini e Freire Advogados, e da Abreu, Barbosa e Viveiros Advogados.

Elsen Christian de Carvalho Carmo - 024.934.937-02

Economista pela UFRJ, MBA na Coppead/UFRJ e programa OMP na Harvard Business School. Possui ampla experiência comercial e em estratégias de expansão, com ênfase em prospectar, desenvolver e manter carteiras de clientes. Atuou nas Lojas Americanas, Unibanco, Banco Bozano e Invent. Foi sócio, diretor comercial e membro do Comitê de Investimentos da Investidor Profissional (IP). Atuou também na Archipelago Partners, onde foi fundador, sócio e membro do Comitê de Investimentos.

Rose Gabay - 066.214.998-09

Graduada em Psicologia pela Faculdades Metropolitanas Unidas, com MBA em Recursos Humanos pela FEA – USP. Foi Superintendente de Recursos Humanos no Banco Real – ABN-Amro, Diretora de Recursos Humanos no Real Seguros – ABN-Amro e Consultora de Recursos Humanos no Grupo Ultra. Informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Maria Benozatti - 010.735.428-40

Formado em Odontologia pela Universidade Bandeirante. Foi sócio e fundador da Unidont, sociedade adquirida pela Companhia em 1999 e incorporada em 2000. Desde 2000 é acionista da Companhia e em 2006 passou a integrar sua Diretoria, sendo responsável pela área Clínica e Operacional. Informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Roberto Borges Pacheco - 239.571.311-20

Formado em Economia pela Universidade Nacional de Brasília, com pós-graduação pela Stockholm School of Economics, Suécia, e mestrado em Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Atuou na Caemi Mineração e Metalurgia S.A., Banco ABN-Amro e Gol Linhas Aéreas S.A., em funções relacionadas a finanças corporativas, tesouraria e relações com investidores. Informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rodrigo Bacellar Wuerkert - 767.598.817-53

Presidente da Odontoprev S.A. a partir de 01 de junho de 2016. É engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e com MBA na University of Warwick, Inglaterra. Foi Diretor Presidente da Orizon, empresa de integração de processos tecnológicos no setor de saúde suplementar. Trabalhou por 19 anos em instituições financeiras nacionais e estrangeiras. Informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

César Suaki dos Santos - 076.350.928-04

Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. Foi Diretor de Mercado da Ultragaz (Grupo Ultra), atuou como Diretor Geral de Logística da Holding ALL (América Latina Logística) e foi responsável pelas Diretorias de Compras e Planejamento do Grupo Martins. Foi Diretor Executivo Comercial & de Supply Chain da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), atuou como Diretor Presidente (CEO) do Martins Comércio e Serviços de Distribuição e participou do Conselho Consultivo de Administração da DPaschoal, do Lopes Supermercados e da Wickbold Alimentos. Atualmente, é Sócio-fundador da Maestà Gestão Patrimonial e participa dos Conselhos de Administração da OdontoPrev S/A, Hubprepaid S/A(Vale Presente) e da Elekeiroz S/A, bem como dos Conselhos Consultivos de Administração da Mundo Verde Franquias, da Ocrim Alimentos, do Grupo Hindiana e da Scanntech.
O Sr. César Suaki dos Santos informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Membro independente conforme o Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.
O Sr. César Suaki dos Santos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Ivan Luiz Gontijo Junior - 770.025.397-87

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis, foi professor de Direito Comercial da Universidade Católica de Petrópolis e de Direito do Seguro da Faculdade de Direito Cândido Mendes. Há 35 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Bradesco Seguros em 1985. Em 1998 foi eleito Diretor Jurídico do Grupo Segurador. Atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Bradseg Participações S.A., Bradesco Seguros S.A., BSP Affinity Ltda., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda., Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. e Ipê Holdings Ltda., atua como Diretor Geral da Neon Holdings Ltda. e é membro do Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. É membro efetivo do Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A., Odontoprev S.A., Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e Fleury S.A, membro suplente da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Vice-Presidente do Conselho Diretor e membro do Conselho de Gestão da Confederação Nacional das Seguradoras – CNSEG e membro do Conselho Diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros – FENASEG.
O Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Jorge Kalache Filho - 178.165.217-15

Formado em Engenharia Civil pela PUC/ RJ, com pós-graduação em Engenharia Industrial, Mestrado em Administração de Empresas pela PUC/RJ e pós-graduação em Economia Industrial pela FEA/UFRJ. Atuou no BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e ETEP - Estudos Técnicos e Projetos Ltda. Atualmente, representação em Conselhos: Conselho de Administração da COTEMINAS SA, observado que nenhuma das demais sociedades na qual o conselheiro atua integram o grupo econômico do acionista controlador da Companhia. É certificado como conselheiro de administração pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
O Sr. Jorge Kalache Filho informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Jorge Kalache Filho declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.
12.6.

Thais Jorge de Oliveira e Silva - 074.060.777-42

Graduada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Campos, com residência médica em Otorrinolaringologia e MBA Executivo em Gestão de Negócios com Ênfase em Saúde pelo IBMEC. Atualmente ocupa o cargo de Diretora na Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Atlântica Hospitais e Participações S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda. Atua como membro do Conselho de Administração da Beep Cayman Limited, além de ser Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Assistenciais e 2ª Suplente da Comissão de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Fenasaúde e Membro do Comitê de Saúde da AMCHAM/RJ.
A Sra. Thais Jorge de Oliveira e Silva informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
A Sra. Thais Jorge de Oliveira e Silva declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.
César

Murilo César Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Nascido em 06 de julho de 1947, ocupa, atualmente, o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da CCR – Grupo Camargo Correa. Graduou-se em Engenharia Química pela UFRJ/RJ em 1971. Entre 1970 e 1977, atuou no Ministério da Indústria e Comércio – Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Entre 1977 e 1992, atuou como empregado e posteriormente Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia da Companhia Vale do Rio Doce e como Diretor Presidente da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra) e Florestas Rio Doce S.A. Entre 1993 e 2006, foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. e da Suzano Papel e Celulose S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Brasil Agro Cia. Brasileira de Propriedades Agrícolas entre 2007 e 2010. Atualmente, é membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., do Conselho de Notáveis da Fundação Nacional da Qualidade (FNPQ), do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo e do Conselho Consultivo da Associação dos Produtores de Papel e Celulose – BRACELPA, do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro da São Martinho S.A., membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Presidente do Conselho da Tegma Gestão Logística S.A..
O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Membro independente conforme o Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.
O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Samuel Monteiro dos Santos Junior - 032.621.977-34

Graduado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Direito pela Universidade Candido Mendes – UCAM. Com vasta experiência no mercado segurador, iniciou sua carreira em 1969 na SulAmérica Seguros. Em dezembro de 1999, ingressou como Diretor Vice-Presidente na Bradesco Seguros S.A., onde permaneceu até março de 2011. De novembro de 2011 a abril de 2014, passou a atuar como Diretor Presidente na BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., onde atualmente é Membro do Conselho de Administração. Paralelamente, foi eleito, em 2007, Diretor na Bradesco Dental S.A., hoje Odontoprev S.A., na qual foi eleito, em 2014, Membro do Conselho de Administração. Em março de 2020, foi eleito Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A.
Atualmente, também é membro do Conselho de Administração do Bradesco Saúde S.A., Bradseg Participações S.A., BSP Park Estacionamentos e Participações S.A. e Fleury S.A..
Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da Swiss RE Solutions Brasil Seguros S.A, EABS Serviços de Assistência e Participações S.A., Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A., Integritas Participações S.A., IRB Brasil Resseguros S.A. e Brasildental Operadora de Planos Odontológicos, e Diretor Vice-Presidente do Bradesco Argentina de Seguros S.A., Bradesco Capitalização S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Bradesco Seguros S.A., Bradseg Participações Ltda., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Atlântica Companhia de Seguros
O Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Maurício Machado de Minas - 044.470.098-62

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - Poli/USP, comEspecialização em Comunicação de Dados e Desenvolvimento de Software pela NCR EUA, Curso de extensão universitária em Finanças pela Wharton Business School, nos EUA e programa de Desenvolvimento Executivo pela Columbia University - Nova Iorque, EUA e Programa para Diretores Corporativos de Conselhos de Administração, pela Harvard Business School, Boston, EUA. Ingressou no Banco Bradesco S.A. em julho de 2009, como Diretor Executivo Gerente. Em janeiro de 2014 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo. De março de 2018 a janeiro de 2019, acumulou o cargo de Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo. A partir de janeiro de 2019, passou a ocupar somente o cargo de Conselheiro de Administração. Já atuou como Diretor-Presidente da Scopus Tecnologia Ltda, Presidente do Conselho de Administração da BBC Processadora S.A., membro do Conselho de Administração da NCR Brasil - Indústria de Equipamentos para Automação S.A., membro do Conselho de Administração da Fidelity Processamento e Serviços S.A., Aquarius Participações S.A., Chain Serviços e Contact Center S.A. e MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.. Atualmente, também é membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, membro Conselho Consultivo da IBM Corporation, membro do Conselho de Administração da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO, Bradespar, Bradseg Participações S.A., Bradesco Saúde S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. e EFMA, além de ser Strategic Partner do WEF (World Economic Forum).
O Sr. Maurício Machado de Minas informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Maurício Machado de Minas declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Octavio de Lazari Junior - 044.745.768-37

Nascido em São Paulo, aos 18 de julho de 1963, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, SP - Ciências Econômicas, Com Especializações em: Estratégias Financeiras e Marketing pela Fundação Instituto de Administração - FEA/USP, Gestão Financeira pela Fundação Getulio Vargas - FGV e Estratégias em Finanças pela Fundação Dom Cabral e, Programa de Gestão Avançada Bradesco pela Fundação Dom Cabral e AMP - Advanced Management Program ministrado pelo IESE Business School - University of Navarra, São Paulo. Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em setembro de 1978. Foi eleito Diretor Executivo Adjunto em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente em fevereiro de 2015 e Diretor Vice-Presidente Executivo em maio de 2017. Em março de 2018, foi eleito Diretor-Presidente, cargo que ocupa atualmente. É ainda Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Administração BBD Participações S.A, Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., Membro Suplente do Conselho de Administração Fleury S.A., Membro do NAT - Núcleo de Altos Temas., Membro do Conselho Diretor e do Conselho Consultivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos., Membro Titular do Conselho de Administração da Odontoprev, Diretor-Presidente da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Diretor Presidente NCF Participações S.A. Merece destaque também, o cargo de Diretor Presidente da Bradesco Seguros S.A., que ocupou entre junho de 2017 a junho de 2018.
O Sr. Octavio de Lazari Junior informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Octavio de Lazari Junior declarau não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Américo Pinto Gomes - 749.510.847-91

Graduado em Gestão Empreendedora na Universidade Paulista (UNIP), com Pós-Graduação em Marketing pela Universidade Paulista e Lato Sensu MBA com Especialização em Finanças na Faculdade FIA de Administração de Negócios – FIA. Possui Program for Management Development (PMD), realizado junto ao IESE Business School.
Há 35 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Segurador em 1987. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Gerente da Bradesco Seguros S.A., Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros, Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Atlântica Companhia de Seguros, Bradesco Saúde – Operadora de Planos S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Ipê Holdings Ltda., Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda., Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda., Novamed Gestão de Clínicas Ltda., Neon Holdings Ltda. e BSP Affinity Ltda. assim como é membro suplente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Vice-Presidente do Conselho Diretor da FenaCap.
O Sr. Américo Pinto Gomes informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Américo Pinto Gomes declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Luiz Carlos Trabuco Cappi - 250.319.028-68

Graduado em Filosofia com pós-graduação em Sócio-Psicologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou sua carreira no Banco Bradesco S.A. em 1969, dedicando toda sua vida profissional à Organização Bradesco. Foi Diretor de Relações com Investidores e, como Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, de 1999 a 2009, acumulou, durante 6 (seis) anos, a Presidência do Grupo Bradesco Seguros. Presidiu a Diretoria do Banco Bradesco de março de 2009 a março de 2018, acumulando o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração até outubro de 2017, ocasião em que foi alçado a Presidente do Conselho de Administração. É Presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., Bradespar S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. e Companhia Brasileira de Gestão de Serviços – Orizon, e Membro Efetivo do Fleury S.A. Foi Membro do Conselho de Administração da ArcelorMittal Brasil, Membro do Comitê Estratégico da Vale S.A., Presidente da Comissão Nacional de Captação e Marketing da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP, Presidente da Associação Nacional da Previdência Privada - ANAPP, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAÚDE, Presidente do Conselho de Representantes e da Diretoria Executiva da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, Membro do Conselho Superior e Diretor Vice-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg, Membro dos Conselhos Diretor e Consultivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos e Membro Titular da Association Internationale pour l'Etude de l'Economie de l'Assurance - Association de Genève, Genebra, Suíça.
O Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi informa que não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Manoel Antonio Peres - 033.833.888-83

Graduado em Biologia pela Faculdade de Santo Amaro e Medicina pela Faculdade de Medicina de Valença, com especialização em Administração de Serviços de Saúde – Administração Hospitalar pela Universidade de São Paulo (USP), MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC, Conselheiro de Administração Experiente certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e qualificado Especialista em Administração em Saúde pelo Conselho Federal e Regional de Medicina. Há 25 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Bradesco Seguros em 2007. Atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Bradesço Gestão de Saúde S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda., atua como Diretor Geral da Bradesco Seguros S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., BSP Affinity Ltda., Ipê Holdings S.A. e Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda.
É vice-presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A., membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e membro suplente do Conselho de Administração do Fleury S.A. Presidente do Conselho Diretor da Fenasaúde e Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos de Saúde Complementar – IESS.
O Sr. Manoel Antônio Peres informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Manoel Antônio Peres declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Eduardo da Gama Godoy - 395.416.650-04

Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegrense e extensão universitária em Legislação Societária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É sócio-executivo da empresa HB Audit - Auditores Independentes S/S. É sócio fundador da Godoy Empresarial Serviços Contábeis. Atua como membro titular do Conselho Fiscal da empresa Padtec S.A., cujo objeto social é a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de materiais, componentes e produtos eletrônicos de comunicações e de informática e a prestação de serviços de consultoria e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A.. Atuou como titular do Conselho Fiscal de Ideiasnet S.A., cujo objeto social é a participação em outras sociedades, negócios e empreendimentos do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações. Atuou como titular do Conselho Fiscal e membro do Comitê de Auditoria da Officer Distribuidora S.A., cujo objeto social é distribuição de softwares e hardwares no mercado nacional, além de prestação de serviços de consultoria em Tecnologia da Informação. Também atuou como membro titular do Conselho Fiscal das empresas Tupy S.A., Marisol S.A. e Trafo Componentes Elétrico S.A. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia.
O Sr. Eduardo da Gama Godoy informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Eduardo da Gama Godoy declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Ivan Maluf Junior - 022.154.758-46

Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, com pós-graduação pela FGV - CEAG e MBA Executivo Internacional pela FEA - USP. Atuou na Sobral Invicta, Philips Consumer Eletronics, GE Capital IT Solutions em funções relacionadas a Controladoria, Tesouraria, Planejamento Financeiro e Fiscal e participação em negociações de fusões, aquisições e vendas de empresas. De junho de 2001 a março de 2007, atuou como Diretor Financeiro do Grupo Semco, holding de investimentos cujo portfólio é formado por joint ventures com empresas internacionais (Cushman & Wakefield, RGIS, Pitney Bowes, ERM) e sua principal função era a gestão financeira das empresas do grupo, incluídas a tesouraria e controladoria das joint ventures. De maio de 2007 até a presente data, atuou e atua como Diretor Administrativo Financeiro da Day Brasil S.A., empresa industrial fabricante de produtos para indústria gráfica e distribuidora de plásticos e fitas industriais e para construção civil, e sua principal função é a gestão das áreas de tesouraria, controladoria (incluindo contabilidade e fiscal), recursos humanos, tecnologia da informação, jurídico, suprimentos e logística. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia.
O Sr. Ivan Maluf Junior informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Ivan Maluf Junior declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Sergio Moreno - 639.382.788-20

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração com ênfase em Finanças e Contabilidade – CEAG, pela FGV/SP. Ex-Sócio Diretor Líder da área de Management Consulting da KPMG Brasil, onde atuou por 39 anos, responsável pelos segmentos de Seguros, Resseguros, Previdência e Saúde. Atualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Bradesco Saúde S.A., membro do Comitê de Auditoria da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., Tókio Marine Seguradora S.A. e Marisa Lojas S.A e Membro do Conselho Fiscal da Academia Nacional de Seguros e Previdência. Com exceção das empresas que compõem o grupo Bradesco, nenhuma das demais empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia.
É professor no IBGC, membro da Comissão de Governança em saúde do IBGC, professor do MBA da FIA para cursos de Seguros e Previdência.
O Sr. Sergio Moreno informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Sergio Moreno declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Vanderlei Dominguez da Rosa - 422.881.180-91

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com pós-graduação em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua como membro de Conselhos Fiscais desde 2000, e atualmente é membro titular do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A, Weg S.A., Equatorial Energia S.A., Companhia Energética do Maranhão, Centrais Elétricas do Pará S.A. e Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., e membro Suplente do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., Ideiasnet S.A., e Padtec S.A. Membro do ACI – Audit Committee Institute desde 2015. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia.
O Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável..

Paulo Roberto Franceshi - 171.891.289-72

Formado em ciências contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná e em Ciências Econômicas pela FAE Business School. Sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, tendo como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Com passagem anterior pelo Citibank, onde trabalhou por quatro anos. Atuou em empresa de Auditoria Internacional, PriceWaterhouseCoopers, onde permaneceu por 18 anos. Atua no como membro titular no Conselho Fiscal de companhias como a Equatorial Energia S.A., Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pára S.A. CELPA, CEMAR Companhia Elétrica do Maranhão, bem como como membro Suplente de companhias como Odontoprev S.A., Banco do Brasil S.A., BB Seguridade Participações S.A., Cia. Energética de Pernambuco - CELPE, TECNISA S.A. WEG S.A., e SCHULZ S.A. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia.
O Sr. Paulo Roberto Franceshi informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Paulo Roberto Franceshi declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Sibelli de Jesus Santana Facchin - 322.202.018-30

Graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em Seguros e Previdência e Especialização ISE Business em Gestão Gerencial. Iniciou a carreira na Bradesco Seguros em 2005 como estagiária de Controladoria e atualmente está como Superintendente da área de Controladoria. Também é Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon), Membro do Comitê de Auditoria da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A, e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. e Instituto de Estudos de Saúde Suplementar-IESS.
A Sra. Sibelli de Jesus Santana Facchin informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
A Sra. Sibelli de Jesus Santana Facchin declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcos Pimentel de Viveiros - 440.556.253-91	
N/A	
Elsen Christian de Carvalho Carmo - 024.934.937-02	
N/A	
Rose Gabay - 066.214.998-09	
N/A	
José Maria Benozatti - 010.735.428-40	
N/A	
José Roberto Borges Pacheco - 239.571.311-20	
N/A	
Rodrigo Bacellar Wuerkert - 767.598.817-53	
N/A	
César Suaki dos Santos - 076.350.928-04	
N/A	
Ivan Luiz Gontijo Junior - 770.025.397-87	
N/A	
Jorge Kalache Filho - 178.165.217-15	
N/A	
Thais Jorge de Oliveira e Silva - 074.060.777-42	
N/A	
Murilo César Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87	
N/A	
Samuel Monteiro dos Santos Junior - 032.621.977-34	
N/A	
Maurício Machado de Minas - 044.470.098-62	
N/A	
Octavio de Lazari Junior - 044.745.768-37	
N/A	
Américo Pinto Gomes - 749.510.847-91	
N/A	
Luiz Carlos Trabuco Cappi - 250.319.028-68	
N/A	

Manoel Antonio Peres - 033.833.888-83	
N/A	
Eduardo da Gama Godoy - 395.416.650-04	
N/A	
Ivan Maluf Junior - 022.154.758-46	
N/A	
Sergio Moreno - 639.382.788-20	
N/A	N/A
Vanderlei Dominguez da Rosa - 422.881.180-91	
N/A	
Paulo Roberto Franceshi - 171.891.289-72	
N/A	n/a
Sibelli de Jesus Santana Facchin - 322.202.018-30	
N/A	n/a

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
César Suaki dos Santos	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Presidente do Comitê	11/09/1962	25/05/2022	25/05/2022
076.350.928-04		Engenheiro de Produção		25/05/2021	10	100.00%
Membro Efetivo do Conselho de Administração Independente.						
Leonardo de Assis Portugal	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Suplente)	01/02/1973	25/05/2022	25/05/2022
029.268.337-50		Contador		25/05/2021	1	100.00%
Marcelo Santos Dall'Occo	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1966	25/05/2022	25/05/2022
054.500.438-13		Contador		25/05/2021	1	100.00%
Murilo César Lemos dos Santos Passos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/07/1947	25/05/2022	25/05/2022
269.050.007-87	Comitê de Gestão de Pessoas	Engenheiro		25/05/2021	2	100.00%
Membro Efetivo do Conselho de Administração Independente						
Valdirene Soares Secato	Outros Comitês		Presidente do Comitê	23/06/1971	25/05/2022	25/05/2022
131.402.398-58	Comitê de Gestão de Pessoas	Securitária		25/05/2021	2	100.00%
N/A						
Glaucimar Peticov	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1963	25/05/2022	25/05/2022
059.348.278-63	Comitê de Gestão de Pessoas	Psicóloga		25/05/2021	0	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

César Suaki dos Santos - 076.350.928-04

Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. Foi Diretor de Mercado da Ultragaz (Grupo Ultra), atuou como Diretor Geral de Logística da Holding ALL (América Latina Logística) e foi responsável pelas Diretorias de Compras e Planejamento do Grupo Martins. Foi Diretor Executivo Comercial & de Supply Chain da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), atuou como Diretor Presidente (CEO) do Martins Comércio e Serviços de Distribuição e participou do Conselho Consultivo de Administração da DPaschoal, do Lopes Supermercados e da Wickbold Alimentos. Atualmente, é Sócio-fundador da Maestà Gestão Patrimonial e participa dos Conselhos de Administração da OdontoPrev S/A, Hubprepaid S/A(Vale Presente) e da Elekeiroz S/A, bem como dos Conselhos Consultivos de Administração da Mundo Verde Franquias, da Ocrim Alimentos, do Grupo Hindiana e da Scanntech.
O Sr. César Suaki dos Santos informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Membro independente conforme o Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.
O Sr. César Suaki dos Santos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Leonardo de Assis Portugal - 029.268.337-50

Formado em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e MBA em Finanças na FIPECAFI (incompleto). Atualmente é Presidente do Comitê de Auditoria da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A., seguradora subsidiária da Swiss Re e Bradesco Seguros, desde 02/2019; Membro do Comitê de Auditoria da Allianz Global Corporate & Specialty Re (AGCS), resseguradora do Grupo Allianz, desde 06/2017; Membro do Comitê de Auditoria da Bradesco Saúde, subsidiária da Bradesco Seguros, desde 02/2017; e Sócio da SiGN Audit & Advisory, prestadora de serviços de consultoria, auditoria e tributos, desde 12/2016. Atuou como Superintendente Executivo de Controladoria do GRUPO BB E MAPFRE, grupo segurador, no período de 08/2015 a 03/2016; e Diretor Financeiro da RSA Seguros, prestadora de serviços em seguros, no perído de 08/2013 a 08/2015.

Marcelo Santos Dall'Occo - 054.500.438-13

Formado em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC/SP e Program for Management Development (PMD) – pelo ISE Business School. Atuou como Diretor Departamental nas áreas de Auditoria Fiscal e Contabilidade do Banco Bradesco S.A.. Foi membro do Conselho de Administração da RBC Investimentos S.A. e membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco. Atuou como membro do Conselho Fiscal da Cielo S.A. (2012 a 2020), Elo Participações S.A. (2014 a 2017), Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (2011 a 2016), BBC Processadora S.A. (2011 a 2016), Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social (2018 a 2021), Aquarius Participações S.A.(2016). Foi também Presidente do Conselho Fiscal do Instituto Kirton Solidariedade (2020 a 2021) e membro do Comitê de Supervisão do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) (2009 a 2013). É também membro suplente do Conselho Fiscal da Elo Serviços S.A..

Murilo César Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Nascido em 06 de julho de 1947, ocupa, atualmente, o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da CCR – Grupo Camargo Correa. Graduou-se em Engenharia Química pela UFRJ/RJ em 1971. Entre 1970 e 1977, atuou no Ministério da Indústria e Comércio – Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Entre 1977 e 1992, atuou como empregado e posteriormente Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia da Companhia Vale do Rio Doce e como Diretor Presidente da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra) e Florestas Rio Doce S.A. Entre 1993 e 2006, foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. e da Suzano Papel e Celulose S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Brasil Agro Cia. Brasileira de Propriedades Agrícolas entre 2007 e 2010. Atualmente, é membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., do Conselho de Notáveis da Fundação Nacional da Qualidade (FNPQ), do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo e do Conselho Consultivo da Associação dos Produtores de Papel e Celulose – BRACELPA, do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro da São Martinho S.A., membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Presidente do Conselho da Tegma Gestão Logística S.A..
O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Membro independente conforme o Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.
O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Valdirene Soares Secato - 131.402.398-58

Graduada em Administração de Empresas pela Faculdades Integradas UNIA, com especialização no ISE Business School – Program for Management Development.
Iniciou sua carreira no Banco Nacional, com atuação na rede de postos bancários. Trabalhou de 1995 a 1997 no Unibanco, com atuação na Diretoria de Controladoria.
No período de 1997 a 2003, atuou no Banco Excel Econômico S.A. na Diretoria Adjunta de Estrutura e Propriedade e Adm. Regional. Em 2003 ingressou no Bradesco na área de Organização e Métodos. Tornou-se Superintendente Executiva de Recursos Humanos em 2013, e desde 2019 é diretora da Bradseg Participações S.A..

Glaucimar Peticov - 059.348.278-63

Formada em Psicologia pela Universidade São Marcos, com Pós-Graduação em Administração de Recursos Humanos, pela FAAP, e em Marketing, pela FGV, e diversos Programas Executivos no Brasil e, no exterior, em Michigan, Columbia, Harvard e CCL, nos EUA.
Iniciou a carreira em 1984, no Banco Econômico S.A., com trajetória nos vários ambientes de RH. No Bradesco desde 2003, é, atualmente, Diretora Executiva, respondendo pela Universidade Corporativa Bradesco - UniBrad e pelos Departamentos de Recursos Humanos, Marketing, Ouvidoria e PMO Corporativo.
Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Autorregulação Bancária da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos e Membro do Conselho Consultivo do Global Council of Corporate Universities (GlobalCCU) e Membro do Comitê ESG da Fleury SA, entre outras funções.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
César Suaki dos Santos - 076.350.928-04	
N/A	
Leonardo de Assis Portugal - 029.268.337-50	
N/A	
Marcelo Santos Dall'Occo - 054.500.438-13	
N/A	
Murilo César Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87	
N/A	
Valdirene Soares Secato - 131.402.398-58	
N/A	
Glaucimar Peticov - 059.348.278-63	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a) administradores da Companhia;

b) (i) administadores da Companhia e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia;

c) (i) administradores da Companhias ou de suas controladas diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e

d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades contrladas diretas e indiretas da Companhia

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Manoel Antonio Peres	033.833.888-83	Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	

Observação

Administrador do Emissor

Octavio de Lazari Junior	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Banco Bradesco S/A.	60.746.948/0001-12
Diretor Presidente	

Observação

Administrador do Emissor

Octavio de Lazari Junior	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60
Membro do Conselho de Administração	

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ivan Luiz Gontijo Junior	770.025.397-87	Subordinação	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Samuel Monteiro dos Santos Junior	032.621.977-34	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Flávio Bitter	044.453.707-46	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor-Gerente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Américo Pinto Gomes	749.510.847-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor Gerente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Sergio Moreno	639.382.788-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Coordenador do Conselho Fiscal			
Observação			
Administrador do Emissor			
Samuel Monteiro dos Santos Junior	032.621.977-34	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Luiz Carlos Trabuco Cappi	250.319.028-68	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Adminsitração			
Pessoa Relacionada			
Banco Bradesco S/A.	60.746.948/0001-12		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Américo Pinto Gomes	749.510.847-91	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Diretor Gerente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Luiz Carlos Trabuco Cappi	250.319.028-68	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Adminsitração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Manoel Antonio Peres	033.833.888-83	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Samuel Monteiro dos Santos Junior	032.621.977-34	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Bradesco S/A.	60.746.948/0001-12		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Sibelli de Jesus Santana Facchin	322.202.018-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Gerente Departamento Controladoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thais Jorge de Oliveira e Silva	074.060.777-42	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Diretora			
Observação			
Administrador do Emissor			
Maurício Machado de Minas	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Bradesco S/A.	60.746.948/0001-12		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Maurício Machado de Minas	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Manoel Antonio Peres	033.833.888-83	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Diretor Geral			
Observação			
Administrador do Emissor			
Octavio de Lazari Junior	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Bradesco S/A.	60.746.948/0001-12		
Diretor-Presidente			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Octavio de Lazari Junior	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ivan Luiz Gontijo Junior	770.025.397-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor Gerente e Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vinicius José de Almeida Albernaz	013.908.097-06	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Diretor-Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Vinicius José de Almeida Albernaz	013.908.097-06	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Américo Pinto Gomes	749.510.847-91	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Diretor Gerente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Luiz Carlos Trabuco Cappi	250.319.028-68	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Américo Pinto Gomes	749.510.847-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor Gerente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Sibelli de Jesus Santana Facchin	322.202.018-30	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Gerente Departamento Controladoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thais Jorge de Oliveira e Silva	074.060.777-42	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Diretora			
Observação			
Administrador do Emissor			
Maurício Machado de Minas	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Bradesco S/A.	60.746.948/0001-12		
Membro do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Maurício Machado de Minas	044.470.098-62	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
Luiz Carlos Trabuco Cappi	250.319.028-68	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Bradesco S/A.	60.746.948/0001-12		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Manoel Antonio Peres	033.833.888-83	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Diretor Geral			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Manoel Antonio Peres	033.833.888-83	Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Saúde S/A	92.693.118/0001-60		
Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Octavio de Lazari Junior	044.745.768-37	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Banco Bradesco S/A.	60.746.948/0001-12		
Diretor-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ivan Luiz Gontijo Junior	770.025.397-87	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Bradesco Seguros S/A	33.055.146/0001-93		
Diretor Geral			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”) da Chubb Seguros Brasil S.A.. D&O - Directors e Officers Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores, estendendo-se para as Empresas controladas, com cobertura de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de Reais). O objeto do seguro é a indenização devida às pessoas seguradas em decorrência de ato danoso praticado por elas durante a vigência do seguro ou em data não anterior à data retroativa de cobertura, pelo qual as referidas pessoas seguradas sejam responsabilizadas a título de reparação de danos, determinadas por decisão judicial, arbitral ou acordo previamente aprovado pela Seguradora, desde que o terceiro prejudicado apresente reclamação às pessoas asseguradas e estas ou o tomador à Seguradora durante a vigência do seguro, durante o prazo complementar ou prazo suplementar, se aplicáveis.

12.12 - Outras informações relevantes

A Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, em 31/08/2021, Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento e Diretoria da Odontoprev, com o objetivo de estabelecer critérios e procedimentos que deverão ser observados na indicação dos referidos membros, visando assegurar as melhores práticas de governança corporativa.

As indicações deverão observar o disposto nesta Política, no Estatuto Social da Companhia, os regimentos internos, na Lei nº 6.404, datada de 15 de dezembro de 1976, ("Lei das Sociedades por Ações"), na Resolução Normativa – RN 311, de 1º de novembro de 2012 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para o exercício de suas funções, bem como nas demais legislações e regulamentações vigentes aplicáveis.

Os critérios e procedimentos para indicação, além de outras informações, encontram-se na Política disponibilizada no site de RI.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 03 de 2012, informamos as datas de realização e quórum das Assembleias Gerais:

Ano 2022

AGOE em 04/04/2022 com aproximadamente 87% do capital social com direito a voto.

Ano 2021

AGOE em 05/04/2021 com aproximadamente 88% do capital social com direito a voto.

Ano 2020

AGO em 28/04/2020 com aproximadamente 84% do capital social com direito a voto.

Ano 2019

AGOE em 01/04/2019 com aproximadamente 80% do capital social com direito a voto na AGO, e aproximadamente 85% do capital social com direito a voto na AGE.

Ano 2018

AGOE em 02/04/2018 com aproximadamente 84% do capital social com direito a voto.

Ano 2017

AGO em 28/03/2017 com aproximadamente 75% do capital social com direito a voto.

Ano 2016

AGO em 11/04/2016 com aproximadamente 75% do capital social com direito a voto.

Ano 2015

AGOE em 06/04/2015 com aproximadamente 70% do capital social com direito a voto.

AGE em 20/05/2015 com aproximadamente 73% do capital social com direito a voto.

Ano 2014

12.12 - Outras informações relevantes

AGO em 01/04/2014 com aproximadamente 70% do capital social com direito a voto.

Ano 2013

AGO em 02/04/2013 com aproximadamente 71% do capital social com direito a voto.

Ano 2012

AGOE em 02/04/2012 com aproximadamente 72% do capital social com direito a voto.

Ano 2011

AGO em 15/04/2011 com aproximadamente 76% do capital social com direito a voto.

Ano 2010

AGOE em 25/03/2010 com aproximadamente 76% do capital social com direito a voto.

AGE em 01/07/2010 com aproximadamente 73% do capital social com direito a voto.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

O objetivo do programa de remuneração da Odontoprev consiste em alinhar os objetivos dos executivos aos dos acionistas, garantir a competitividade com o mercado na atração e retenção de profissionais e equilibrar os objetivos de curto, médio e longo prazo da empresa.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre os valores individuais, conforme previsto no estatuto social da Companhia.

Anualmente, é aplicado percentual de reajuste sobre o pró-labore base dos executivos, conforme as melhores práticas de mercado, baseadas em pesquisas de remuneração.

A remuneração dos Conselheiros Fiscais é fixa, e calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S/A, no qual, a orientação é de que a remuneração destes seja calculada com base em 10% da remuneração média da Diretoria Estatutária, excluídos benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os Diretores são contemplados por plano de benefícios, que consiste em Assistência Médica, Assistência Dental, Vale Refeição, Seguro de Vida, veículo designado e estacionamento.

b) composição da remuneração:

(ii) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função	**1. Pró-labore**: remuneração mensal relacionada ao escopo da função **2. Incentivo de Curto prazo:** reconhece o desempenho e resultados alcançados durante o exercício social. **3. Incentivo de Longo prazo**: visa alinhar os objetivos de executivos e acionistas. **4. Benefícios**: assistência médica e odontológica, seguro de vida, alimentação e veículo.	**1. Pró-labore**: remuneração mensal relacionada ao escopo da função	Os comitês de Auditoria e Recursos Humanos não são remunerados.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração nos últimos 3 anos

	2018	2019	2020
Conselho de Administração	Em 2018, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore: 100%**	Em 2019, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore:** 100%	Em 2020, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore:** 100%
Diretoria Estatutária	Em 2018, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore**: 36,67% **2. Bônus**: 32,41% **3. Programa de stock options**: 26,92% **4. Benefícios:** 4,00%	Em 2019, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore:** 29,2% **2. Bônus:** 27,3% **3. Programa de stock options:** 7,7% **4. Benefícios:** 2,6% **5. ILP:** 33,2%	Em 2020, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore:** 36,3% **2. Bônus:** 27,8% **3. Benefícios: 4,0%** **4. ILP:** 31,9%
Conselho Fiscal	Em 2018, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore: 100%**	Em 2019, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore: 100%**	Em 2020, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 13.2) **1. Pró-labore: 100%**
Comitês	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas não são remunerados.	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas não são remunerados.	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas não são remunerados.

Itens (iii), (iv) e (v)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração	**1. Pró-labore**: recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.	**1. Pró-labore**: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração. **2.Incentivo de Curto Prazo:** tem como foco os resultados, sua base de avaliação inclui resultados da empresa, individuais e das células de atendimento ao cliente. A definição do valor será proporcional à indicadores de crescimento, eficiência e satisfação **3.Incentivo de Longo Prazo**: deliberação do Conselho de Administração e Comitê de Gestão de Pessoas. (vide item 13.1 c). **4. Benefícios**: pesquisa de mercado.	**1. Pró-labore:** pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas, criados em Reunião do Conselho de Administração de 19 de abril de 2011, não são remunerados.
iv) Razões que justificam a composição da remuneração	A remuneração de conselheiros de administração OdontoPrev é 100% fixa.	Garantir o equilíbrio entre curto, médio e longo prazo, alinhando os interesses de executivos e acionistas.	A remuneração de conselheiros fiscais OdontoPrev é 100% fixa.	Os comitês de Auditoria e Gestão de Pessoas, criados em Reunião do Conselho de Administração de 19 de abril de 2011, não são remunerados.
v)a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Os comitês de Auditoria e Gestão de Pessoas, criados em Reunião do Conselho de Administração de 19 de abril de 2011, não são remunerados.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

I. **Pró-labore:** grau de responsabilidade da função, impacto no resultado.

II. **Incentivo de curto prazo (bônus): indicadores financeiros e de qualidade para as metas anuais estabelecidas, trata-se de remuneração variável e tem como foco os resultados. Sua base de avaliação compreende:**

(a) **Resultados da empresa:** crescimento do número de beneficiários, evolução da receita operacional líquida e da margem EBITDA ajustado (vide composição no formulário de referência – item 10), e pesquisas de satisfação de empresas clientes, beneficiários e rede credenciada de cirurgiões-dentistas.

(b) **Resultados da diretoria**: atrelados às metas de desempenho operacional junto às áreas, mensurados por ganhos de performance, otimização de processos, economia de escala.

(c) **Resultados individuais e das equipes de atendimento.**

Não haverá pagamento do incentivo de curto prazo quando qualquer um dos resultados acima for inferior a 80% da meta.

O **ciclo de pagamento** do incentivo de curto prazo é anual com adiantamento semestral.

III. **Incentivos de longo prazo:**

A Companhia implementou em 2019 Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP ou ILP), o qual estabelece critérios para pagamento em bônus em dinheiro para a Administração. O Programa de Opção de compra de ações (Stock Options) segue vigente, sem outorgas desde 2016.

As opções outorgadas foram precificadas utilizando-se o modelo Black & Scholes. Como a outorga de opções de ações ao empregado está condicionada ao cumprimento de um período de três anos, tal valor é reconhecido no decorrer dos três anos estabelecidos como período de aquisição das opções de ações outorgadas.
As outorgas são propostas pelo Comitê de Gestão de Pessoas, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Faz parte do Plano de Opções da Companhia um número ainda modesto de colaboradores, cerca de 3,5% do total da empresa.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No curto e médio prazo fundamenta-se nos resultados alcançados para as metas e indicadores estabelecidos. Para o longo prazo fundamenta-se no aumento de valor das ações da Companhia no mercado.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A composição da remuneração visa equilibrar os interesses de curto, médio e longo prazo, atrelando ao atingimento de objetivos pré-contratados anualmente, através do programa de bonificação atrelada aos resultados (vide item 13.1 b deste formulário) e à geração de valor obtida a longo prazo por intermédio do incentivo de longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica, uma vez que não há remuneração de administradores da Companhia suportada por suas subsidiárias, controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:
Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de remuneração/benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor"

Não se aplica. A Companhia não possui critérios para remuneração individual dos conselheiros.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,75	3,00	18,75
Nº de membros remunerados	8,00	7,75	3,00	18,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.600.000,00	6.000.000,00	470.000,00	9.070.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.760.000,00	0,00	6.760.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.600.000,00	21.430.000,00	470.000,00	24.500.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,83	7,17	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,83	7,17	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.388.184,00	5.025.888,00	331.401,00	6.745.473,00
Benefícios direto e indireto	0,00	549.455,00	0,00	549.455,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.851.209,00	0,00	3.851.209,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.407.068,00	0,00	4.407.068,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.388.184,00	13.833.620,00	331.401,00	15.553.205,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,25	7,50	3,00	18,75
Nº de membros remunerados	8,33	7,50	3,00	18,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.421.658,00	5.302.722,00	331.707,00	7.056.087,00
Benefícios direto e indireto	0,00	471.540,00	0,00	471.540,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.959.146,00	0,00	4.959.146,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.027.627,00	0,00	6.027.627,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.403.448,00	0,00	1.403.448,00
Observação				
Total da remuneração	1.421.658,00	18.164.483,00	331.707,00	19.917.848,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,92	3,00	19,92
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.594.935,00	5.470.325,00	331.401,00	7.396.661,00
Benefícios direto e indireto	0,00	596.114,00	0,00	596.114,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.834.719,00	0,00	4.834.719,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.016.147,00	0,00	4.016.147,00

Observação				
Total da remuneração	1.594.935,00	14.917.575,00	331.401,00	16.843.640,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

a) órgão

b) número total de membros

c) número de membros remunerados

d) em relação ao bônus:

BÔNUS	2018			2019			2020			2021		
	R$ mil	b. Número de membros	c. Número de membros remunerados	R$ mil	b. Número de membros	c. Número de membros remunerados	R$ mil	b. Número de membros	c. Número de membros remunerados	R$ mil	b. Número de membros	c. Número de membros remunerados
a. Diretoria Estatutária		7,92	8,00		7,50	7,50		7,17	7,17		7,75	7,75
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-			-			3.323			5.732		
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	5.961			5.600			6.230			10.747		
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4.968			5.606			4.153			7.165		
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	4.835			4.959			3.851					
a. Conselho de Administração	-	9,00	-	-	8,25	-	-	7,83	-	-	8,00	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a. Conselho Fiscal	-	3,00	-	-	3,00	-	-	3,00	-	-	3	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

e) em relação à participação no resultado:

PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO	2018			2019			2020			2021		
	R$ mil	b. Número de membros	c. Número de membros remunerados	R$ mil	b. Número de membros	c. Número de membros remunerados	R$ mil	b. Número de membros	c. Número de membros remunerados	R$ mil	b. Número de membros	c. Número de membros remunerados
a. Diretoria Estatutária		7,92	-		7,50	-	-	7,17	-		8,00	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
							-	-	-			
a. Conselho de Administração		9,00	-		8,25	-	-	7,83	-		8	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a. Conselho Fiscal		3,00	-		3,00	-	-	3,00	-	-	3	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

a) termos e condições gerais:

O plano consiste na concessão do direito de comprar ações da Companhia a preços de exercício e prazos "vesting" pré-estabelecidos. O ganho potencial do participante será resultado da valorização da ação sobre o preço de exercício (spread).

b) principais objetivos do plano:

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

c) forma como o plano contribuiu para esses objetivos:

O Plano de Opções de Compra de Ações possibilita que os administradores se tornem acionistas da Companhia, respeitadas regras pré-estabelecidas de preço e prazos. Este plano faz parte da estratégia de incentivos de longo prazo da Companhia, visando à geração de resultados consistentes ao longo dos anos. Existe o estímulo aos elegíveis permanecerem na Companhia objetivando ganhos futuros, em função da valorização da ação no mercado, decorrentes dos resultados alcançados no futuro.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

Compõe a parcela de remuneração de longo prazo do pacote de compensação total.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

O plano cria o comprometimento do executivo com a valorização das ações da Companhia e equilíbrio do curto, médio e longo prazo, dado que as opções de ação podem ser exercidas após 3 anos da outorga.

f) número máximo de ações abrangidas:

O plano prevê que a diluição não exceda 5% do capital social total. O capital social total da Companhia é de 531.294.792 ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas:

Corresponde a 5% do capital social total, ou seja, 26.564.739 ações ordinárias (capital social total 531.294.792 ações ordinárias x 5%).

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

h) condições de aquisições de ações:

No momento da outorga os elegíveis ao programa recebem um determinado número de opções de ação que poderão ser exercidas após 3 anos de carência para o exercício, podendo ser exercidas até, no máximo 6 anos, após a data de outorga.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de aquisição das opções outorgadas nos termos do Plano será determinado com base na média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), ponderada pelo volume de negociação, durante dois meses anteriores ao da outorga da opção.

j) critérios para fixação do prazo de exercício:

O prazo de carência para exercício das opções é de 3 anos, sendo que as opções outorgadas terão vigência de 6 anos após a data da outorga, até 2015, e vigência de 5 anos para outorgas a partir de 2016. Opções não exercidas até esta data perderão sua validade. Os critérios foram fixados de forma a incentivar a retenção de nossos administradores no longo prazo.

k) forma de liquidação:

O preço de exercício será pago à Companhia, de uma única vez, com recursos próprios do Beneficiário, na data do registro das respectivas ações em nome do Beneficiário nos livros da instituição financeira depositária.

l) restrições à transferência das ações:

Destacamos o tópico 4.3 do Plano de Opções da Companhia:

4.3. O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso), poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção, e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

4.3.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.3. acima, durante o prazo de 2 (dois) anos contados da data de exercício da respectiva opção, os Beneficiários não poderão vender e/ou ofertar à venda um número de ações adquiridas com o exercício de opções calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$N = 0{,}5 \times Q \times (1 - Pe/Pm)$
onde:
N = quantidade de ações retidas para venda após 2 anos do exercício
Q = quantidade de opções/ações disponíveis para exercício
Pm = preço de mercado da ação na data de exercício
Pe = preço de exercício da opção

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

m) critérios e eventos que, quando verificados, acionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

8.1. Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item 8.2. abaixo 8.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, a critério do Conselho de Administração, serão extintos ou terão seu prazo de carência antecipado; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, a critério do Conselho de Administração, serão extintos ou terão seu prazo de carência antecipado; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos, desde que o Beneficiário o faça no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua aposentadoria, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(e) desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, a critério do Conselho de Administração, serão extintos ou terão seu prazo de carência antecipado; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Perda dos direitos durante o período de *vesting*.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

a) órgão

b) número de membros:

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	2018	2019	2020	2021
b. Diretoria Estatutária - n° total de membros	**7,92**	**7,50**	**7,17**	**7,75**
c. Diretoria Estatutária - n° de membros remunerados	**8,00**	**6,00**	**5,17**	**2,00**
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
(i) data de outorga	Não houve	Não haverá	Não haverá	Não haverá
(ii) quantidade de opções outorgadas[1]	Não houve	Não haverá	Não haverá	Não haverá
(iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não houve	Não haverá	Não haverá	Não haverá
(iv) prazo máximo para exercício das opções	Não houve	Não haverá	Não haverá	Não haverá
(v) prazo de restrição à transferência das ações	intransferíveis	intransferíveis	intransferíveis	intransferíveis
(vi) preço médio ponderado de exercícios de cada um dos seguintes grupos de opções (R$/ação)[2]				
- em aberto no ínicio do exercício social	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
- perdidas durante o exercício social				
- exercidas durante o exercício social	10,79 em 26/05/2018 e 9,81 em 19/11/2018	11,41 em 01/07/2019 e 13,03 em 26/10/2019	13,03 em 26/10/2019	
- expiradas durante o exercício social				
e. Valor justo das opções na data da outorga (R$/ação)[2]	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
b.Conselho de Administração - n° total de membros	**9,00**	**8,25**	**7,83**	**8,00**
c. Conselho de Administração - n° de membros remunerados	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
(i) data de outorga	não concedidas	não concedidas	não concedidas	não concedidas
(ii) quantidade de opções outorgadas	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
(iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
(iv) prazo máximo para exercício das opções	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
(v) prazo de restrição à transferência das ações	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
(vi) preço médio ponderado de exercícios de cada um dos seguintes grupos de opções (R$/ação)	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
- em aberto no ínicio do exercício social	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
- perdidas durante o exercício social	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
- exercidas durante o exercício social	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
- expiradas durante o exercício social	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
e. Valor justo das opções na data da outorga (R$/ação)	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
f. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas (% do capital total)	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica

[1] Os valores mencionados são estimativas da Companhia

[2] Preço das ações pós Split

13.6 - Opções em Aberto

OPÇÕES EM ABERTO NO EXERCÍCIO

Outorga de 26/05/2015	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	**7,83**	**7,17**
Número total de membros remunerados	**0,00**	**0,00**
Opções ainda não exercíveis		
(i) quantidade de ações[1]	não há	não há
(ii) data em que se tornarão exercíveis	não há	não há
(iii) prazo máximo para exercício das opções	não há	não há
(iv) prazo de restrição à transferência das ações	não há	não há
(v) preço médio ponderado de exercício (R$/ação)[2]	não há	não há
(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)[2]	não há	não há
Opções exercíveis		
(i) quantidade de ações	0	0
(ii) prazo máximo para exercício das opções	0	0
(iii) prazo de restrição à transferência das ações	0	0
(iv) preço médio ponderado de exercícios (R$/ação)	0	0
(v) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)		
(v) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)		
(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)		

Outorga de 19/11/2015	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	**7,83**	**7,17**
Número total de membros remunerados	**0,00**	**0,00**
Opções ainda não exercíveis		
(i) quantidade de ações[1]	não há	não há
(ii) data em que se tornarão exercíveis	não há	não há
(iii) prazo máximo para exercício das opções	não há	não há
(iv) prazo de restrição à transferência das ações	não há	não há
(v) preço médio ponderado de exercício (R$/ação)[2]	não há	não há
(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)[2]	não há	não há
Opções exercíveis		
(i) quantidade de ações	0	0
(ii) prazo máximo para exercício das opções	0	0
(iii) prazo de restrição à transferência das ações	0	0
(iv) preço médio ponderado de exercícios (R$/ação)	0	0
(v) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)	0	0
(v) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)	0	0
(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)	0	0

Outorga de 26/11/2016	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	**7,83**	**7,17**
Número total de membros remunerados	**0,00**	**3,00**
Opções ainda não exercíveis		
(i) quantidade de ações[1]	não há	não há
(ii) data em que se tornarão exercíveis	não há	não há
(iii) prazo máximo para exercício das opções	não há	não há
(iv) prazo de restrição à transferência das ações	não há	não há
(v) preço médio ponderado de exercício (R$/ação)[2]	não há	não há
(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)[2]	não há	não há
Opções exercíveis		
(i) quantidade de ações	0	383.758
(ii) prazo máximo para exercício das opções	0	6 anos (26/10/2022)
(iii) prazo de restrição à transferência das ações	0	não há
(iv) preço médio ponderado de exercícios (R$/ação)	0	13,03
(v) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)	0	13,03
(v) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)	0	13,03
(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social (R$/ação)	0	13,03

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Nos anos de 2018, 2019 e 2020 foram exercidas opções pela Diretoria, conforme demonstrativo abaixo.

a) Órgão

OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES	2018	2019	2020
b. Diretoria Estatutária - nº de membros	**7,92**	**7,50**	**7,17**
c. Diretoria Estatutária - nº de membros remunerados	**8,00**	**6,00**	**5,17**
d. Em relação a opções exercidas			
(i) número de ações	1.721.454	972.926	65338
(ii) preço médio ponderado pelo exercício	10,30	12,38	13,03
(iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	3,76	1,91	3,99
e. Em relação as ações entregues			
(i) número de ações	-	-	-
(ii) preço médio ponderado de aquisição	-	-	-
(iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-
b.Conselho de Administração - nº de membros	**9,00**	**8,25**	**7,83**
c.Conselho de Administração - nº de membros remunerados	**0,00**	**0,00**	**0,00**
d. Em relação a opções exercidas			
(i) número de ações	-	-	-
(ii) preço médio ponderado pelo exercício	-	-	-
(iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor e mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-
e. Em relação as ações entregues	-	-	-
(i) número de ações	-	-	-
(ii) preço médio ponderado de aquisição	-	-	-
(iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-

13.8 - Precificação Das Ações/opções

a) modelo de precificação:

As opções outorgadas foram precificadas utilizando-se o modelo Black & Scholes. Como a outorga de opções de ações ao empregado está condicionada ao cumprimento de um período de três anos, tal valor é reconhecido no decorrer dos três anos estabelecidos como período de aquisição das opções de ações outorgadas.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

As seguintes variáveis foram usadas nas premissas de cálculo do modelo de precificação das opções:

1. Preço da ação

Preço de fechamento da ação, negociado na data da outorga do plano de opções conforme deliberação feita pelo Conselho de Administração da Companhia.

2. Preço de exercício

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será determinado com base na média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), ponderada pelo volume de negociação, durante dois meses anteriores ao da outorga da opção.

3. Taxa livre de risco

Ano da outorga	Ano de exercício	Taxa livre de risco (%)
2011	2014	5,3
2012	2015	0,4
2013	2016	5,1
2014	2017	5,7

4. Dividendos

Utilizamos a estimativa de um *dividend yield* de 2% a.a..

5. Volatilidade

Utilizamos para estimativa da volatilidade esperada a volatilidade histórica das ações da empresa nos pregões anteriores à outorga do plano de opções.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

6. Tempo

Representa o tempo a decorrer desde a aprovação do plano de outorga de opções até o dia em que o detentor da opção realizar o seu exercício. Neste caso, dadas as características da opção, usamos 4,5 anos.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

O prazo de carência (vesting) para exercício das opções é de 3 anos, sendo que as opções outorgadas terão vigência de 5 anos após a data da outorga. Tal característica foi incorporada no modelo de precificação de forma que utilizamos o prazo de 4,5 anos como o tempo no qual a opção seria exercida.

d) forma de determinação da volatilidade esperada:

Usada a volatilidade histórica referente a pregões anteriores à data de cada uma das outorgas.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Todas as características de mensuração foram mencionadas anteriormente.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

POSIÇÃO ACIONÁRIA DA ODONTOPREV EM 31/12/2020	Quantidade de ações ordinárias	(%)
Total	**531.294.792**	100%
Acionistas Controladores	**265.648.397**	**50,01%**
Administradores	**1.301.788**	**0,25%**
Conselho de Administração	21.724	0,00%
Diretoria Estatutária	1.280.064	0,24%
Conselho Fiscal	-	-
Ações em tesouraria	**893.541**	**0,17%**
Ações em circulação	**263.451.066**	**49,58%**

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

a) Órgão

A Odontoprev não tem plano de previdência.

b) Número de membros

A Odontoprev não tem plano de previdência.

c) Número de membros remunerados

A Odontoprev não tem plano de previdência.

d) Nome do plano

A Odontoprev não tem plano de previdência.

e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

A Odontoprev não tem plano de previdência.

f) Condições para se aposentar antecipadamente

A Odontoprev não tem plano de previdência.

g) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.

A Odontoprev não tem plano de previdência.

h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

A Odontoprev não tem plano de previdência.

i) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Odontoprev não tem plano de previdência.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	7,17	7,50	7,92	7,83	8,25	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,17	7,50	8,00	7,83	8,33	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.032.349,00	4.858.380,00	3.534.831,00	177.290,00	170.667,00	177.215,00	110.467,00	110.569,00	110.467,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.245.114,00	1.557.435,00	1.009.083,00	177.290,00	170.667,00	177.215,00	110.467,00	110.569,00	110.467,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.929.375,00	2.421.931,00	1.864.663,00	177.290,00	170.667,00	177.215,00	110.467,00	110.569,00	110.467,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O cálculo do valor de menor remuneração do ano exclui membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses
31/12/2019	O cálculo do valor de menor remuneração do ano de 2019 exclui membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não se aplica.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

ÓRGÃO (%)	2018	2019	2020
Conselho de Administração	33,3	75,0	75,0
Diretoria Estatutária	0,0	0,0	0,0
Conselho Fiscal	0,0	0,0	0,0

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

A Odontoprev não adota esta conduta na sua política de remuneração.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não há qualquer remuneração reconhecidas no resultado: (a) dos controladores diretos ou indiretos do emissor; (b) de sociedades sobre controle comum; ou (c) de controladas do emissor. [1]

[1] Odontoprev: excluído para simplificar e corrigir a linguagem, visto que alguns itens incluem remuneração de comitês

13.16 - Outras Informações Relevantes

A remuneração anual fixa atribuída aos Conselhos de Administração e Fiscal e a fixa/variável atribuída à Diretoria Estatutária encontram-se no quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Diretoria Estatutária	9.386	10.734
Pró-labore	5.004	5.303
Benefícios	531	472
Bônus	3.851	4.959
Conselho de Administração	1.388	1.422
Pró-labore	1.388	1.422
Conselho Fiscal	332	332
Pró-labore	332	332
	11.106	12.488

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Diretoria Estatutária	**10.734**	**10.794**
Pró-labore	5.303	5.470
Benefícios	472	489
Bônus	4.959	4.835
Conselho de Administração	**1.422**	**1.595**
Pró-labore	1.422	1.595
Conselho Fiscal	**332**	**331**
Pró-labore	332	331
	12.488	**12.720**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Posição em 31 de DEZEMBRO de 2020	Apoio			Suporte			Especialista			Gestão Tática			Gestão Estratégica			Total[1]			Estatutário			Total Geral[2]		
	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total
Alagoas (AL)	2	-	2	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-	-	-	3	-	3
Amazônia (AM)	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	2	2
Bahia (BA)	31	92	123	6	43	49	6	20	26	-	7	7	1	2	3	44	157	201	-	-	-	44	164	208
Ceará (CE)	109	10	119	56	18	74	20	1	21	7	3	10	3	1	4	188	30	218	1	-	1	196	33	229
Distrito Federal (DF)	-	-	-	-	5	5	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	6	6	-	-	-	-	6	6
Espirito Santo (ES)	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Goiás (GO)	-	1	1	-	4	4	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Maranhão (MA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais (MG)	3	2	5	24	8	32	67	23	90	10	1	11	2	3	5	96	36	132	1	-	1	107	37	144
Mato Grosso do Sul (MS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará (PA)	-	3	3	-	2	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	6	6	-	-	-	-	6	6
Pernambuco (PE)	-	3	3	-	7	7	-	3	3	-	1	1	-	-	-	-	13	13	-	-	-	-	14	14
Piauí (PI)	-	2	2	-	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	6	6	-	-	-	-	6	6
Paraná (PR)	1	1	2	5	5	10	-	2	2	1	-	1	1	1	2	7	9	16	-	-	-	8	9	17
Rio de Janeiro (RJ)	64	18	82	28	32	60	20	26	46	7	2	9	3	5	8	115	81	196	-	-	-	122	83	205
Rio Grande do Norte (RN)	-	7	7	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	-	-	-	-	10	10
Roraima (RR)	-	2	2	-	2	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Rio Grande do Sul (RS)	-	2	2	-	3	3	4	3	7	-	-	-	-	-	-	4	8	12	-	-	-	4	8	12
Santa Catarina (SC)	-	1	1	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	4	4
Sergipe (SE)	-	6	6	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	-	-	-	-	11	11
São Paulo (SP)	247	235	482	145	142	287	160	38	198	36	8	44	33	7	40	585	422	1.007	15	6	21	636	436	1.072
Total Geral	457	386	843	264	286	550	278	124	402	61	22	83	43	19	62	1.042	815	1.857	17	6	23	1.120	843	1.963

Posição em 31 de DEZEMBRO de 2019	Apoio			Suporte			Especialista			Gestão Tática			Gestão Estratégica			Total[1]			Estatutário			Total Geral[2]		
	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total
Alagoas (AL)	18	-	18	6	-	6	6	-	6	1	1	2	1	-	1	31	-	31	-	-	-	32	1	33
Amazônia (AM)	-	1	1	-	1	1	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	4	4
Bahia (BA)	-	89	89	-	64	64	-	24	24	-	8	8	-	4	4	-	181	181	1	-	1	1	189	190
Ceará (CE)	148	2	150	69	6	75	23	1	24	8	-	8	6	-	6	246	9	255	-	-	-	254	9	263
Distrito Federal (DF)	-	-	-	-	5	5	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Espirito Santo (ES)	-	2	2	-	3	3	-	3	3	-	1	1	-	-	-	-	8	8	-	-	-	-	9	9
Goiás (GO)	-	1	1	-	4	4	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Maranhão (MA)	-	3	3	-	4	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Minas Gerais (MG)	-	3	3	-	13	13	-	21	21	-	2	2	-	3	3	-	40	40	-	-	-	-	42	42
Mato Grosso do Sul (MS)	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Pará (PA)	-	3	3	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Pernambuco (PE)	-	6	6	-	7	7	-	4	4	-	1	1	-	-	-	-	17	17	-	-	-	-	18	18
Piauí (PI)	-	3	3	-	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	7	7	-	-	-	-	7	7
Paraná (PR)	-	1	1	-	5	5	4	3	7	-	-	-	-	1	1	4	10	14	-	-	-	4	10	14
Rio de Janeiro (RJ)	-	20	20	-	35	35	-	20	20	-	1	1	-	4	4	-	79	79	-	-	-	-	80	80
Rio Grande do Norte (RN)	-	8	8	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11	-	-	-	-	11	11
Rio Grande do Sul (RS)	-	2	2	-	6	6	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	11	11	-	-	-	-	11	11
Santa Catarina (SC)	-	1	1	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	4	4
Sergipe (SE)	-	9	9	-	8	8	1	1	2	-	-	-	-	-	-	1	18	19	-	-	-	1	18	19
São Paulo (SP)	384	251	635	217	96	313	259	36	295	59	8	67	37	9	46	897	392	1.289	17	6	23	973	406	1.379
Total Geral	550	405	955	292	267	559	293	128	421	68	22	90	44	21	65	1.179	821	2.000	18	6	24	1.265	849	2.114

Posição em 31 de DEZEMBRO de 2018	Apoio			Suporte			Especialista			Gestão Tática			Gestão Estratégica			Total[1]			Estatutário			Total Geral[2]		
	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total	Odontoprev	Controlada	Total
Alagoas (AL)	27	-	27	8	-	8	10	-	10	1	-	1	1	-	1	46	-	46	-	-	-	47	-	47
Amazônia (AM)	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	3	3
Bahia (BA)	-	3	3	-	2	2	-	4	4	-	-	-	-	1	1	-	10	10	-	-	-	-	10	10
Distrito Federal (DF)	-	3	3	-	4	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Espirito Santo (ES)	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	2
Goiás (GO)	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Minas Gerais (MG)	-	7	7	-	14	14	-	21	21	-	2	2	-	3	3	-	45	45	-	-	-	-	47	47
Pernambuco (PE)	-	1	1	-	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Paraná (PR)	-	1	1	-	4	4	-	4	4	-	-	-	-	1	1	-	10	10	-	-	-	-	10	10
Rio de Janeiro (RJ)	-	21	21	-	37	37	-	24	24	-	4	4	-	2	2	-	84	84	-	-	-	-	88	88
Rio Grande do Sul (RS)	-	3	3	-	3	3	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	9	9	-	-	-	-	9	9
Santa Catarina (SC)	-	1	1	-	2	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	4	4
Sergipe (SE)	-	2	2	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	-	-	-	-	7	7
São Paulo (SP)	415	225	640	193	99	292	256	31	287	53	8	61	42	8	50	906	363	1.269	19	11	30	978	382	1.360
Total Geral	442	268	710	201	175	376	266	92	358	54	15	69	43	15	58	952	550	1.502	19	11	30	1.025	576	1.601

[1]Total: não considera cargos estatutários
[2]Total Geral: considera cargos estatutários

b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Posição em 31 de dezembro de 2020	Apoio	Suporte	Especialista	Gestão Tática	Total Geral
Nordeste	14	1	15	0	30
Sudeste	13	11	69	1	94
Sul	1	1	0	0	2
	28	13	84	1	126

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Posição em 31 de dezembro de 2019	Apoio	Suporte	Especialista	Gestão Tática	Total Geral
Nordeste	14	0	0	0	14
Sudeste	33	1	34	2	71
Sul	1	0	0	0	0
	48	**1**	**34**	**2**	**85**

Posição em 31 de dezembro de 2018	Apoio	Suporte	Especialista	Gestão Tática	Total Geral
Nordeste	12	0	0	0	13
Sudeste	15	28	15	1	59
Sul	0	0	0	0	0
	27	**28**	**15**	**1**	**72**

c) **Índice de rotatividade:** 17,03%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não há.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a) Política de salários e remuneração variável:

A política de remuneração dos colaboradores da Odontoprev busca recompensar adequadamente as responsabilidades de cada profissional, considerando resultados individuais e coletivos.

A composição da remuneração inclui salário fixo mensal, benefícios, incentivo de curto prazo (Programa de Participação nos Resultados/Bônus) e incentivo de longo prazo (baseado em resultados / performance da empresa em três anos).

A política de remuneração da Odontoprev baseia-se em pesquisas de mercado conduzidas por consultorias de renome na área de recursos humanos e compara nosso pacote de remuneração com empresas pré-selecionadas do mesmo nível de faturamento, porte e similaridade de segmento de atuação.

A parcela fixa da remuneração é baseada nos cargos ocupados, agrupados conforme a complexidade de suas atividades e o grau de responsabilidade. Para cada cargo é estabelecida uma faixa salarial que identifica os valores mínimos, máximos e médios obtidos através da pesquisa de mercado. Além disso, a Odontoprev concede reajustes salariais individuais por mérito ou promoção, considerando o desempenho do colaborador.

As faixas salariais são atualizadas uma vez ao ano, conforme percentual determinado em convenção coletiva da categoria, aplicando-se à tabela salarial.

A variável de curto prazo aplica-se a todos os colaboradores através do Programa de Participação nos Resultados (PPR) e considera desempenho coletivo e individual. As metas corporativas e individuais são definidas anualmente e apuradas ao final de cada exercício. O pagamento é dividido em 2 etapas, adiantamento e parcela final. O atingimento mínimo de 80% em cada uma das categorias (corporativo e individual) possibilita ao colaborador um ganho adicional conforme seu nível na estrutura de cargos. O Programa de Participação nos Resultados é acordado e homologado junto às entidades sindicais representativas e todas as regras são negociadas e divulgadas. As metas da empresa são definidas por 3 indicadores: Crescimento, Eficiência e Satisfação, que norteiam por sua vez, as metas individuais.

No caso da alta administração, a remuneração é aprovada pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Conselho de Administração. Não se aplica o Programa de Participação nos Resultados, mas sim o pagamento de Bônus seguindo regras idênticas.

Os objetivos da política de remuneração da OdontoPrev são:
- alinhar objetivos dos colaboradores e acionistas;
- garantir a competitividade com o mercado na atração e retenção de profissionais;
- equilibrar os objetivos de curto, médio e longo prazo.

Os componentes da remuneração são:

i) **remuneração fixa mensal** - relacionada ao escopo da função, atribuições e responsabilidades do cargo.

ii) **participação nos resultados ou bônus**: relacionada ao desempenho e resultados alcançados no ano.

iii) **incentivo de longo prazo:** relacionado ao desempenho diferenciado e a retenção de profissionais-chave e estratégicos para a organização.

b) Política de Benefícios

Os benefícios são compatíveis com as práticas de mercado ao qual nos comparamos e atualizados conforme pesquisas de remuneração.
Os benefícios proporcionados aos colaboradores são: assistências médica e odontológica, seguro de vida, vale transporte, auxílio refeição, auxílio alimentação, despesas com estacionamento, auxílio-creche e

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

demais benefícios provenientes de acordos e convenções coletivas de trabalho. Além disso, os membros da alta administração têm à disposição carro para uso profissional.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Nos últimos três anos, não possuímos empregados sindicalizados, sendo que o Sindicato Único dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Osasco e Região - SUEESSOR representa a nossa principal categoria na celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho. O SINOG - Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo é o nosso sindicato patronal.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
1832 Asset Management L.P.					
07.760.067/0001-73	Canadense	Não	Não	04/04/2022	
Sim	1832 Asset Management L.P.		Juridica	07.760.067/0001-73	
29.341.032	5,160%	0	0,000%	29.341.032	5,160%
Invesco Ltd.					
05.839.653/0001-82	Americana	Não	Não	04/04/2022	
Não					
30.717.525	5,400%	0	0,000%	30.717.525	5,400%
Bradesco Saúde S/A					
92.693.118/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	04/04/2022	
Não					
292.213.236	51,400%	0	0,000%	292.213.236	51,400%
OUTROS					
211.499.870	37,210%	0	0,000%	211.499.870	37,210%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 04/04/2022					
4.694.140	0,830%	0	0,000%	4.694.140	0,830%
TOTAL					
568.465.803	100,000%	0	0,000%	568.465.803	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Bradesco Saúde S/A				**92.693.118/0001-60**	
Bradseg Participações S.A.					
02.863.655/0001-19	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2021	
Não					
20.870.945	100,000	0	0,000	20.870.945	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
20.870.945	100,000	0	0,000	20.870.945	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Bradseg Participações S.A.				**02.863.655/0001-19**	
Banco Bradesco S/A.					
60.746.948/0001-12	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2021	
Não					
0	0,000	7.965	97,260	7.965	65,008
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
49.612	100,000	0	0,000	49.612	33,160
Tapajós Holdings Ltda					
08.427.617/0001-08	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2021	
Não					
0	0,000	224	2,740	224	1,832
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
49.612	100,000	8.189	100,000	57.801	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Banco Bradesco S/A.				**60.746.948/0001-12**	
Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações					
61.529.343/0001-32		Não	Não	31/03/2021	
Não					
1.321.818.229	47,001	668.597	0,001	1.322.486.826	5,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06		Não	Não	31/03/2021	
Não					
473.179.116	17,000	0	0,000	473.179.116	9,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
NCF Participações S.A.					
04.233.319/0001-18	Brasileira-SP	Não	Não	31/03/2021	
Não					
233.823.874	8,000	61.975.695	2,000	295.799.569	24,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
747.979.792	27,999	2.714.156.429	97,999	3.462.136.221	62,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Bradesco S/A.				60.746.948/0001-12	
TOTAL					
2.776.801.011	100,000	2.776.800.721	100,000	5.553.601.732	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Tapajós Holdings Ltda				**08.427.617/0001-08**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
224	100,000	0	0,000	224	100,000
TOTAL					
224	100,000	0	0,000	224	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	04/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	59.633
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	253
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	272

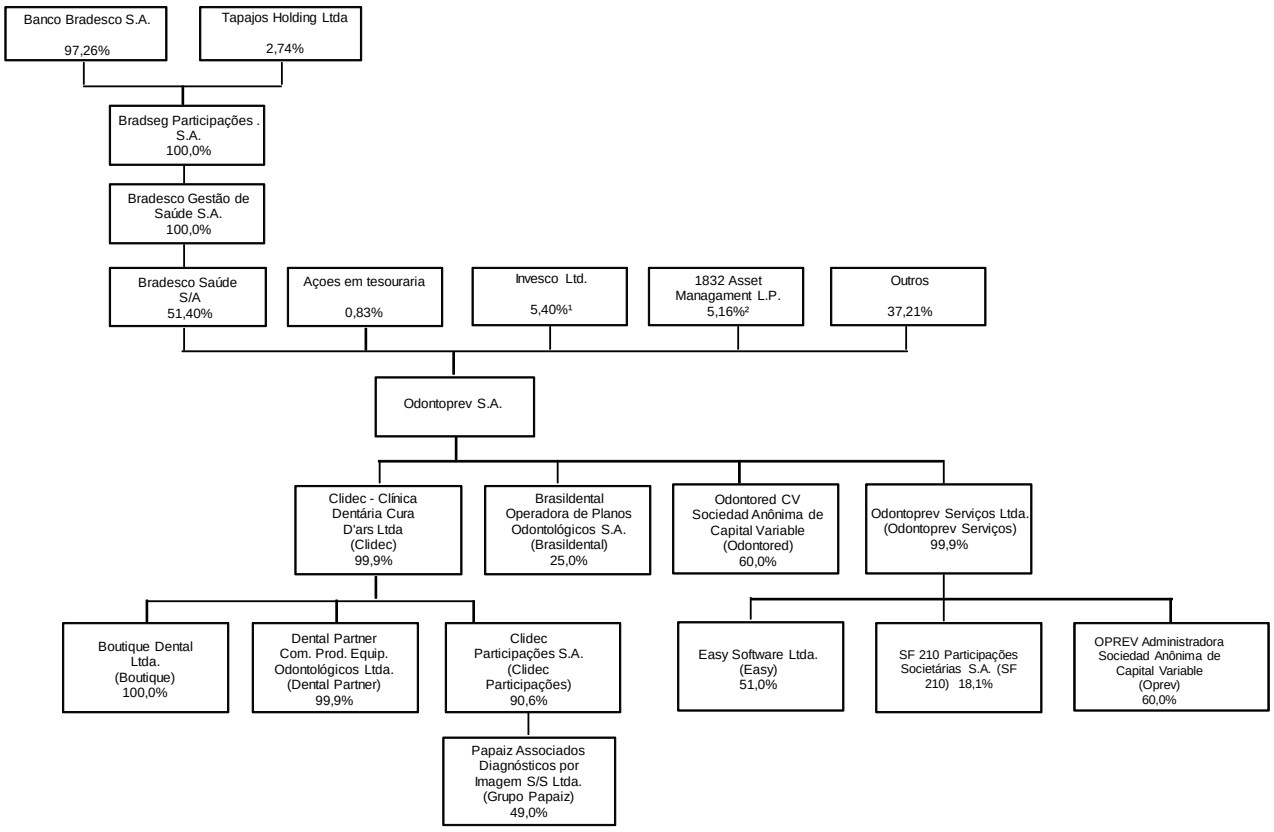
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	245.618.209	46,230%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	245.618.209	46,230%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Posição acionária em 04.04.2022 - pós AGOE



[1]Comunicado ao Mercado de 03/11/2020 e atualizado com desdobramento aprovado em AGOE de 04/04/2022
[2]Comunicado ao Mercado de 19/08/2021 e atualizado com desdobramento aprovado em AGOE de 04/04/2022

Acionistas individuais e investidores institucionais Odontoprev

Número de Acionistas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022[1]
Pessoa Fisica	1.412	1.975	2.651	4.727	9.834	30.467	59.824	60.668	59.633
Institucional	858	834	746	843	613	664	595	529	525
Total	**2.270**	**2.809**	**3.397**	**5.570**	**10.447**	**31.131**	**60.419**	**61.197**	**60.158**

[1]em 04/04/2022 (Assembleia Geral Ordinária)

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Atualmente não há acordo de acionistas vigente.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

2020

Não houveram alterações relevantes.

2019

Não houveram alterações relevantes.

2018

Não houveram alterações relevantes.

15.7 - Principais Operações Societárias

2022

Em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de janeiro de 2022 foi aprovada a incorporação societária da Mogidonto pela Odontoprev.

2021

Em Assembleia Geral Extraordinária de 04 de janeiro de 2021 foi aprovada a incorporação societária da Rede Dental pela Odontoprev, tendo sido concluído o processo em 03 de fevereiro de 2021 mediante aprovação da ANS através do ofício 14/2021/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE. De acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação, sem aumento no valor do capital social da Companhia, com a consequente extinção da Rede Dental, de forma que todos os ativos e passivos da Rede Dental foram absorvidos pela Companhia, que a sucederá em todos os seus bens, direitos e
obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A..

2020

Em fato relevante divulgado pela Companhia em 22 de dezembro de 2020, a Odontoprev informou que celebrou Contrato de Cessão e Transferência da Mogidonto Planos Odontológicos Ltda., com sede em São Paulo/SP e inscrita no CNPJ/ME sob o n° 48.098.909/0001-50 (“Mogidonto”), e para a aquisição, por meio de sua controlada CLIDEC - CLÍNICA DENTÁRIA ESPECIALIZADA CURA D’ARS LTDA. (“Clidec”), de 100% das quotas representativas do capital social da Boutique Dental Ltda., com sede em São Paulo/SP e inscrita no CNPJ/ME sob o n° 14.576.103/0001-09 (“Boutique Dental” e, em conjunto com a Mogidonto, as “Sociedades”) (sendo tais aquisições referidas conjuntamente como a “Transação”).

A Mogidonto é operadora de planos privados de assistência odontológica para cerca de 62 mil beneficiários. A Boutique Dental é um conjunto de clínicas para prestação de serviços odontológicos, e atua preferencialmente no atendimento de clientes Mogidonto. Nos 09 meses encerrados em setembro de 2020, as Sociedades registraram receita líquida de R$10,7 milhões e EBITDA de R$2,8 milhões.

O preço da Transação tem parcela à vista, de R$ 18,5 milhões, acrescido de potenciais parcelas variáveis complementares por atingimento de metas futuras, após 12 e 24 meses contados da Data do Fechamento, as quais poderão levar o preço total final da transação para até R$26 milhões.

A Transação não constitui investimento relevante para a Odontoprev, nos termos do inciso I do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

A consumação da Transação estará sujeita a certas condições precedentes, incluindo a aprovação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Com a efetivação da Transação, a Odontoprev mantém compromisso de liderança no setor de planos odontológicos, foco estratégico da Companhia.

2019

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2019, foi aprovada a incorporação da Odonto System, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação, sem aumento no valor do capital social da Companhia, com a consequente extinção da Odonto System, de forma que todos os ativos e passivos da Odonto System foram absorvidos pela Companhia, que a sucederá em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais onde ela pode ser encontrada

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 31/03/2021.

A presente Política de Transações com Partes Relacionadas (Política) apresenta as regras visando assegurar que todas as decisões e transações envolvendo partes relacionadas sejam transparentes aos seus acionistas e ao mercado em geral e que estejam em conformidade com as leis, normas regulamentares, Estatuto Social da Odontoprev S.A. (OdontoPrev ou Companhia) e políticas internas; e, alinhadas aos interesses da Companhia.

Esta Política observou: (i) o Estatuto Social da Companhia vigente; (ii) o Código de Conduta Ética da Odontoprev em vigor; (iii) a Prática de Transações com Partes Relacionadas da Controladora; (iv) a Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.As.); (v) as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que dispõem sobre o assunto; (vi) os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC´s) n° 05, 35 e 45; (vii) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A.; e (viii) as melhores práticas de Governança Corporativa adotadas pelo mercado.

A política estabelece formalização e responsabilidades, como a formalização da transação para as áreas internas da Companhia, documentação por escrito, declarações e evidências que incluem condições como preço, prazo e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores, e deve ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, quando a transação envolver valor igual ou maior a R$100.000,00 (cem mil reais) anuais e qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia. Além disso, ela determina a obrigatoriedade da divulgação das informações sobre a transação em suas demonstrações financeiras, e em seu formulário de referência.

As operações entre a Companhia e suas partes relacionadas (Controladas e Coligadas) são formalizadas em contratos de naturezas distintas cujos valores, prazos e taxas são negociados e aplicados em condições de mercado, ou seja, de forma similar aos contratos com partes não relacionadas. Tais operações consistem principalmente em contratos de prestação de serviços odontológicos e administrativos, aquisição de materiais odontológicos.

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da Odontoprev faz parte.

A Companhia também possui contrato de distribuição de planos odontológicos com o Banco Bradesco, contratou-o como agente escriturador de suas ações e iniciou operações com a Bradesco Capitalização S.A..

A Companhia contratou seguro de garantia judicial relacionado aos autos de infração stock options, nos quais tais apólices foram contratadas junto à Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (“Swiss Re Brasil”) que mantém uma joint venture com a Bradesco Seguros S.A. (“Bradesco Seguros”).

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

A Companhia implementou em 2019 o Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP), o qual estabelece os critérios para o pagamento de bônus em dinheiro, correspondente a múltiplos de salários, a ser feito pela Companhia e suas Controladas aos beneficiários elegíveis após o período de apuração, desde que cumpridas as metas e condições estabelecidas nos termos e para as finalidades. O programa de opção de compra de ações (stock options) segue vigente.

Os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções conforme Plano de opção de compra de ações da Companhia.

Os Conselhos de Administração e Fiscal e os Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas incluem membros da Diretoria da Bradesco Seguros.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Os Conselhos de Administração e Fiscal não possuem remuneração variável e a Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pós-emprego, ou de rescisão de contrato de trabalho.

Para mais informações a respeito da Política de Transação com Partes Relacionadas, acessar o site: www.odontoprev.com.br/ri

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	31/12/2020	51.725.826,73	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Contraprestações líquidas advindas de planos, material e serviços odontológicos.						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Bradesco Auto RE Companhia de Seguros	31/12/2020	-305.831,93	0	0	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, atráves da Bradesco Saúde S/A						
Objeto contrato	Despesa com seguro de responsabilidade civil e seguro fiança.						
Garantia e seguros	0						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Bradesco Vida e Previdência S/A.	31/12/2020	453.314,40	0	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S/A.						
Objeto contrato	Fornecedor de serviço - Seguro de vida para os funcionários.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura Dars Ltda. (Clidec)	31/12/2020	370.199,18	0	0	Prazo indetrminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Materias odontologicos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	31/12/2020	101.763,78	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Despesas administrativas advindas de serviços odontológicos						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura Dars Ltda. (Clidec)	31/12/2020	14.399.831,14	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Contraprestações líquidas advindas de planos, material e serviços odontológicos.						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Easy Software Ltda. (Easy)	31/12/2020	50.679,71	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Despesas administrativas advindas de serviços odontológicos						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	31/12/2020	151.556,41	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Contraprestações líquidas advindas de planos, material e serviços odontológicos						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Bradesco S/A.	31/12/2020	17.413.152,51	0,00	0,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, atráves da Bradesco Saúde S/A						
Objeto contrato	Depósito em conta corrente, aplicações remuneradas, serviço esse prestado pela parte relacionada.						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Bradesco S/A.	31/12/2020	4.786.730,53	0,00	0,00	Indetermindado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Contraprestações a receber						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Bradescard S.A.	31/12/2020	8.040.097,82	0	0	indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Despesa de comissões						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	31/12/2020	0,00	0	0	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Serviços administrativos						
Garantia e seguros	sem garantias						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	relação comecial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Bradesco Capitalização S.A.	31/12/2020	1.852.634,39	0	0	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Títulos de capitalização - ativo						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Bradesco Capitalização S.A.	31/12/2020	0,00	0	0	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Títulos de capitalização						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura Dars Ltda. (Clidec)	31/12/2020	29.391,00	0,00	0,00	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Materias e serviços odontológicos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda.	31/12/2020	257.592,47	0	0	prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Serviços Administrativos						
Garantia e seguros	n/a						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Rede Dental Operadora de Planos Odontológicos Ltda.	31/12/2020	2.641.756,55	0	0	prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Serviços odontológicos						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mediservice Operadora de Planos de Saúde S/A.	31/12/2020	395.775,27	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Taxa de Administração						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Bradesco S/A.	31/12/2020	706.071.365,99	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras - Vinculadas a ANS e livres						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	31/12/2020	15.787.422,73	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada pelo emissor						
Objeto contrato	Material e serviços odontológicos (serviços administrativos)						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Bradesco Saúde S/A	31/12/2020	13.679.930,19	0	0	indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista direto da empresa						
Objeto contrato	Despesa com assistência médica para os funcionários						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	n/a						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Bradeseg Promotora de Vendas S/A.	31/12/2020	20.793.218,32	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através do Bradesco Seguros						
Objeto contrato	Despesas de Comissões						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Bradesco S/A.	31/12/2020	0,00	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Direto.						
Objeto contrato	Despesa com assistência médica para os funcionários						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Bradesco Vida e Previdência S/A.	31/12/2020	-65.192,36	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Despesa com seguro de vida para Funcionários						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Bradesco S.A.	31/12/2020	-307.368,63	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Despesa com administração de aplicações						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Bradesco S/A.	31/12/2020	169.971,07	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Prestação de serviço de escrituração de Janeiro a Dezembro de 2019						
Garantia e seguros	Sem garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Banco Bradesco S/A.	31/12/2020	2.563.072,09	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Despesa com tarifa bancária						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Bradesco S.A.	31/12/2020	91.524,52	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Despesa de aluguel - Sucursais						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Bradesco Cartões S.A.	31/12/2020	35.774,02	0,00	0,00	Prazo indetrminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Despesa com viagens e estádias - Diretoria e funcionários						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundação Bradesco	31/12/2020	-856.539,36	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através do Banco Bradesco						
Objeto contrato	Despesa com doação						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Bradesco S/A.	31/12/2020	57.736.004,35	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						
Objeto contrato	Contraprestações Emitida - Receita						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Bradesco S.A.	31/12/2020	16.806.887,45	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da empresa, através da Bradesco Saúde S.A.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Receitas de aplicações financeiras						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Bradesco Cartões S.A.	31/12/2020	739.010,69	0,00	0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto através da Bradesco Saúde S/A						
Objeto contrato	Viagens e estadias - Diretoria e Funcionários						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Relação comercial em condições de mercado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:
b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou pagamento compensatório adequado:

De acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas aprovada em reunião do Conselho de Administração atualizada em 30/03/2021, quando houver necessidade de realizar transação com uma parte relacionada, o diretor ou gestor da área requisitante da referida transação deverá apresentar os requisitos abaixo à área de Compras (quando a transação requerer a emissão de ordem de compras conforme definido na Política de Compras) ou Contabilidade (quando a transação não requerer ordem de compras), de forma a estar correta e claramente refletida nas demonstrações financeiras da Companhia:

(a) Ser documentada por escrito, especificando-se as suas principais características (indicativos de comutatividade, o pleno conhecimento das partes quanto à situação em que se obrigam, preços, prazos, taxas, direitos, responsabilidades, etc.);

(b) Declaração e evidências de ter sido realizada a preço, prazo e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores e que apresentam condições comutativas, quando a contratação da transação não tiver sido negociada pela área de Compras conforme definido na Política de Compras;

(c) Evidência de ter sido **previamente aprovada** pelo Conselho de Administração da Companhia, quando a transação envolver valor igual ou superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais e qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
04/04/2022	851.016.554,14		568.465.803	0	568.465.803
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
05/04/2021	851.016.554,14		531.294.792	0	531.294.792
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
01/04/2019	607.868.967,24		531.294.792	0	531.294.792
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
01/07/2010	506.557.472,70		531.294.792	0	531.294.792

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/04/2019	A.G.E.	01/04/2019	101.311.494,54	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

05/04/2021	AGE 2021	05/04/2021	243.147.586,90	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
04/04/2022	531.294.792	0	531.294.792	568.465.803	0	568.465.803

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não efetou redução de capital social nos 3 últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Em cada AGO, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. De acordo com a Lei das S.A.'s, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício social deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores. Nosso Estatuto Social prevê que os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As hipóteses de reembolso nos casos de exercício de direito de retirada, resgate de ações e liquidação da Companhia estão sujeitas às regras da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto e as deliberações dos acionistas não podem privar os acionistas dos direitos essenciais previstos em lei.
Outras características relevantes	Todas as características já foram mencionadas anteriormente.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia estabelece que caso ocorra a alienação do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações, tendo como objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

A saída da Companhia no Novo Mercado pode ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) de descumprimento de obrigações contidas no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro da CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor. Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado, esta deverá ser precedida de oferta pública das ações da Companhia, respeitados os termos e condições do Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia; ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista no Artigo 32 do Estatuto Social ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo. O Acionista Adquirente deverá realizar a referida OPA ou solicitar o registro da referida OPA, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

A oferta pública referida no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos do Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 32; e (v) o montante equivalente a 12 (doze) vezes o EBITDA da Companhia relativamente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do último balanço trimestral divulgado pela Companhia. Para o fim disposto neste parágrafo, entende-se por EBITDA o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, da reclassificação da CPMF e dos tributos incidentes sobre receitas financeiras, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido e do resultado não operacional da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

A realização da OPA mencionada não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma Oferta Pública de Aquisição de Ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3 dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas no Artigo 32 do Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas pelo Artigo 32 do Estatuto Social.

O disposto do Artigo 32 do Estatuto Social não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista no Artigo 32 do Estatuto Social ou a exclusão deste obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista no Artigo 32 do Estatuto Social.

O laudo de avaliação deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e acionista controlador, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Para fins do Artigo 32 do Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.

“Grupo de Acionistas” significa o conjunto de 2 (dois) ou mais acionistas da Companhia: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não. No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Grupo de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.504.238.269	15,00	12,05	R$ por Unidade	13,21
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.824.257.347	15,01	11,92	R$ por Unidade	13,49
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.642.582.147	16,30	13,30	R$ por Unidade	14,43
30/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.797.394.714	18,43	13,00	R$ por Unidade	16,20

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.423.785.504	16,70	13,68	R$ por Unidade	15,86
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.377.485.469	18,35	15,21	R$ por Unidade	16,67
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.638.799.172	18,43	15,65	R$ por Unidade	17,01
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.645.600.513	17,29	14,79	R$ por Unidade	15,81

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	983.585.639	17,08	14,80	R$ por Unidade	15,82
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.052.507.457	15,29	12,23	R$ por Unidade	13,95
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	935.986.351	15,03	12,69	R$ por Unidade	13,33
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.892.471.939	14,64	12,32	R$ por Unidade	13,45

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Companhia somente possui ações ordinárias, não detendo nenhum outro valor mobiliário

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Companhia somente possui ações ordinárias, não detendo nenhum outro valor mobiliário

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

B3, sob o código “ODPV3”.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia possui apenas negociação de seus valores mobiliários em seu país de origem.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Companhia somente possui ações ordinárias emitidas no Brasil, não detendo nenhum outro valor mobiliário

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

(Valores consolidados em milhares de R$, exceto quando de outra forma indicado)

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor nos últimos três anos.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não foram realizadas ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros nos últimos 3 exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
30/03/2021	31/03/2021 à 30/09/2022	605.082,00	Ordinária		10.000.000	3,800000	10.000.000	13,06	R$ por Unidade	4,100000
As operações de recompra serão realizadas na B3, com intermediação da Bradesco S.A. CTVM, com sede na Avenida Paulista, 1.450 / 7º andar – São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.855.045/0001-32. A aquisição de ações ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos da conta de Reserva de Lucros que, conforme Demonstrações Financeiras Anuais com data base de 31.12.2020, totalizam R$605.082 mil. Para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 05/04/2021, foram propostos, e se aprovados, com efeitos na reserva de lucros: (i) o aumento de capital de R$607.869 mil para R$851.017 mil (capitalização de R$194.756 mil de reserva de lucros e R$48.392 mil de reserva de capital), e (ii) o pagamento adicional de dividendos de R$100.713 mil.										
29/05/2019	30/05/2019 à 15/10/2019	526.941.784,68	Ordinária		2.716.074	1,030000	2.569.300	16,26	R$ por Unidade	94,596097
Reservas/Lucro data base 31/03/2019; trimestre anterior a data de deliberação; As operações de recompra serão realizadas na B3, a preços de mercado, com intermediação da Bradesco S.A. CTVM, com sede na Avenida Paulista, 1.450 / 7º andar – São Paulo/SP.										
20/12/2017	21/12/2017 à 21/06/2019	135.581.815,33	Ordinária		4.666.000	1,800000	4.557.752	15,16	R$ por Unidade	97,680000
Reservas/Lucro data base 30/09/17;trimestre anterior a data de deliberação; As operações de recompra serão realizadas na B3, a preços de mercado, com intermediação da Bradesco S.A. CTVM, com sede na Avenida Paulista, 1.450 / 7º andar – São Paulo/SP. Encerrado em 11 de Junho de 2018.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.309.409	
Quantidade adquirida	0	13,03
Quantidade alienada	415.868	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	893.541	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.153.040	
Quantidade adquirida	2.569.300	16,26
Quantidade alienada	2.412.891	16,26
Quantidade cancelada	40	
Quantidade final	1.309.409	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	262.055	
Quantidade adquirida	4.666.000	15,11
Quantidade alienada	3.775.015	10,15

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	1.153.040
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Em 20 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 4.666.000 ações de emissão da própria Companhia, com o objetivo de lastrear as opções de compra de ações outorgadas em 2014 e 2015:

Em janeiro de 2018 foram recompradas 199.600 ações, permanecendo em tesouraria 461.655 ações.

Em fevereiro de 2018 foram recompradas 964.500 ações, permanecendo em tesouraria 1.426.155 ações.

Em 28 de fevereiro de 2018 foram exercidas 202.159 ações, permanecendo em tesouraria 1.223.996 ações

Em março de 2018 foram recompradas 1.385.500 ações, permanecendo em tesouraria 2.609.496 ações.

Em abril de 2018 foram recompradas 1.325.000 ações, permanecendo em tesouraria 3.934.496 ações.

Em maio de 2018 foram recompradas 683.152 ações, permanecendo em tesouraria 4.617.648 ações.

Em 29 de Maio de 2018 foram exercidas 1.857.551 ações, permanecendo em tesouraria 2.760.097 ações.

Em junho de 2018 foram recompradas 108.248 ações, permanecendo em tesouraria 2.868.345 ações.

Em 25 de Julho de 2018 foram exercidas 30.000 ações, permanecendo em tesouraria 2.838.345 ações.

Em 27 de novembro de 2018 foram exercidas 1.685.305 ações, permanecendo em tesouraria 1.153.040 ações.

Em 26 de fevereiro de 2019 foram exercidas 500.278 ações, permanecendo em tesouraria 652.762 ações.

Em 02 de maio de 2019 foram exercidas 198.408 ações, permanecendo em tesouraria 454.354 ações.

Em 29 de maio de 2019 o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 2.716.074 ações de emissão da própria Companhia, com o objetivo de lastrear as opções de compra de ações outorgadas em 2016.

Em maio de 2019 foram recompradas 203.700 ações, permanecendo em tesouraria 658.054 ações.

Em junho de 2019 foram recompradas 1.186.200 ações, e foram bloqueadas por ordem judicial 40 ações, permanecendo em tesouraria 1.844.214 ações.

Em agosto de 2019 foram recompradas 459.400 ações, permanecendo em tesouraria 2.303.614 ações.

Em 01 de agosto de 2019 foram exercidas 473.433 ações, permanecendo em tesouraria 1.830.181 ações.

Em outubro de 2019 foram recompradas 720.000 ações, permanecendo em tesouraria 2.550.181 ações.

Em Comunicado ao mercado de 09 de outubro de 2019, a Companhia concluiu o programa anual de recompra de ações, informado em 29 de maio de 2019, da recompra total de 2.716.074 ações originalmente previstas, foram recompradas 2.569.300 ações.

Em 30 de outubro de 2019 foram exercidas 1.240.772 ações, permanecendo em tesouraria 1.309.409 ações.

Em 5 de março de 2020 foram exercidas 382.399 ações, permanecendo em tesouraria 927.010 ações.

Em 29 de julho de 2020 foram exercidas 33.469 ações, permanecendo em tesouraria 893.541 ações.

Em 04 de março de 2021 foram exercidas 3.000 ações, permanecendo em tesouraria 890.541 ações.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Em 30 de março de 2021, o Conselho de Administração autorizou Programa de Recompra de até 10.000.000 ações de emissão da própria Companhia. As aquisições, objeto do Programa, poderão ser feitas no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 31.04.2021 e término em 30.09.2022, inclusive.

Em 28 de abril de 2021 foram exercidas 44.707 ações, permanecendo em tesouraria 845.834.

Em abril de 2021 foram recompradas 1.436.900 ações, permanecendo em tesouraria 2.282.734 ações.

Em maio de 2021 foram recompradas 2.264.100 ações, permanecendo em tesouraria 4.546.834 ações.

Em junho de 2021 foram recompradas 3.162.200 ações, permanecendo em tesouraria 7.709.034 ações.

Em julho de 2021 foram recompradas 855.700 ações, permanecendo em tesouraria 8.564.734 ações.

Em agosto de 2021, foram recompradas 1.943.300 ações, permanecendo em tesouraria 10.499.034 ações.

Em setembro de 2021, foram recompradas 275.000 ações, permanecendo em tesouraria 10.774.034 ações.

Em outubro de 2021, foram recompradas 71.800 ações e exercício de 67.536 ações (27/10/2021), permanecendo em tesouraria 10.778.298 ações.

Em Fato Relevante de 28 de outubro de 2021, a Companhia concluiu o Programa de Recompra de Ações, informado em 30 de março de 2021. O Programa, de até 10.000.000 ações, foi integralmente cumprido.

Na mesma data, o Conselho de Administração autorizou novo Programa de Recompra de até 10.000.000 ações de emissão da própria Companhia. As aquisições, objeto do Programa, poderão ser feitas no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 29.10.2021 e término em 29.04.2023, inclusive.

Em novembro de 2021, foram recompradas 1.637.500 ações, permanecendo em tesouraria 12.415.798 ações.

Em dezembro de 2021, foram recompradas 2.091.900 ações, permanecendo em tesouraria 14.507.698 ações.

Em janeiro de 2022, foram recompradas 2.042.100 ações, permanecendo em tesouraria 16.549.798 ações.

Em março de 2022, foram recompradas 2.225.300 ações, permanecendo em tesouraria 18.775.098 ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de abril de 2022, foi aprovado o cancelamento de 14.507.698 ações em tesouraria, e desdobramento de ações, de 1 nova ação para 10 ações existentes, passando o saldo em tesouraria para 4.694.140.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**29/05/2018**
Órgão responsável pela aprovação	Conseleho de Administração
Cargo e/ou função	Acionistas controladores diretos ou indiretos da Companhia Diretores Estatutários da Companhia Membros do Conselho de Administração da Companhia Membros do Conselho Fiscal da Companhia Membros do Comitê de Auditoria da Companhia Membros do Comitê de Recursos Humanos da Companhia Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que vierem a ser criados por disposição estatutária Colaboradores e Terceiros que tenham acesso permanente ou eventual à informações relevantes

Principais características e locais de consulta

A presente Política estabelece regras que deverão ser observadas visando coibir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia em benefício próprio e/ou das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02. A Política define períodos em que as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com Valores Mobiliários, de modo a evitar o uso indevido de Informações Relevantes não divulgadas ao público.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações dos Valores Mobiliários.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela aplicação dos termos desta Política de Negociação; quaisquer dúvidas acerca de suas disposições deverão ser esclarecidas juntamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

A Politica de Negociação está disponivel no endereço eletrônico: www.odontoprev.com.br/ri >
Menu: Governança Corporativa/Politicas/Politica de Negociação. A referida política foi aprovada em 29/05/2018.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado de forma confidencial pelos seus destinatários.

A Companhia, além de disponibilizar em sua intranet e site de Relações com Investidores a Política de Negociação de Valores Mobiliários, envia para Pessoas Vinculadas Aviso de Não Negociação, o qual determina períodos de vedação de negociação.

Demais Vedações, respectivas exceções e informações adicionais estão descritas no item 20.2 deste formulário de referência.
No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução da CVM nº 400/03 (“Instrução CVM n° 400/03”), as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar Valores Mobiliários, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento relativo à oferta pública em questão.
As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de novas ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento, e até a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.
As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre (i) a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia e (ii) 6 (seis) meses após o seu afastamento.

20.2 - Outras Informações Relevantes

3. Vedação à Negociação

3.1. Nos termos da Instrução CVM nº 358/02, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, pela própria Companhia ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários, desde a data em que tomem conhecimento de ato ou fato relevante relativo à Companhia, conforme definido na Instrução CVM nº 358/02 ("Ato ou Fato Relevante") até a sua divulgação ao mercado. É vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas nas datas em que a Companhia negociar com ações de sua emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia deverá informar previamente as Pessoas Vinculadas acerca de tais datas.

3.2. A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado de forma confidencial pelos seus destinatários.

3.3. A Companhia, além de disponibilizar em sua intranet e site de Relações com Investidores a Política de Negociação de Valores Mobiliários, envia para Pessoas Vinculadas Aviso de Não Negociação, o qual determina períodos de vedação de negociação.

3.4. No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução da CVM nº 400/03 ("Instrução CVM n° 400/03"), as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar Valores Mobiliários, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento relativo à oferta pública em questão.
controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de novas ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento, e até a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

3.6. As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre (i) a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia e (ii) 6 (seis) meses após o seu afastamento.

3.7. Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, as Pessoas Vinculadas não poderão negociar Valores Mobiliários e o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de sua própria emissão.

3.8. As vedações à negociação de Valores Mobiliários deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue o Ato ou Fato Relevante aplicável ao mercado. No entanto, tais vedações serão mantidas,

20.2 - Outras Informações Relevantes

mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado ao Ato ou Fato Relevante.

3.9. Mesmo após sua divulgação ao mercado, o Ato ou Fato Relevante deve continuar a ser tratado como não tendo sido divulgado até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado o Ato ou Fato Relevante, bem como na hipótese em que a negociação possa, a juízo da Companhia, interferir nas condições dos negócios com Valores Mobiliários da Companhia, de maneira a resultar prejuízo à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo, em qualquer hipótese, tal restrição adicional ser informada pela Diretoria de Relações com Investidores.

4. AUTORIZAÇÃO PARA NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

4.1. Não obstante as vedações detalhadas no item 3 deste documento, as Pessoas Vinculadas excepcionalmente poderão negociar Valores Mobiliários, desde que tais negociações atendam pelo menos a uma dessas características: (i) aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pelos acionistas da Companhia e às eventuais recompras pela Companhia, também por meio de negociações privadas; ou (ii) aplicação de remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de Valores Mobiliários.

4.2. As vedações mencionadas nesta Política de Negociação não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento dos quais as Pessoas Vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou fundos de investimento cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam determinadas ou influenciadas pelas Pessoas Vinculadas.

4.3. Conforme Art. 11 da Instrução CVM nº 358/02, parágrafo 4º, Inciso I com redação dada pela Instrução CVM nº 590 de 11 de setembro de 2017, as Pessoas Vinculadas devem informar à Companhia no prazo de 5 (cinco) dias após a realização de cada negócio.

5. PENALIDADES

5.1. Nos termos da legislação em vigor, o uso de informação relevante ainda não divulgada ao mercado é considerado prática criminosa e sujeita à pena de reclusão, de um a cinco anos, e multa de até três vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

5.2. Deixar de comunicar à OdontoPrev, à CVM e à B3, imediatamente após à investidura no cargo, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos Valores Mobiliários, bem como eventual alteração das posições, sujeita o infrator a multa cominatória diária determinada pelo órgão regulador.

6. RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS

6.1. As disposições desta Política de Negociação não elidem a responsabilidade de terceiros não diretamente ligados à Companhia que tenham acesso a Ato ou Fato Relevante.

7. OBRIGAÇÕES DE SIGILO

20.2 - Outras Informações Relevantes

7.1. Cumpre às Pessoas Vinculadas e aos empregados da Companhia guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam até sua divulgação ao mercado.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A presente Política de Negociação entrará em vigor quando da sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, e vigorará por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário. As eventuais alterações da Política de Negociação deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como ser enviadas à CVM e à B3.

8.2. A Companhia não adota planos individuais de investimento e empréstimos de ações, motivo pelo qual a presente Política de Negociação não contempla os parâmetros e regras aplicáveis a tais situações.

8.3. A Política de Negociação não poderá ser alterada na pendência de divulgação de Ato ou Fato Relevante.

8.4. Qualquer violação ao disposto nesta Política de Negociação estará sujeita aos procedimentos e penalidades previstos em lei, além da responsabilização por perdas e danos causados à Companhia e/ou terceiros.

8.5. A divulgação não autorizada de Informação Privilegiada e não divulgada publicamente sobre a Companhia é danosa à Companhia, sendo estritamente proibida.

8.6. As Pessoas Vinculadas, e as que venham adquirir esta qualidade, devem firmar o Termo de Adesão de acordo com o Anexo I.

8.7. A Companhia poderá estabelecer períodos de vedação à negociação com Valores Mobiliários adicionais aos previstos na Política de Negociação, devendo notificar imediatamente as Pessoas Vinculadas.

8.8. A negociação com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas durante os períodos de restrição à negociação conforme previstos na Política de Negociação poderá ser excepcionalmente autorizada pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia, mediante solicitação apresentada por escrito contendo a justificativa da necessidade da negociação, sem prejuízo das disposições contidas na Instrução CVM 358/02.

8.9. Quaisquer violações desta Política de Negociação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

8.10. O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela aplicação dos termos desta Política de Negociação; quaisquer dúvidas acerca de suas disposições deverão ser esclarecidas juntamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

8.11. Faz parte deste Instrumento o “modelo do termo de adesão à política de negociação de valores mobiliários”.

20.2 - Outras Informações Relevantes

8.12. Aplica-se ao presente Instrumento, no que couber, o disposto na legislação vigente.

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Eu, [nome e qualificação], [função], venho, por meio do presente Termo, aderir à Política de Negociação de Valores Mobiliários da Odontoprev S.A, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em [dia] de [mês] de [ano].
Barueri, [dia] de [mês] de [ano].

_____
[Nome] RG: [•] CPF/MF: [•]

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia possui Política de Divulgação de Atos ou Fatos relevantes, nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração de 29/04/2014. A Política de Divulgação de Atos ou Fatos relevantes visa, entre outras coisas, à divulgação de informações relevantes e a manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

A Política de Divulgação da Companhia foi elaborada nos termos da Instrução CVM n.º 358/2002.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, além daquelas previstas em lei ou determinadas pela CVM, pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração da Companhia:

(i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante;

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores, assim como ao público investidor em geral.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio (a) na página na rede mundial de computadores do portal de notícias http://www.valor.com.br/valor-ri/fatos-relevantes, (b) na página na rede mundial de computadores do portal de notícias http://www.portalneo1.net, (c) na página na rede mundial de computadores da Companhia (www.odontoprev.com.br/ri), devendo o anúncio conter a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante deverão, sempre que se certifiquem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, caracterizada a omissão após decorridos 3 (três) dias úteis do recebimento comprovado de comunicado escrito endereçado ao Diretor de Relações com Investidores, comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento das Bolsas de Valores localizadas no Brasil.

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

Quaisquer violações desta Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: www.odontoprev.com.br/ri, no menu “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política de divulgação”

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o responsável pela divulgação e comunicação à CVM e à Bolsa de Valores, imediatamente após a ciência, de qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante.

Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores, assim como ao público investidor em geral.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas anteriormente.